

CRER2020

centro de portugal
Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente



Mobilização, Envolvimento, Trabalho em Rede, Ambição, Solidariedade

**Programa Operacional Regional do
CENTRO de PORTUGAL
(2014-2020)**

CRER2020@CENTRO.PT

(Versão técnica de trabalho em desenvolvimento e que serve de suporte à negociação informal em curso
com a Comissão Europeia)

19 de fevereiro de 2014

ÍNDICE

1.	Estratégia do programa operacional com vista a contribuir para a estratégia da união para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial	3
1.1	Estratégia do programa operacional da Região Centro	3
1.1.1	Descrição da estratégia	3
1.1.2	Justificação da escolha dos objetivos temáticos e prioridades de investimento	27
1.2	Justificação da dotação financeira	38
2.	Eixos prioritários	58
	Eixo 1: Competitividade e internacionalização da economia regional (COMPETIR)	58
	Eixo 2: Investigação, desenvolvimento e inovação (IDEIAS)	73
	Eixo 3: Desenvolver o potencial humano (APRENDER)	85
	Eixo 4: Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR E CONVERGIR)	105
	Eixo 5: Fortalecer a coesão social e territorial (APROXIMAR E CONVERGIR)	123
	Eixo 6: Afirmar sustentabilidade de territórios e recursos (SUSTENTAR)	142
	Eixo 7: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	162
	Eixo 8: Apoiar a mobilidade regional (MOVIMENTOS)	172
	Eixo 9: Assistência técnica	176
3.	Plano de financiamento	180
4.	Abordagem integrada do desenvolvimento territorial	186
5.	Necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em maior risco de discriminação ou exclusão social	193
6.	Necessidades específicas das zonas geográficas com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes	197
7.	Autoridades e organismos responsáveis pela gestão, pelo controlo e pela auditoria, e papel dos parceiros relevantes	198
8.	Coordenação entre os fundos, o FEADER, o FEAMP e outros instrumentos de financiamento da união e nacionais e o BEI	204
9.	Condições ex ante	207
10.	Redução dos encargos administrativos para os beneficiários	208
11.	Princípios horizontais	210
12.	Elementos separados	215
	Anexos	226

1. Estratégia do programa operacional com vista a contribuir para a estratégia da união para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial

1.1 Estratégia do programa operacional da Região Centro

1.1.1 Descrição da estratégia.

O Programa Operacional Regional (POR) contempla uma breve apresentação da Região Centro face ao contexto nacional, uma síntese das principais fragilidades e necessidades regionais, incluindo as suas assimetrias territoriais, as principais forças que devem ser mobilizadas para inverter e combater fragilidades, enuncia a situação da região face às metas da Estratégia EUROPA 2020 (e seu desdobramento, tanto para Portugal, como para a Região Centro), os principais elementos da estratégia regional, e, finalmente, as propostas de ação preconizadas para o programa (eixos prioritários de intervenção), sua articulação com os objetivos temáticos e prioridades de investimento selecionados, à luz da Estratégia de Desenvolvimento Regional delineada no Plano de Ação Regional (PAR).

Breve apresentação da Região Centro

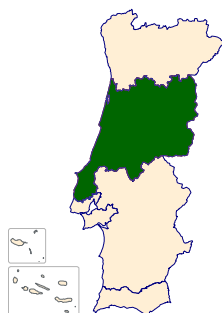
A Região CENTRO de PORTUGAL, incorporando 100 municípios, abrange uma área de 28.199 km² (a segunda maior ao nível das NUTS II de Portugal, superada apenas pelo Alentejo), possui uma fronteira terrestre internacional de 270 km (com Espanha), que a separa das Regiões espanholas de Castela e Leão e da Estremadura, e uma linha de costa atlântica com 279 km de extensão. Confronta, a norte, com a área metropolitana do Porto e, a sul, com a Grande Lisboa. No plano interno, tem como limites as NUTS II do Norte, de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo.

Em termos hidrográficos, o território reparte-se pelas bacias do Douro (Côa), do Tejo (Zêzere), Mondego (o maior rio inteiramente nacional), Vouga, Lis e ribeiras costeiras. Este espaço apresenta um mosaico de paisagens que a tornam única e lhe conferem uma identidade muito própria.

Possuindo uma rede de cidades médias distribuídas equilibradamente por todo o território regional, o CENTRO de PORTUGAL apresenta, no entanto, um desenvolvimento muito diferenciado entre os territórios da faixa litoral e do interior (onde predominam áreas montanhosas e importantes áreas naturais).

Com 2,3 milhões de habitantes, concentra 22% da população portuguesa, tendo vindo, na última década, a perder importância em termos populacionais. Trata-se de uma região com uma baixa concentração populacional (82,5 habitantes por km²), com uma população bastante envelhecida (cerca de 165 idosos por

cada 100 jovens, correspondendo os idosos a 22% do efetivo populacional da região) e crescimento natural populacional negativo, decorrente da existência de taxas de mortalidade superiores às de natalidade.



	Portugal	Região Centro	%
Municípios	308	100	32,5
Área (km ²)	92.212	28.199	30,6
População, 2011	10.562.178	2.327.755	22,0
PIB, 2011 (milhões de euros)	171.040	31.787	18,6
Exportações de Bens, 2012 (milhões de euros)	45.347	8.578	18,9

Figura 1.1 - A Região Centro no contexto nacional.

Em 2011, o PIB gerado na Região Centro foi de 31,8 mil milhões de euros, representando 18,6% do PIB nacional, constituindo-se como a terceira região do país, a seguir a Lisboa e ao Norte, em termos de contributo para o PIB nacional. O PIB regional melhorou entre 2009 e 2010 (2,1%) e sofreu um agravamento em 2011 (-0,7%), tendo, no entanto, sido a região com o decréscimo menos acentuado no contexto de crise vivido em 2011.

O PIB/habitante representa 83% da média do país (mantendo-se como uma das regiões mais afastadas da média nacional), com valor equivalente no que diz respeito ao índice de poder de compra, cuja média na Região Centro corresponde a 84% da média nacional.

Principais fragilidades e necessidades

Enunciam-se seguidamente algumas das principais fragilidades e necessidades associadas à Região Centro, que:

- Apresenta um tecido produtivo com algumas debilidades, sendo constituído por unidades de reduzida dimensão (96% das empresas da Região Centro têm menos de 10 trabalhadores), e com baixos índices tecnológicos. Embora se assista ao surgimento de empresas de nova geração, centradas na inovação, e que se torna necessário apoiar para poderem consolidar-se e expandir-se, por via de investimento em I&D, há que alargar o peso relativo das atividades económicas geradoras de valor acrescentado;
- Tem, em termos médios, uma população com baixo nível de formação (cerca de 60% apenas possui a escolaridade básica) – com destaque para os concelhos não urbanos do interior e mais envelhecidos – , o

que coloca sérias questões em termos da obtenção de maiores níveis de produtividade da mão-de-obra, bem como ao nível da adaptação dos trabalhadores, empresários e das empresas a novas realidades, em alteração constante e acelerada. Os principais concelhos urbanos apresentam valores dentro e acima da média nacional, com destaque para Coimbra (um dos concelhos do país com maior percentagem de licenciados e doutorados), Aveiro e Covilhã;

- Apresenta uma taxa de abandono precoce de educação e formação relativamente elevada (20,5%), bem como uma insuficiente oferta de formação dual, o que coloca sérias dificuldades à inserção dos jovens no mercado de trabalho, a que acresce ainda um baixo nível de formação superior dos jovens (em 2012, a população dos 30 aos 34 anos com formação superior é de 22,8%);
- Possui um baixo nível de investimento em I&D (1,3% do PIB em 2010), em especial por parte das empresas (0,6%);
- Manifesta um reduzido uso das TIC, quer por parte das famílias (apenas 52,5% utilizam internet), quer por parte das empresas (em particular no que se refere ao comércio eletrónico);
- Apresenta desperdícios e ineficiências na utilização de energia ao nível do edificado e espaços públicos, das empresas e das famílias, uma baixa produção descentralizada de energias alternativas, com particular destaque para a solar, eólica e biomassa – o que conduz à necessidade de apostar fortemente na eficiência energética (note-se que, em 2011, o consumo de energia primária no PIB - tep por milhão de € - na região era de 181,8 e no País de 131,5);
- Tem um conjunto importante da sua população que se encontra em situação de pobreza e exclusão social, quer como resultado do desemprego, quer do envelhecimento populacional e do isolamento ou desagregação familiar, tanto em zonas urbanas como em zonas rurais (em 2011, por cada 1000 habitantes em idade ativa 31 eram beneficiários do RSI);
- Detém uma valia patrimonial (em termos naturais e culturais) de enorme relevância, mas nalguns casos com sérios riscos de degradação, devido à sobre utilização, ao abandono, ou à fragilidade/ausência de intervenções de recuperação, regeneração e valorização desse mesmo património (incluem-se aqui áreas naturais e património cultural classificado, nomeadamente como Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO). Os centros históricos das principais cidades são conjuntos patrimoniais que enfrentam, igualmente, acentuada degradação;
- Confronta-se com alguns problemas ambientais, quer os resultantes da quantidade de resíduos industriais produzidos regionalmente e que ainda não encontra soluções de tratamento e destino final adequadas, quer os que decorrem de focos de poluição de alguns recursos hídricos, devido à pressão urbana, industrial e pecuária;
- Apresenta alguma fragilidade ao nível de determinados atores e agentes locais, sub-regionais e regionais, quer em quantidade quer em qualidade, em particular pelo baixo grau de envolvimento em trabalho assente numa verdadeira lógica de parceria ou rede, como resultado da sua pequena dimensão, limitação

dos recursos humanos qualificados, insuficiente capacidade tecnológica e falta de cooperação interinstitucional;

- Possui fortes assimetrias de desenvolvimento intrarregionais, em termos de distribuição do tecido produtivo, das atividades geradoras de emprego e de nível de rendimento, das dinâmicas demográficas e dos indicadores de bem-estar (em 2011, 58% da população vivia em 4 NUTS III do litoral);
- Revela, ainda, falhas assinaláveis ao nível da rede de infraestruturas viárias, ferroviárias, aéreas (sendo a única Região de Portugal não servida por aeroporto internacional) e logísticas, em termos de ligação às redes de transportes e da sua capacidade de oferta de serviços avançados às empresas, com fortes lacunas, nomeadamente ao nível do modo ferroviário de transporte de mercadorias, bem como das ligações logísticas da Região Centro ao exterior, de âmbito multimodal, ferro-marítimo e rodoviário.

Principais assimetrias territoriais

Subsistem, conforme referido, importantes assimetrias territoriais, cuja persistência colocará em causa, não só objetivos de equidade, coesão social e inclusão, que só podem ser alcançados através de um desenvolvimento harmonioso e diversificado, que leve em devida conta as especificidades e enorme diversidade de situações dos territórios do CENTRO de PORTUGAL, como também objetivos de competitividade regional e de coesão territorial, uma vez que a região não pode desperdiçar o potencial de todos os seus territórios, agentes e populações. Enunciam-se aqui alguns dos elementos que descrevem esta mesma realidade territorial:

- Com exceção do Baixo Mondego, todas as restantes NUTS III apresentam valores do PIB per capita inferiores à média nacional, o mesmo sucedendo quanto ao índice de poder de compra;
- Entre 2001 e 2011, apenas as NUTS III do Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste registaram aumentos populacionais, não sendo contudo suficientes para evitar a diminuição populacional verificada nas restantes NUTS III e no conjunto da Região Centro (-0,9%);
- As NUTS III mais densamente povoadas (Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Dão-Lafões, Oeste e Médio Tejo) representam menos de metade da área (48%) e cerca de 4/5 da população residente na Região Centro;
- As sub-regiões com maior índice global de desenvolvimento (Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - ISDR) estão localizadas, na sua maioria, no litoral da Região Centro (Baixo Vouga e Pinhal Litoral);
- A competitividade é a componente em que é mais notória a contraposição entre um melhor desempenho observado nas sub-regiões do litoral e um desempenho menos favorável nas sub-regiões do interior, sendo o Baixo Vouga a única NUTS III da Região Centro a registar um índice de competitividade superior à média nacional. Nas últimas posições, de acordo com esta vertente de análise, encontram-se várias NUTS III contíguas do interior da Região Centro (Serra da Estrela, Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte, e Cova da Beira);

- No que se refere à coesão, os dados disponíveis pretendem refletir o acesso da população a equipamentos e serviços básicos coletivos, o nível de inclusão social e grau de eficiência das políticas públicas que pretendem melhorar a qualidade de vida das populações. Neste contexto, a Região Centro evidencia menores assimetrias territoriais, embora existam ainda 3 sub-regiões NUTS III situadas abaixo da média nacional (Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte e Dão Lafões);
- Relativamente à qualidade ambiental, assiste-se a um padrão territorial relativamente equilibrado, e tendencialmente invertido face ao revelado na competitividade, pois quase todas as NUTS III do litoral se situam abaixo da média nacional (Baixo Mondego, Baixo Vouga, Oeste e Pinhal Litoral);
- Praticamente metade dos municípios da Região Centro ainda evidencia problemas de atratividade populacional e económica, concentrando-se estes nos territórios de baixa densidade, sobretudo no interior (Beira Interior Norte e Sul, Pinhal Interior Norte e Sul, Serra da Estrela e Dão Lafões);
- Tendo como inspiração igualmente o modelo proposto pela União Europeia, ao assumir para efeitos da Política de Coesão a existência de três tipos diferentes de Regiões, no PAR os 100 municípios (concelhos) do CENTRO de PORTUGAL são classificados como Concelhos da Competitividade (38), Concelhos de Transição (18) e Concelhos da Coesão (44), conforme ilustrado na Figura 1.2.

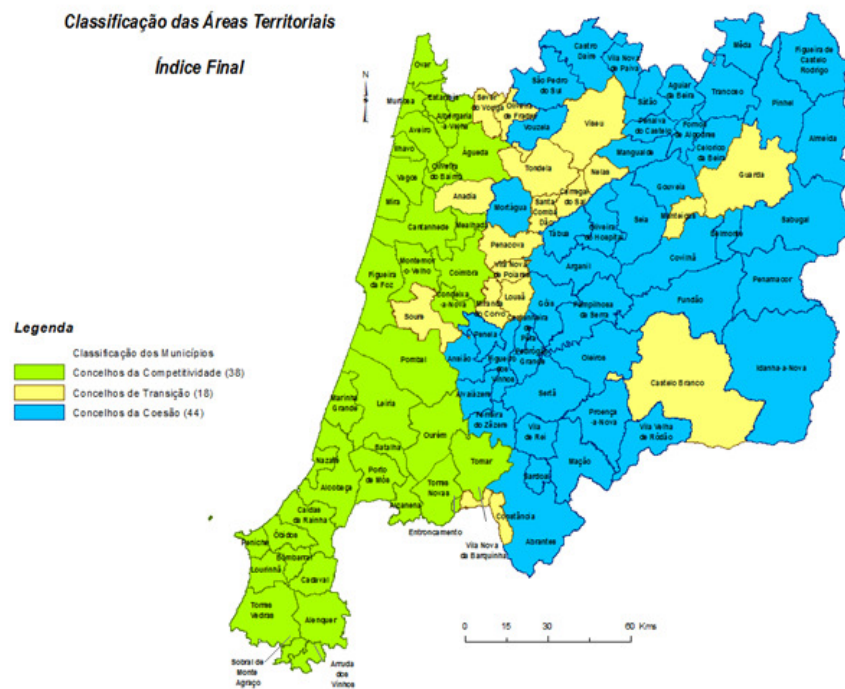


Figura 1.2 - Enquadramento dos 100 concelhos da Região Centro enquanto Concelhos da Coesão, de Transição e da Competitividade.

Fica assim especialmente vincado que o futuro do Desenvolvimento Regional para 2014-2020, no CENTRO de PORTUGAL, não pode nem deve deixar de assumir como prioritária a temática da Coesão Territorial, nem tão

pouco deixar de ter em consideração as fortes assimetrias existentes, bem como a enorme diversidade que caracteriza a Região Centro, a qual, desde que devidamente potenciada, representa justamente uma das suas maiores virtudes diferenciadoras. Importa por isso ter sempre presente que a Coesão Territorial é uma temática específica, requerendo soluções concretas, não podendo ser confundida com coesão social ou competitividade.

A estratégia de desenvolvimento regional no próximo ciclo de programação, 2014-2020, passará então por apostas que concorram para níveis de coesão económica, social e territorial mais satisfatórios, o que implica reforçar o investimento em domínios como a competitividade, a investigação, o desenvolvimento e a inovação, com particular enfoque na transferência de tecnologia e na aproximação entre as PME e as entidades geradoras de conhecimento.

Principais forças

Inversamente, o CENTRO de PORTUGAL congrega um conjunto significativo de forças e virtualidades, que se procuram aqui resumir:

- Possui uma larga experiência acumulada de definição e implementação de estratégias de investigação e inovação que envolvem entidades do sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial, desde a conceção dos planos até à sua execução e avaliação. A este aspeto associa-se a existência de um conjunto importante de Instituições de Ensino Superior (3 universidades e 6 institutos politécnicos públicos), um número elevado de unidades de investigação (algumas delas reconhecidas pela sua excelência, mesmo a nível internacional), e um leque alargado de instituições que promovem a inovação e a transferência de tecnologia (centros tecnológicos, incubadoras de empresas e uma rede sólida de parques de ciência e tecnologia), e que abarcam múltiplos domínios da ciência e da tecnologia (saúde e ciências da vida, biotecnologia, informática e telecomunicações, agroalimentar, floresta, indústrias criativas, materiais, etc.), conforme retratado na Figura 1.3.

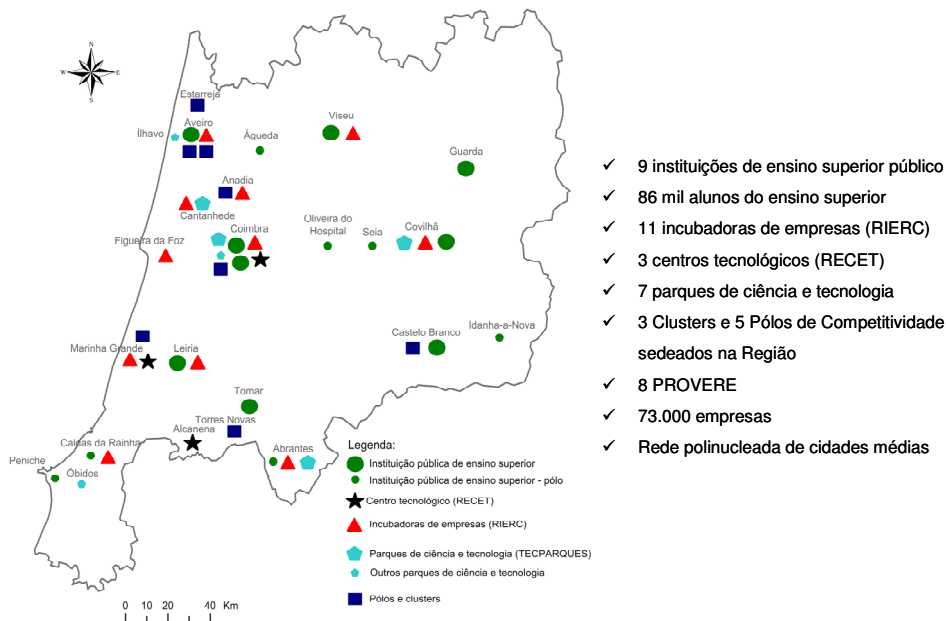


Figura 1.3 – Potencial de IDI na Região Centro.

- Congrega uma estrutura produtiva diversificada, em que coexistem áreas de especialização tradicionais (cerâmica, minerais não metálicos, florestas e produtos daí resultantes, como a pasta de papel e o papel), com atividades económicas mais recentes, assentes em tecnologia (metalomecânica, moldes, equipamentos), mas igualmente intensivas em conhecimento (tecnologias da informação, biotecnologia, energias renováveis, novos materiais e saúde);
- As atividades económicas ligadas ao Turismo têm vindo a ganhar importância crescente, aproveitando as possibilidades abertas pelas novas procuras ligadas ao turismo natureza, turismo aventura, ou associadas a práticas mais tradicionais de turismo cultural, turismo religioso (onde Fátima ocupa espaço de destaque), turismo residencial, turismo médico e de bem-estar;
- Dispõe de um Sistema Urbano claramente policêntrico, composto por uma rede de cidades médias em expansão, com níveis de qualidade de vida muito elevados (veja-se o caso das capitais de distrito do Continente, cuja qualidade de vida foi avaliada em 2012 pela DECO, onde Viseu aparece em 1.º lugar, Castelo Branco em 2.º lugar, Leiria em 5.º lugar, Coimbra em 7.º lugar e Aveiro em 8.º lugar);
- As atividades ligadas à “Saúde”, quer do ponto de vista assistencial (a Região Centro concentra 24% dos hospitais existentes a nível nacional, e, ao nível dos cuidados de saúde primários, abarca 28,1% dos centros de saúde do País, e, em determinados domínios - cardiologia, oftalmologia, transplantes, oncologia e doenças degenerativas - é já considerada internacionalmente uma referência), quer do ponto de vista produtivo (e.g. fabrico de medicamentos e dispositivos médicos), quer do ponto de vista da investigação, têm vindo a assumir um papel crescente na economia da Região Centro.

Situação da Região Centro face às metas da Estratégia EUROPA 2020

A Estratégia EUROPA 2020 procura congrega todos os Estados Membros da União Europeia, e as suas Regiões, ao longo da próxima década, em torno de uma trajetória de crescimento assente nas seguintes prioridades comuns e partilhadas: (a) o conhecimento e a inovação, para que o crescimento seja **Inteligente**; (b) uma economia de baixo carbono em termos de recursos e competitiva, para que o crescimento seja **Sustentável**; (c) uma economia com altas taxas de emprego e que assegure a coesão social e territorial, o aumento das qualificações, e a luta contra a pobreza, para que o crescimento seja **Inclusivo**.

Estas prioridades traduzem-se em cinco metas, assumidas a nível europeu, com objetivos depois desdobrados ao nível de cada país, incluindo no caso de Portugal os valores que constam do PNR - Plano Nacional de Reformas (entre parênteses apresentam-se os resultados a alcançar por Portugal até 2020):

1. **Empregabilidade:** 75% da população com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos deve estar empregada (75%);
2. **Intensidade em Investigação e Desenvolvimento (I&D):** 3% do PIB da UE deve ser investido em despesas de I&D (2,7% a 3,3%);
3. **Nível de educação:** a taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da população dos 30 aos 34 anos deve ter formação superior concluída (10% e 40%, respetivamente);
4. **Inclusão social:** 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza e de exclusão (200.000);
5. **Clima e energia:** cumprimento dos objetivos em matéria de clima e energia “20/20/20”, com o consequente aumento da eficiência energética em 20%, redução das emissões de gases com efeito estufa em 20%, face aos níveis de 1990 (30% se as condições o permitirem), e aumento para 20% da presença de energias renováveis no consumo final (redução do efeito de estufa em 1%; 31% de energias renováveis; aumento da eficiência energética em 20%).

O posicionamento da Região Centro, face a algumas destas metas, de acordo com os dados regionalizados mais recentes disponíveis, é resumido na Figura 1.4. Não é possível apresentar os valores correspondentes para os restantes indicadores porque em Portugal apenas se encontram disponíveis a nível nacional, sem desdobramento para as NUTS II.

Indicadores	Unidade	Ano	Centro	Portugal	UE	Meta Portugal 2020
Taxa de emprego da população dos 20 aos 64 anos	%	2012	69,7	66,5	68,5	75,0
Despesa em I&D (peso no PIB)	%	2010	1,28	1,59	2,01	2,7 a 3,3
População dos 30 aos 34 anos com formação superior	%	2012	22,8	27,2	35,8	40,0
Taxa de Abandono Escolar	%	2012	18,7	20,8	12,8	10,0

Figura 1.4 - Posicionamento da Região Centro nalgumas metas da Estratégia EUROPA 2020.

No que se refere à empregabilidade, tendo em conta o indicador proposto, ou seja, a taxa de emprego dos indivíduos entre os 20 e os 64 anos, a Região Centro tem vindo a regredir, registando uma taxa de 69,7% em 2011, quando esse valor era de 77,2% em 2008 (tendência semelhante à que se verifica no resto do país e na própria União Europeia). Porém, importa sublinhar que a Região Centro tem sido sistematicamente capaz de garantir taxas de desemprego inferiores à média nacional, sendo, mesmo em tempos de dificuldade, a região de Portugal que apresenta uma menor taxa de desemprego e uma menor taxa de desemprego jovem.

No que respeita às áreas da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), com particular enfoque para esta última vertente (Inovação), os dados relativos à última edição do *Regional Innovation Scoreboard* (2012) mostram que a Região Centro (Figura 1.5) passou a situar-se entre as 100 regiões mais inovadoras da Europa, tendo vindo a melhorar de forma sistemática o seu desempenho ao longo dos últimos anos, surgindo pela primeira vez no grupo das regiões consideradas “*Innovation Follower*”.

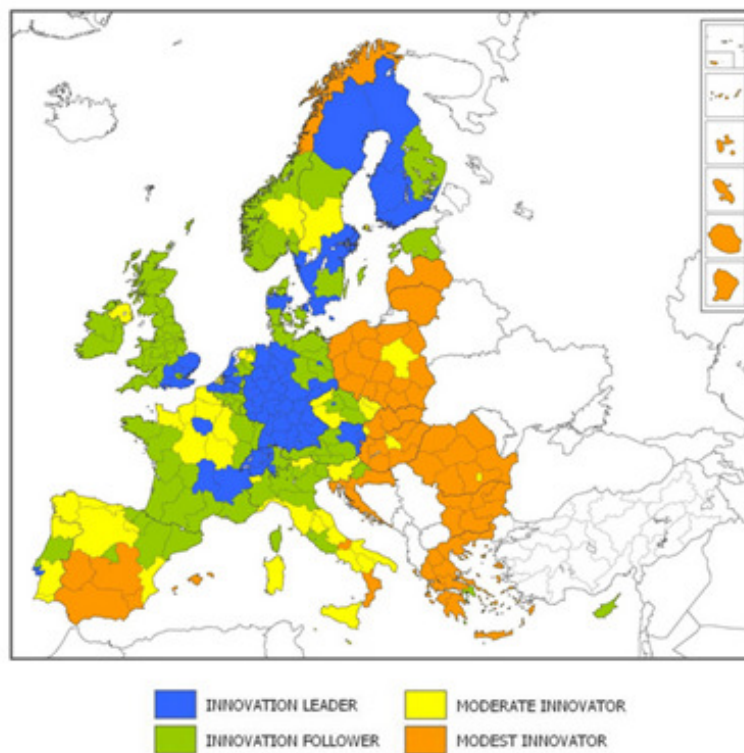


Figura 1.5 - Categorias de Regiões Europeias em matéria de inovação de acordo com os resultados do Regional Innovation Scoreboard (2012).

Porém, a situação vivida na Região Centro ainda não é satisfatória no que diz respeito aos volumes de investimento efetuado em Investigação e Desenvolvimento (I&D), manifestamente aquém do necessário, quer por parte das empresas, quer por parte do setor público, sendo essencial que em 2014-2020 sejam esbatidas as fortes assimetrias registadas a este nível em Portugal. Acredita-se que as opções RIS3 (Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente) do CENTRO de PORTUGAL podem vir a desempenhar um papel essencial neste contexto.

Portugal estava em 2010 muito longe da meta estabelecida para o país e para a União Europeia, registando um valor de despesa em I&D que representava apenas 1,6% do PIB nacional (0,7% do setor público e 0,9% do setor privado). Na Região Centro, em 2010, a despesa em I&D correspondeu a 1,3% do PIB (0,7% do setor público e 0,6% do setor privado).

Em termos dos níveis de educação pretendidos, e de qualificação das populações, as regiões portuguesas encontram-se ainda muito distantes dos valores de abandono escolar precoce assumidos como objetivos para 2020, havendo também neste indicador um forte distanciamento da Região Centro e das restantes regiões de Portugal, face à esmagadora maioria das nações que integram a União Europeia.

O nosso país está longe da meta de 10%, a alcançar até 2020 (o valor nacional de abandono escolar era de 23,2% em 2011), mas é de referir o progresso verificado, pois ao longo de uma década houve uma quebra de 44,2% (2001) para 23,2% (2011). A Região Centro apresentava em 2012, nesta vertente, um desempenho melhor do que a média nacional (18,7% versus 20,8%), sendo mesmo a região de Portugal com melhor desempenho neste indicador.

Outra das metas assumidas para 2020, em termos de capital humano, é a percentagem da população jovem (dos 30 aos 34 anos) que deverá possuir habilitações literárias ao nível do ensino superior, cifrada em 40%. Em 2012, a Região Centro apresentava neste indicador um valor de 22,8%, portanto ainda muito distante do objetivo assumido, sendo que em Portugal fica porém apenas aquém da região de Lisboa.

Relativamente à Inclusão Social, a Região Centro deverá dar um contributo substantivo para a meta estabelecida por Portugal, no sentido de diminuir em 200.000 o número de pessoas em risco de pobreza e exclusão, importando porém encontrar formas de ver este indicador desdobrado ao nível das NUTS II de Portugal.

Em termos de Clima e Energia, e do cumprimento dos objetivos em matéria de clima e energia “20/20/20”, a Região Centro deverá também contribuir para as metas nacionais, de redução do efeito de estufa em 1%, obtenção de um contributo de 31% de energias renováveis e aumento da eficiência energética em 20%, sendo importante, também neste domínio, passar a ter disponíveis valores à escala das NUTS II de Portugal.

Os principais elementos da estratégia regional

A Estratégia de Desenvolvimento Regional proposta para o CENTRO de PORTUGAL ao longo do período temporal 2014-2020 parte de um Desígnio Central, CRER no Centro de Portugal 2020, que apresenta neste contexto um duplo sentido, de acreditar e mobilizar o Centro de Portugal, mas igualmente de assumir como desígnio a geração de valor acrescentado decorrente da afirmação de um modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER):

- Responsável no sentido de respeitar aspetos ambientais, respeitar os direitos humanos e a qualidade de vida dos cidadãos, bem como no sentido de responsabilidade social e de evolução harmoniosa da Região Centro;

- Estruturante no sentido de corresponder a pilares duradouros e sustentáveis de construção da competitividade da Região Centro no mundo contemporâneo, com uma ótica também de médio prazo e dirigida à aposta nos vetores com potencial regional de criação de valor acrescentado;
- Resiliente no sentido de ser robusta face a oscilações de contexto, traçando um rumo de evolução positiva que seja capaz de resistir a diferentes tipos de imprevistos que possam surgir a nível nacional e internacional, assim como aos momentos bons e menos bons.

A este desígnio central associa-se a afirmação da marca CENTRO.PT que procura evidenciar uma Região Centro que congrega tudo o que se precisa numa única região, a qual se pretende detentora de elementos de atratividade para diferentes fases do ciclo de vida das pessoas, e que deseja posicionar-se estrategicamente em torno de sete vertentes que a identificam enquanto:

- Uma Região Qualificada, Inovadora e Empreendedora
- O CENTRO Tecnológico
- Continuidade e Mudança: as Duas Faces da Mesma Moeda
- Força da Diversidade: A Nossa Assinatura
- Uma Região Solidária, Inclusiva e Resiliente
- Trabalho em Redes Focalizadas
- Reforço Positivo e Mosaico de Oportunidades: a Nossa Atitude

A estratégia de desenvolvimento regional desdobra-se em torno de uma arquitetura resumida na Figura 1.6, e que contempla diferentes camadas, aqui enunciadas (mais detalhe pode ser encontrado no PAR).

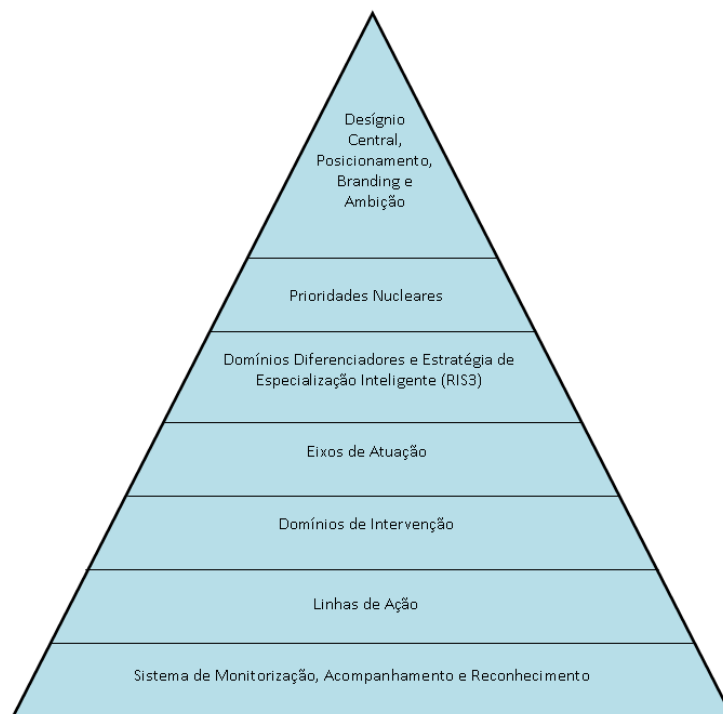


Figura 1.6 - Metodologia de abordagem à definição da Estratégia de Desenvolvimento Regional 2014-2020 do CENTRO de PORTUGAL.

Ambição Regional – Principais Objetivos

- Ser Innovation Leader (RIS) [20% de I&D Nacional e 100 Empresas Gazela];
- Representar 20% do PIB Nacional;
- Diminuir em 10% as Assimetrias Territoriais (em particular entre litoral e interior e entre áreas urbanas e rurais);
- Ter 40% da População Jovem com Formação Superior (valorizando as ofertas formativas de qualidade e com elevada empregabilidade e reforçando as condições de equidade no acesso ao Ensino Superior);
- Taxa de Desemprego Inferior a 70% da Média Nacional (promovendo a sustentabilidade dos diversos setores e sistemas produtivos regionais, bem assim como o encontro entre a oferta e a procura do mercado de trabalho).

Prioridades Nucleares

- **Sustentar e Reforçar a Criação de Valor**, através uma nova dinâmica produtiva e empreendedora, que promova a subida da posição da Região Centro nas cadeias de valor das atividades e setores com potencial ou em que o CENTRO de PORTUGAL já se afirmou;

- **Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão**, indutora da inovação, do crescimento e da competitividade, capaz de articular e valorizar a sua diferenciação e especialização;
- **Afirmar um Tecido Económico Resiliente, Industrializado e Exportador**, assente numa competitividade produtiva direcionada para os mercados internacionais, na captação de IDE estruturante, no reforço de I&D&I vocacionado para gerar valor, na especialização inteligente e na substituição de importações por produtos nacionais;
- **Reforçar a Coesão Territorial**, através de uma redução das disparidades e das assimetrias territoriais existentes, combinando os vetores de coesão económica e social com a coesão territorial e o equilíbrio ambiental;
- **Gerar, Captar e Reter Talento Qualificado e Inovador**, apostando na capacidade de educar os jovens, na existência de condições para promover a sua fixação na Região Centro e na captação de talento exterior;
- **Dar Vida e Sustentabilidade às Infraestruturas Existentes**, por via da promoção de atividades que lhes confirmem maior utilização, suprimindo carências das populações e promovendo o emprego, nomeadamente através de processos de refuncionalização;
- **Consolidar a Capacitação Institucional**, melhorando o desempenho das organizações na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, através da qualificação dos seus recursos humanos, da utilização de novos métodos de trabalho e do funcionamento em rede, baseado em verdadeiras parcerias.

Especialização Inteligente

É ainda possível identificar na Região Centro um conjunto de Domínios Diferenciadores Temáticos (Agricultura, Floresta, Mar, Turismo, TICE, Materiais, Biotecnologia e Saúde e Bem-Estar) e Transversais (Produtividade Industrial Sustentável, Eficiência Energética, Inovação Rural), que correspondem a dinâmicas produtivas instaladas de grande sucesso e/ou promissoras, nomeadamente, à luz das prioridades assumidas a nível europeu, nacional e regional, no contexto da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3 do CENTRO de PORTUGAL). Com apoio do POR, pretende-se que constituam uma base de reforço da industrialização já existente e com fortes tradições na Região Centro, adaptando-a aos novos desafios, através da constante adoção das melhores práticas disponíveis para o reforço da produtividade, da eficácia e da eficiência, bem como de uma constante inovação suportada em conhecimento, IDI e capital humano qualificado.

As opções tomadas pelo CENTRO de PORTUGAL, em sede da correspondente Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3), encontram-se retratadas no correspondente documento

RIS3, cuja leitura, à semelhança do PAR, se recomenda que possa ser efetuada enquanto complemento do que é descrito no presente POR.

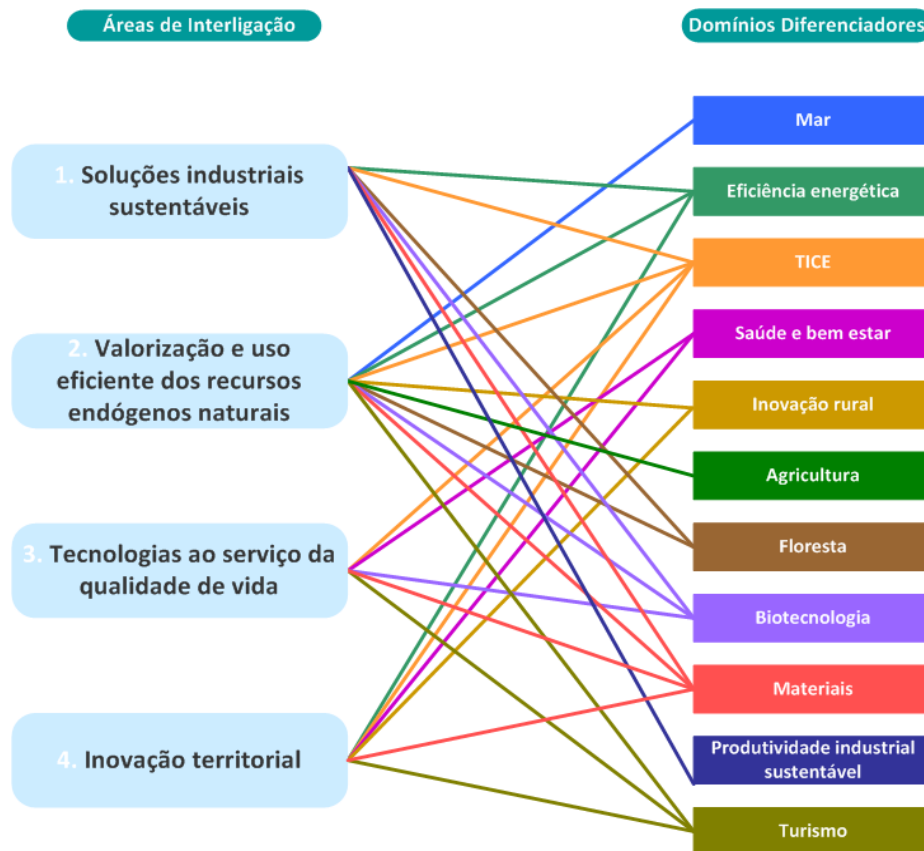


Figura 1.7 - Promoção da Diversidade Relacionada através do cruzamento entre áreas de interligação e domínios diferenciadores no CENTRO de PORTUGAL.

Com base nos domínios diferenciadores, já referidos, foi possível construir então um conjunto de quatro áreas de interligação, em que irão assentar algumas das apostas do POR, a saber: soluções industriais sustentáveis; valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais; tecnologias ao serviço da qualidade de vida; e inovação territorial. Elas promovem a diversidade relacionada, conforme evidenciado na Figura 1.7.

Por sua vez, as áreas de interligação podem ser operacionalizadas através da implementação de um conjunto de projetos a desenvolver dentro das apostas indicativas delineadas dentro da abordagem RIS3 desenhada para a Região Centro, e agrupadas dentro daquelas, conforme seguidamente se enuncia.

Área de interligação: 1. Soluções industriais sustentáveis

Aposta indicativa: 1.1. Otimização sustentada da produtividade industrial

Otimização da produtividade industrial, através da adoção e desenvolvimento de tecnologias de produção avançada de apoio ao fabrico competitivo e de maior valor acrescentado, da transferência de tecnologia, da

adoção das melhores práticas disponíveis, da utilização eficiente dos diferentes tipos de recursos e materiais e da descarbonização dos processos produtivos.

Aposta indicativa: 1.2. Desenvolvimento e utilização de materiais

Desenvolvimento e utilização de materiais ao serviço da competitividade, através da valorização e reciclagem de resíduos em simbiose industrial, da conceção de novos materiais e de novos aproveitamentos para materiais com origem agroflorestal.

Área de interligação: 2. Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais

Aposta indicativa: 2.1. Fontes energéticas alternativas

Aproveitamento energético dos recursos endógenos naturais, através de soluções que explorem o potencial energético associado à floresta, ao mar e ao sol.

Aposta indicativa: 2.2. Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais

Desenvolvimento de novos produtos associados ao mar, à atividade agroflorestal e à economia verde, incluindo também a introdução de abordagens inovadoras nos processos ligados ao aproveitamento e transformação dos recursos endógenos naturais otimizando a sua posição nas respetivas cadeias de valor (e.g. gestão florestal sustentável, incluindo prevenção, deteção e combate a incêndios; gestão sustentável de matérias primas e dos recursos geológicos; agricultura de precisão; comercialização especializada de produtos agroalimentares; aquacultura, pescado, conservas, sal, economia do surf).

Área de interligação: 3. Tecnologias ao serviço da qualidade de vida

Aposta indicativa: 3.1. Futuro digital

Desenvolvimento de mecanismos de acesso remoto a novos dispositivos e plataformas, recorrendo às tecnologias e normas protocolares utilizadas na internet, potenciação de oportunidades associadas à computação na nuvem e internet das coisas, criação de sistemas integrados para gestão otimizada de redes, infraestruturas e equipamentos, construção de soluções centradas em “bigdata” para diferentes aplicações científicas e societais, bem como de sistemas robustos de garantia de segurança digital.

Aposta indicativa: 3.2. Inovação centrada na saúde

Desenvolvimento de dispositivos médicos e sistemas de monitorização, apostas em medicina personalizada, terapia celular, medicina de translação e ensaios clínicos, bem assim como na consolidação de práticas clínicas de excelência (e.g. oncologia, oftalmologia, cardiologia/cirurgia cardíaca, transplante de órgãos, tecidos e células), potenciando igualmente o turismo médico.

Aposta indicativa: 3.3. Envelhecimento ativo

Aposta em novas abordagens associadas à medicina preventiva e de reabilitação, ao bem-estar, envelhecimento ativo e saudável, incluindo doenças associadas ao envelhecimento, termalismo e bioclimatismo, potenciando igualmente o turismo de bem-estar.

Área de interligação: 4. Inovação territorial

Aposta indicativa: 3.1. Inovação rural

Experimentação de soluções direcionadas para a inovação rural, através do desenvolvimento de territórios inteligentes e criativos em zonas rurais, do desenvolvimento de soluções integradoras de conceção, produção, valorização e comercialização de produtos e serviços baseados em recursos endógenos, acompanhados da introdução de tecnologias (*e.g.* telemedicina, telemonitorização, sistemas de apoio itinerante, mecanismos de micrologística) e outras formas de inovação social que permitam reforçar a atratividade e qualidade de vida neste tipo de territórios.

Aposta indicativa: 3.2. Cidades sustentáveis, criativas e inteligentes

Desenvolvimento de soluções inovadoras de regeneração urbana baseadas em soluções sustentáveis e que privilegiem a economia local, com a consolidação de uma rede policêntrica de cidades de média dimensão criativas e inteligentes, incluindo um especial enfoque no uso eficiente da energia, gestão otimizada de equipamentos, consolidação de espaços públicos e espaços verdes inovadores, adoção de mecanismos de mobilidade sustentável, bem assim como promoção da criatividade e da produção cultural inovadora.

Aposta indicativa: 3.3. Investigação, desenvolvimento e inovação no turismo

Reforço da presença da investigação, desenvolvimento e inovação no turismo, incluindo: novas abordagens direcionadas a mercados específicos; estruturação de novos produtos turísticos orientados para a valorização do património territorial existente, enquanto elemento diferenciador; consolidação da produção de conteúdos (culturais, artísticos, multimédia); e desenvolvimento de novas ferramentas e abordagens *on-line* de promoção do destino turístico CENTRO de PORTUGAL.

A implementação das opções RIS3 da Região Centro concretiza-se através da combinação de diferentes iniciativas e instrumentos de política pública. No que diz respeito à sua interligação com este POR, preconizam-se as seguintes orientações:

- Os apoios a projetos de investigação científica e tecnológica serão exclusivamente direcionados para iniciativas que se enquadrem dentro deste leque de opções RIS3;
- De uma forma geral todos os apoios a conceder para projetos relacionados com a inovação e reforço da competitividade utilizarão como critério de avaliação, com uma ponderação não inferior a 15%, o seu contributo para a afirmação da RIS3 do CENTRO de PORTUGAL, por se relacionarem com as áreas de interligação e/ou com os domínios diferenciadores selecionados.

Os Eixos Prioritários do Programa Operacional Regional

O POR estrutura-se em 8 Eixos Prioritários, mobilizando 10 Objetivos Temáticos e 30 Prioridades de Investimento. Estas opções decorrem da necessidade de compatibilizar, por um lado, a diversidade de realidades e áreas de intervenção onde uma adequada aplicação de fundos estruturais pode e deve contribuir

para a afirmação de uma região com a heterogeneidade e estágio de desenvolvimento da Região Centro, e, por outro lado, a adoção de uma concentração temática, focalizada nas prioridades do PAR, orientada para resultados considerados essenciais, tendo ainda em linha de conta as tipologias de intervenção que serão igualmente alvo de apoio por parte dos PO Temáticos Nacionais, nos termos do previsto no Acordo de Parceria e das diferentes reuniões de definição de fronteiras efetuadas. São então os seguintes os Eixos Prioritários do POR:

Eixo 1: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

Eixo 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

Eixo 6: Afirmar Sustentabilidade de Territórios e Recursos (SUSTENTAR)

Eixo 7: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

Eixo 8: Apoiar a mobilidade regional (MOVIMENTOS)

Os correspondentes Objetivos Temáticos mobilizados através do POR são os seguintes:

OT 1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

OT 2: Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade

OT 3: Reforçar a competitividade das PME

OT 4: Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores

OT 6: Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos

OT 7: Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas

OT 8: Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral

OT 9: Promover a inclusão social e combater a pobreza

OT 10: Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

OT 11: Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente

Além do manifesto alinhamento com a Estratégia EUROPA 2020, refletido na Figura 1.8, e com as prioridades nacionais, assumidas no Acordo de Parceria, este conjunto de Eixos Prioritários configura igualmente um alinhamento estreito com a estratégia de desenvolvimento regional delineada no PAR, sendo que o contributo de cada um dos referidos Eixos Prioritários para a afirmação dos principais objetivos da Ambição Regional é ilustrado matricialmente na Figura 1.9.

	OT1	OT2	OT3	OT4	OT6	OT7	OT8	OT9	OT10	OT11
EIXO 1: COMPETIR			●							
EIXO 2: IDEIAS	●									
EIXO 3: APRENDER									●	
EIXO 4: EMPREGAR E CONVERGIR							●			
EIXO 5: APROXIMAR E CONVERGIR								●		
EIXO 6: SUSTENTAR				●	●					
EIXO 7: CAPACITAR		●								●
EIXO 8: MOVIMENTOS						●				

Figura 1.8 - Relações entre os Eixos Prioritários do POR e os Objetivos Temáticos da Política de Coesão.

	Situar-se como Innovation Leader	Representar 20% do PIB nacional	Diminuir em 10% as assimetrias territoriais	Ter 40% da população jovem com formação superior	Taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional
EIXO 1: COMPETIR	●	●			●
EIXO 2: IDEIAS	●	●			
EIXO 3: APRENDER	●			●	●
EIXO 4: EMPREGAR E CONVERGIR	●		●		●
EIXO 5: APROXIMAR E CONVERGIR			●		●
EIXO 6: SUSTENTAR			●		
EIXO 7: CAPACITAR	●	●			
EIXO 8: MOVIMENTOS		●			

Figura 1.9 - Relações entre os Eixos Prioritários do POR e a Ambição Regional.

Além de toda a dinâmica de participação regional, associada ao processo CRER2020, tal como ele se desenvolveu ao longo de 2013, com a participação ativa de mais de 300 organizações e 700 pessoas, do suporte estatístico e baseado no diagnóstico prospetivo elaborado e analisado pela Comissão Europeia, a identificação de prioridades, e correspondente afetação de meios, decorrem igualmente das opiniões colhidas junto dos cidadãos que acederam ao portal da CCDRC, dando-nos a conhecer a sua voz sobre o futuro da Região Centro (Figura 1.10), como ainda através das opiniões recolhidas em sede do Conselho Regional, enquanto órgão de aconselhamento estratégico da CCDRC onde estão representadas as diferentes forças vivas regionais, aquando da validação do PAR, em reunião que teve lugar em julho de 2013 (Figura 1.11).

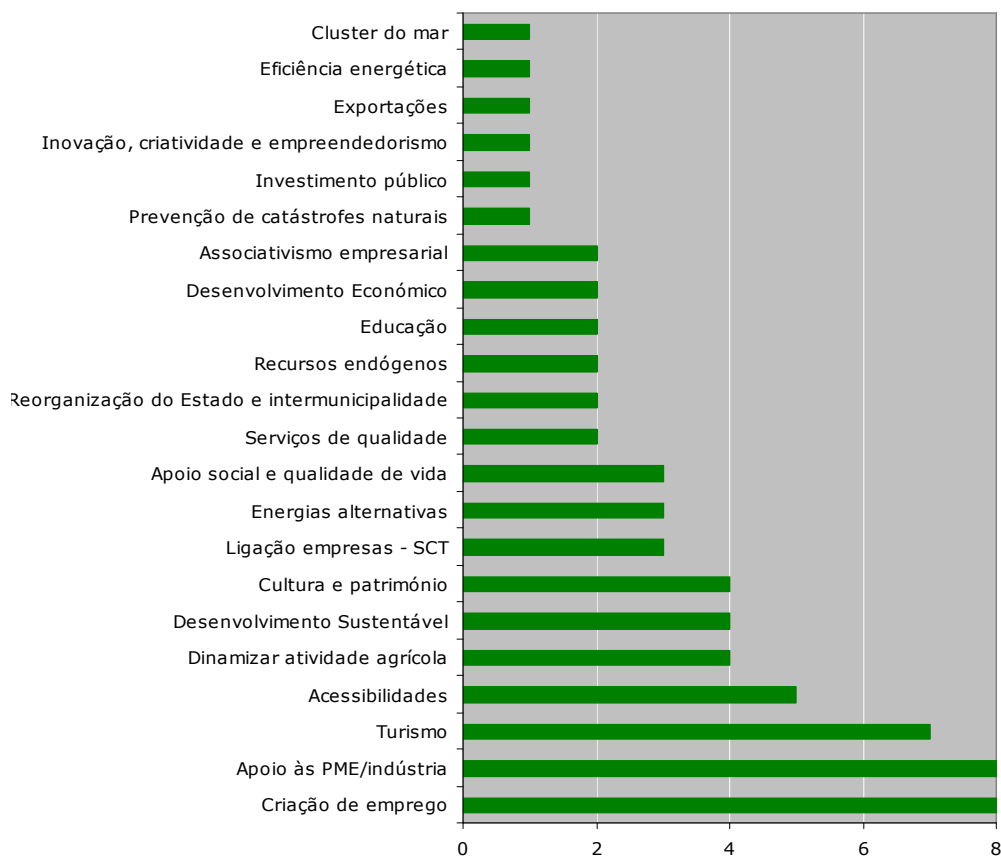


Figura 1.10 – Prioridades identificadas pelos cidadãos.

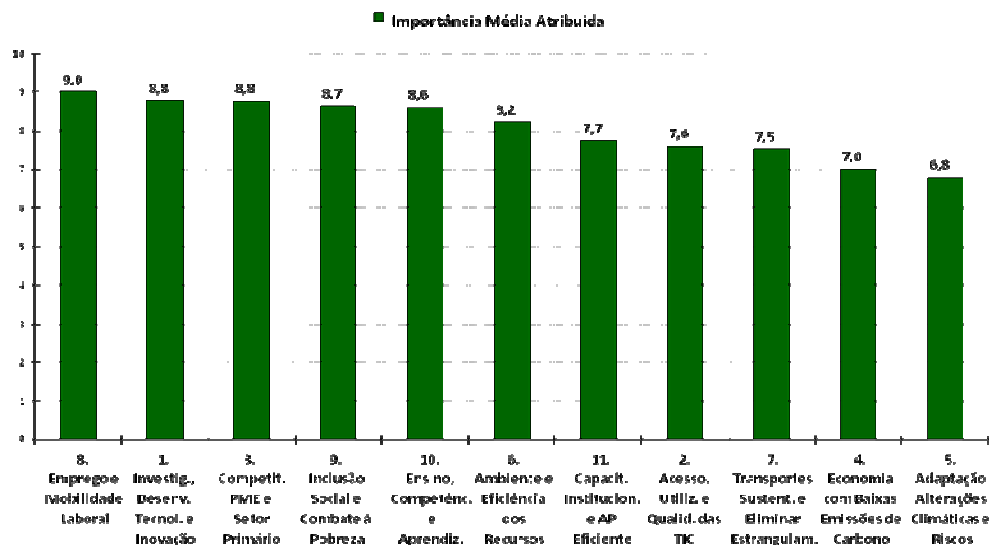


Figura 1.11 – Hierarquização dos Objetivos Temáticos efetuada pelos membros do Conselho Regional.

As opções tomadas em sede do POR, quer na sua arquitetura de Eixos Prioritários, quer nas correspondentes escolhas de Prioridades de Investimento, Objetivos Específicos, Indicadores de Realização e de Resultados, decorrem de uma abordagem que congrega componentes “top-down” e “bottom-up”. Promoveu-se uma larga participação dos agentes locais, sub-regionais e regionais, detalhada no PAR, que desenha uma Estratégia de Desenvolvimento Regional validada pelo CENTRO de PORTUGAL, mas igualmente alinhada com o Acordo de Parceria, as opções nacionais, e a Estratégia EUROPA 2020, cuja contextualização na Região Centro se traduz tanto no PAR como neste POR, sendo fácil evidenciar as relações existentes entre a Ambição Regional e a Estratégia EUROPA 2020, bem assim como entre as Prioridades Nucleares do PAR e as prioridades nacionais assumidas na RCM 98/2012 e vertidas para o Acordo de Parceria (Figuras 1.12 e 1.13).

	Empregabilidade	Intensidade em I&D	Nível de educação	Inclusão social	Clima e energia
Situar-se como Innovation Leader		●			●
Representar 20% do PIB nacional	●	●			
Diminuir em 10% as assimetrias territoriais	●			●	
Ter 40% da população jovem com formação superior			●		
Taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional	●			●	

Figura 1.12 - Relações entre a Ambição Regional e a Estratégia EUROPA 2020.

	Estimular a economia	Apostar na educação e na formação profissional	Reforçar a inclusão social em todo o território nacional	Promover a competitividade e a coesão territorial	Reformular o Estado
Sustentar e Reforçar a Criação de Valor	●			●	●
Estruturar uma Rede Policêntrica de Cidades de Média Dimensão				●	
Afirmar um Tecido Económico Resiliente, Industrializado e Exportador	●			●	
Reforçar a Coesão territorial			●	●	
Gerar, Captar e Reter Talento Qualificado e Inovador		●		●	
Dar Vida e Sustentabilidade a Infraestruturas Existentes			●		●
Consolidar a Capacitação Institucional				●	●

Figura 1.13 - Relações entre as Prioridades Nucleares do PAR e as prioridades nacionais assumidas na RCM 98/2012 e vertidas para o Acordo de Parceria.

Assim sendo, de forma mais concreta, na tabela seguinte (Tabela 1) enumeram-se as principais razões determinantes da escolha dos Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento que integram o POR, evidenciando de que forma estas opções contribuem para a concretização da Ambição Regional definida no PAR (através dos seus cinco objetivos essenciais, e com base sempre que possível numa análise das lacunas ainda existentes, que importa esbater no sentido de afirmar o futuro do CENTRO de PORTUGAL em coerência com o Acordo de Parceria), que interpreta igualmente as formas, no contexto específico da Região Centro, de contribuição da mesma para a Estratégia EUROPA 2020.

A figura seguinte (Figura 1.14) evidencia a forma e intensidade com que as Prioridades de Investimento concorrem diretamente para a concretização da Ambição Regional definida no Plano de Ação Regional, de forma esquemática, ilustrando a coerência do exercício de programação.

Eixos do Programa	Prioridades de Investimento	Situar-se como Innovation Leader	Representar 20% do PIB nacional	Diminuir em 10% as assimetrias territoriais	Ter 40% da população jovem com formação superior	Taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional
Eixo 1: COMPETIR	3.1	●	●	●		●
	3.2		●			●
	3.3	●	●			●
	3.4		●			●
Eixo 2: IDEIAS	1.1	●	●			
	1.2	●	●	●		
Eixo 3: APRENDER	10.1			●		●
	10.2				●	●
	10.4				●	●
	10.5				●	●
Eixo 4: EMPREGAR E CONVERGIR	8.1	●		●		●
	8.3			●		●
	8.5		●			●
	8.8		●	●		●
	8.9			●		●
Eixo 5: APROXIMAR E CONVERGIR	9.1			●		●
	9.6		●	●		●
	9.7			●		
	9.8			●		
	9.10		●	●		●
Eixo 6: SUSTENTAR	4.2	●	●			

	4.3	●		●		
	4.5	●		●		
	6.3		●	●		●
	6.4			●		
	6.5		●	●		●
Eixo 7: CAPACITAR	2.3	●		●		
	11.1	●		●		
	11.2	●		●		
Eixo 8: MOVI- MENTOS	7.2		●	●		

Figura 1.14 - Relações entre as Prioridades de Investimento do POR e a Ambição Regional.

Orientação para resultados

A definição de um bom quadro de avaliação de candidaturas apresenta a maior relevância no sentido de o POR vir efetivamente a contribuir para o desenvolvimento regional alinhado com a Estratégia de Desenvolvimento delineada no PAR, no Acordo de Parceria e na Estratégia EUROPA 2020.

De facto, a identificação adequada de princípios de avaliação e seleção de candidaturas permite alinhar fortemente o comportamento dos promotores e a natureza dos projetos em torno dos resultados efetivamente pretendidos, sendo especialmente eficaz pois possibilita e promove:

- A implementação de uma cultura de verdadeira meritocracia consistente e alinhada com os objetivos de desenvolvimento regional delineados, sendo somente aprovados os projetos com mérito absoluto relevante;
- Uma orientação para resultados, tanto nos momentos de conceção como de implementação prática e acompanhamento dos projetos aprovados no contexto do POR;
- O conhecimento dos instrumentos definidores do desenvolvimento regional, incluindo o Plano de Ação Regional e a RIS3, de uma forma pedagógica que ajuda a orientar a construção de iniciativas contribuintes para a implementação da Ambição Regional, do Acordo de Parceria e da Estratégia EUROPA 2020;
- Uma contribuição para as políticas comunitárias horizontais, incluindo o desenvolvimento sustentável, igualdade de oportunidades e não discriminação, igualdade entre homens e mulheres.

Assim sendo, o POR deverá assentar, por norma, na possibilidade de apresentação em regime de balcão aberto de candidaturas, com fases trimestrais de avaliação das mesmas, sendo potencialmente aprovadas aquelas

que, dentro das disponibilidades orçamentais de cada fase, tiverem as melhores pontuações e sempre com uma avaliação de mérito absoluto não inferior a um determinado valor. Suplementarmente, em casos específicos onde tal se justifique, poderão ser abertos concursos específicos, com períodos definidos de abertura e encerramento dos mesmos.

Todo o processo de submissão, análise e aprovação de candidaturas, bem assim como de acompanhamento da implementação de projetos aprovados, estará centrado numa clara orientação para resultados, a contratualizar com os correspondentes promotores.

Esta orientação para resultados será aplicada ao nível de cada operação, em estreito alinhamento com a bateria de indicadores de resultados face ao conjunto de 25 indicadores do Barómetro Regional do CENTRO de PORTUGAL (que pode ser consultado no portal da CCDRC), que vai monitorizar o progresso da Região Centro, com atualização semestral dos seus valores individuais e agregados.

Princípios Gerais Comuns de Análise de Mérito

Por forma a alcançar estes objetivos, aponta-se igualmente para um quadro comum de critérios e escalas de avaliação a ser assumido por todos os projetos candidatados ao POR, independentemente da sua natureza e enquadramento, mas com ajuste de ponderações e consideração de subcritérios ajustados a cada tipologia de operações em concreto, em particular no modo como se irá avaliar a qualidade intrínseca dos projetos candidatados, dependente das especificidades das diferentes tipologias de ação. Este quadro comum de critérios procura-se que seja simultaneamente:

- Simples, contemplando um máximo de sete critérios com janelas de ponderação que podem variar de acordo com as diferentes medidas e tipologias de projetos;
- Uniformizador nas escalas de avaliação adotadas para cada critério, que podem assumir valores cifrados essencialmente entre 1 (contributo nulo ou reduzido) e 5 (contributo muito elevado);
- Consistente com as estratégias de Desenvolvimento Regional assumidas no Plano de Ação Regional, na RIS3, no Acordo de Parceria e na Estratégia EUROPA 2020.

Independentemente dos princípios de análise de mérito, mais à frente enunciados para cada Prioridade de Investimento, de natureza específica e adequada à avaliação da qualidade intrínseca dos projetos, competência e capacidade dos promotores, devem ser adotados enquanto critérios gerais, aplicáveis à generalidade do POR, os seguintes elementos de avaliação:

- Contribuição para a Estratégia de Desenvolvimento Regional;
- Contribuição para Resultados;
- Contribuição para a Coesão Territorial;
- Qualidade Intrínseca do Projeto;
- Competência e Capacidade dos Promotores;
- Contribuição para as opções regionais RIS3. (quando aplicável).

1.1.2. Justificação da escolha dos objetivos temáticos e prioridades de investimento

Quadro 1: Justificação da escolha dos objetivos temáticos e prioridades de investimento

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;	Sendo uma região <i>Innovation follower</i> , a aproximação a região <i>innovation</i> carece de uma consolidação das capacidades instaladas de aposta em I&D, reforçando a percentagem do PIB aplicada em I&D (1,28%), a percentagem dos investimentos em I&D de Portugal que decorrem na Região Centro (14,9%), ao mesmo tempo que se capacitam os agentes regionais para envolvimento no programa HORIZON 2020 e outros de índole internacional, reforçando a aposta das empresas em atividades de I&D, que é ainda particularmente frágil (apenas 44% do investimento em I&D na Região foi executado pelo setor privado). Finalmente, a concretização das apostas RIS3 definidas para a Região Centro tem de assentar na possibilidade de concretização de projetos de I&D que estejam diretamente relacionados com as opções de especialização inteligente assumidas, gerando conhecimento relevante para o fomento da inovação nestas áreas de interligação entre domínios diferenciadores, conforme delineado no documento RIS3 do CENTRO de PORTUGAL.
	1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral	Após ter atingido o nível de <i>innovation follower</i> , pretende-se fazer evoluir a Região Centro para o patamar de região classificada como <i>Innovation Leader</i> (Regional Innovation Scoreboard), sendo assim fundamental apostar no investimento efetuado em I&D orientado para resultados, assegurando simultaneamente uma crescente participação do setor privado em projetos deste tipo. Em 2010, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro representava 14,9% da despesa nacional (410.548 mil euros), importando convergir para a meta de 20% assumida no Plano de Ação Regional. Desde 2003, o peso do investimento em I&D no produto interno bruto (PIB) tem vindo sucessivamente a aumentar na Região Centro, tendo atingido o máximo de 1,3% em 2010, valor contudo ainda muito aquém da meta estabelecida para 2020 (3%). A proporção do investimento regional em I&D executado pelo setor privado diminuiu entre 2007 e 2010, após um período anterior de consecutivos aumentos.
2. Melhorar o	2.3. O reforço das aplicações TIC na	A modernização das administrações e dos serviços

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade	administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha;	públicos através do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitirá facilitar o contacto entre estas entidades e os cidadãos. Em 2013, em Portugal, mais de metade (53,7%) dos indivíduos com idade entre 16 e 74 anos interagiram, nos últimos 12 meses, com organismos da administração pública através da Internet para obter informação de sites de organismos da Administração Pública. Esta proporção é de 32,6% no caso de terem pretendido fazer <i>download</i> de impressos, formulários oficiais e é de 41,6% na utilização de TIC para preencher e enviar online impressos, formulários oficiais. Com esta prioridade de investimento pretende-se apoiar projetos que reforcem a disponibilização de aplicações TIC de modo a aumentar a sua utilização por parte dos cidadãos, contribuindo para uma administração pública e para serviços públicos mais eficazes e eficientes.
3. Reforçar a competitividade das PME	3.1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas;	A competitividade regional depende muito da produtividade, do empreendedorismo e da capacidade de renovar o tecido económico, em muitos casos pela valorização do conhecimento produzido. Com esta aposta pretende-se um maior peso do PIB regional no total nacional (18,6% em 2011); maior contributo dos processos produtivos das empresas da Região para o aumento do VAB (em 2011, o VAB das empresas, tanto na região como no total nacional, era inferior ao registado em 2007); mais nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia reforçando o peso da Região no total nacional (16,9% em 2011); e ter 100 "empresas gazela" na Região até 2020 (53 em 2011).
	3.2. O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, tendo especialmente em vista a sua internacionalização;	Dada a relevância dos mercados externos, deve apostar-se na vocação exportadora e no aumento do volume de exportações através de maior visibilidade internacional e capacitação empresarial para a internacionalização. Na Região Centro, as exportações de bens ascendiam a 8,6 mil milhões de euros (19% do total nacional), tendo o seu peso no PIB vindo a aumentar (26% em 2011) e superado as importações de bens (126% de taxa de cobertura das exportações pelas importações), situação inversa à do país. Apenas 2% das exportações regionais respeitavam a bens de alta tecnologia, valor aquém da média nacional. Apostando nesta tipologia de investimentos pretende-se que a economia da Região Centro cresça de modo a representar 20% do PIB nacional, aproximando-se do peso que a região assume em termos populacionais no todo nacional (em 2011, o peso populacional da Região Centro no País era de 21,9% e no PIB era 18,6%).

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
	3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços;	O surgimento de novos produtos e serviços comercializáveis potencia maiores níveis de produtividade e criação de valor. Com esta aposta na Região Centro pretende-se aumentar a capacidade de absorção de conhecimento e de inovação bem como criar novos produtos, fatores determinantes para um aumento da competitividade regional. De facto, a Região Centro regista ainda um volume de negócios resultante da venda de produtos novos (das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço) reduzido face a outras regiões. Estes novos investimentos contribuirão ainda para a ambição regional do PIB da Região Centro representar 20% do total nacional.
	3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação	As PME têm enfrentado grandes constrangimentos financeiros (elevadas taxas de juro e acesso restrito a capitais alheios), incluindo necessidades em matéria de fundo de maneio e tesouraria, o que tem condicionado os seus processos de crescimento, inovação e internacionalização (investimento). Simultaneamente, persiste um mercado financeiro conservador, onde existe um fraco recurso a formas inovadoras de financiamento (capital de risco, <i>business angels</i> , garantias, etc.). Neste sentido, é importante encontrar e dinamizar novos instrumentos, em parceria com as entidades do sistema financeiro, visando potenciar o financiamento enquadrado no âmbito da estratégia regional e enquadrar os projetos de empreendedorismo e expansão empresarial.
4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas;	A aposta na promoção da eficiência energética e na utilização das energias renováveis nas empresas é uma prioridade de investimento dada a necessidade de alterar os padrões de consumo energético no setor empresarial, reduzindo os custos associados, aumentando a eficiência energética e diminuindo as emissões. Em 2011, havia um elevado diferencial no peso do consumo de energia primária no PIB entre a Região Centro e o país (181,8 e 131,5 tep por milhão de €, em 2011), havendo necessidade de reduzir a intensidade energética para que a Região dê o seu contributo para o cumprimento dos objetivos em matéria de clima e energia “20/20/20”, com o consequente aumento da eficiência energética em 20%. Os projetos apoiados deverão ainda contribuir para reduzir as emissões globais de CO2 (16% do total nacional em 2009). No caso das emissões resultantes de processos industriais, o peso regional era muito superior (33%), ultrapassando o próprio contributo da região para o VAB nacional.

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
	<p>4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;</p>	<p>É necessário alterar os padrões de consumo energético em Portugal no setor público, assim como reduzir os custos associados. Com esta mudança pretende-se um aumento da eficiência energética e uma redução de emissões. Dada a importância que a eficiência energética deve assumir, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor habitacional (grandes consumidores de energia), os projetos apoiados na Região Centro deverão permitir alcançar uma redução do consumo de energia primária, nomeadamente no peso que este assume no PIB e que é substancialmente superior à média nacional. Estes projetos devem ainda racionalizar consumos, promovendo uma diminuição global do consumo de energia elétrica em infraestruturas públicas, na iluminação pública e em edifícios da Administração Pública.</p>
	<p>4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;</p>	<p>Dada a situação de Portugal no que se refere à utilização pouco eficiente de recursos energéticos com maiores emissões de carbono e pela necessidade de contribuir para o cumprimento dos objetivos em matéria de clima e energia “20/20/20” (com a redução das emissões de gases com efeito estufa em 20%, face aos níveis de 1990), deverá promover-se uma maior sustentabilidade energética assente numa economia de baixo carbono. Existe a necessidade de promover uma maior eficiência energética nas mais variadas atividades económicas bem como nos transportes de modo a diminuir o peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB (que na Região Centro é superior à média nacional).</p>
<p>6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos</p>	<p>6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;</p>	<p>Valorizar e requalificar o património natural e cultural da Região Centro é fundamental para a tornar um destino turístico de excelência, aumentando a sua atratividade, diminuindo as assimetrias regionais e reforçando a coesão territorial. Os investimentos neste âmbito deverão potenciar um acréscimo de visitantes do património regional (a taxa de crescimento dos visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários diminuiu 1,8% entre 2010 e 2011) bem como um aumento do número de turistas na região (2,2 milhões, ou seja, 16% do total nacional, em 2011). Para além da recuperação e valorização deste património; a dinamização de equipamentos culturais bem como das próprias atividades culturais e a modernização dos serviços culturais direcionados para a educação artística são também de grande relevância.</p>

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
	<p>6.4. A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes;</p>	<p>Dado o património e riqueza natural existente na Região Centro, a proteção da natureza e da sua biodiversidade e ecossistemas assumem um papel de grande relevância. As áreas abrangidas pelos Sítios e pelas Zonas de Proteção Especial, ambos da Rede Natura 2000, representam 12,4% e 3,7 % da área da Região Centro, respetivamente. A área abrangida pelas Redes Nacional de Áreas Protegidas corresponde a 6,7% da área regional, correspondendo 87,4% desta área a Parques Naturais, a maior parte dos quais são de âmbito e relevância nacional.</p> <p>Ora este património, muito presente em áreas do interior, tem vindo a ser aumentado, contribuindo para reforçar a coesão territorial e para esbater as assimetrias regionais. Subsistem ainda assim necessidades ao nível da conservação da natureza, da proteção e valorização da biodiversidade de áreas classificadas bem como das suas espécies e habitats pelo que deverão ser promovidas ações específicas com este fim.</p>
	<p>6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;</p>	<p>A Região Centro dispõe de um sistema urbano policêntrico, composto por uma rede de cidades médias com uma qualidade de vida elevada, mas em que permanecem necessidades de requalificação, refuncionalização e integração, nomeadamente a reabilitação de edifícios, infraestruturas, equipamentos e outros espaços públicos degradados ou obsoletos. No Centro, há 43 cidades (de 159 no país), que poderão desenvolver estratégias integradas de desenvolvimento urbano. Cerca de 30% da população da Região Centro reside em cidades (718 mil pessoas em 2011). Em 2012, estavam ainda identificados, segundo o Inquérito à Caracterização da Habitação Social, 13 áreas de reabilitação urbana no Centro (área territorialmente delimitada, caracterizada pela degradação ou obsolescência dos edifícios, infraestruturas urbanísticas, equipamento social, áreas livres e espaço público). Todas estas intervenções contribuirão para um aumento da coesão e da competitividade territorial e diminuição das assimetrias regionais.</p>
<p>7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes</p>	<p>7.2. A melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós multimodais;</p>	<p>Persistem na Região Centro estrangulamentos vários ao nível das infraestruturas rodoviárias, sendo necessário continuar a investir em projetos que promovam a melhoria da mobilidade regional dos agentes económicos e das acessibilidades. Deste modo, e a par com a promoção de transportes sustentáveis, pretende-se aumentar a competitividade e atratividade dos territórios, objetivo que se encontra alinhado com a ambição regional de diminuir em 10% as assimetrias</p>

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
		territoriais.
8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	<p>8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;</p> <p>8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;</p>	<p>Após ter atingido o nível de <i>Innovation follower</i>, pretende-se fazer evoluir a Região Centro para o patamar de região classificada como <i>Innovation Leader</i> (Regional Innovation Scoreboard), sendo assim fundamental apostar no investimento efetuado em I&D orientado para resultados, assegurando simultaneamente uma crescente participação do setor privado por via da inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas. A proporção do investimento regional em I&D executado pelo setor privado diminuiu entre 2007 e 2010, após um período de consecutivos aumentos, tendo em 2010 atingido um valor que já não se registava desde 2003, pelo que é fundamental aumentar o investimento privado em I&D.</p> <p>O apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego por conta própria constitui uma das formas a privilegiar no combate ao desemprego. É necessário promover a sustentabilidade dos diversos setores e sistemas produtivos regionais com destaque para o empreendedorismo, a criação de emprego por conta própria e o apoio à criação de empresas. Estes investimentos contribuirão para conseguir na Região Centro manter uma taxa de desemprego 70% inferior à média nacional e para atingir a meta da Estratégia EUROPA 2020 de ter uma taxa de emprego dos indivíduos entre os 20 e os 64 anos superior a 75%. Para além disto, e apesar da Região Centro ser a segunda região do país com maior número de trabalhadores por conta própria e com um número crescente de empresas, as ações de insolvência têm aumentado muito nos últimos anos, pelo que deve ser fomentada a criação líquida de emprego, através da promoção do empreendedorismo e do surgimento de novos empresários.</p>
	8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	Esta prioridade de investimento está orientada para o apoio a microempresas. Em 2011, as PME representavam 99,9% das empresas, 89,3% das pessoas ao serviço e 77,4% do volume de negócios na Região Centro. Em média as empresas da Região tinham 2,6 pessoas ao serviço. Importa assim apoiar as empresas existentes, para promoção do emprego, e criar novas empresas, inovadoras e capacitadas para enfrentar os desafios dos mercados, através do apoio ao micro empreendedorismo e à incubação de microempresas (em termos de infraestruturas de acolhimento e de serviços e apoio técnico). Esta prioridade de investimento contribuirá ainda para a diminuição do desemprego e, conseqüentemente, para a ambição regional de conseguir ter uma taxa de

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
		desemprego inferior a 70% da média nacional. Também esta criação de emprego será importante para o aumento da taxa de emprego, contribuindo assim para a meta da Estratégia EUROPA 2020 de atingir uma taxa de emprego dos indivíduos dos 20 aos 64 anos superior a 75%.
	8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade;	Cerca de metade dos municípios da Região Centro evidencia problemas de atratividade populacional e económica, sendo territórios de baixa densidade, localizados sobretudo no interior. Dos 100 municípios que constituem a Região Centro, 48 têm reduzida atratividade, 16 média atratividade e 36 apresentam elevada atratividade territorial. Uma parte do território da Região Centro é marcadamente rural, o que determina as formas de utilização do solo (ocupação agrícola e florestal) e as atividades económicas que aí predominam (agricultura e silvicultura). Contudo, o peso económico que lhe está associado é reduzido (10% da população com atividade regular no setor, 48,6% do emprego nacional neste setor e 29,7% do VAB nacional). Estes espaços têm, contudo, ricos recursos endógenos (naturais, paisagísticos, históricos e culturais) e um forte potencial agroindustrial, sendo ativos de combate à desertificação e ao desemprego, de promoção da atratividade e de redução das assimetrias territoriais.
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;	Existe um desfasamento entre as necessidades das empresas e as qualificações dos ativos, especialmente em processos de mudança e inovação, sendo fundamental investir na adaptação dos trabalhadores a novos processos organizacionais ou produtivos. Com esta necessária readaptação dos trabalhadores a novos modelos de desenvolvimento económico pretende-se diminuir as situações de desemprego. Apesar da taxa de desemprego na Região Centro continuar muito abaixo das registadas nas restantes regiões, tem-se observado um aumento consecutivo nos últimos anos. O objetivo é que esta prioridade de investimento contribua para que a taxa de desemprego regional seja inferior a 70% da média nacional.
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	A inclusão social ganhou importância devido às dinâmicas recentes de aumento do desemprego e dos problemas sociais. Neste sentido, é necessário investir na integração e na inclusão de grupos sociais desfavorecidos, através de medidas de promoção da empregabilidade. Na Região Centro, as dificuldades de empregabilidade relacionam-se com o elevado valor de desemprego jovem (taxa de desemprego jovem de 37,7% em 2012 e 2013), com o

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
		<p>envelhecimento da população ativa (por cada 100 jovens havia 165 idosos, em 2012) e com o aumento da esperança de vida. É assim necessário definir políticas que promovam a ocupação da população mais idosa (com condições de contribuir para a Região) e combater as disfuncionalidades e situações de segregação social e territorial associadas a problemas urbanos e à concentração de problemas sociais (como sejam o desemprego e o envelhecimento e isolamento da população idosa).</p>
	<p>9.6. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária</p>	<p>A Região Centro caracteriza-se por uma elevada diversidade de base territorial, subsistindo sub-regiões mais competitivas (que atingiram patamares de desenvolvimento mais elevados e que têm maior capacidade de fixar pessoas) e sub-regiões de baixa densidade populacional e económica (com fraca competitividade e capacidade de atração de investimento e de pessoas). Subsiste simultaneamente uma grande heterogeneidade socioeconómica associada à existência de uma população envelhecida e de uma franja ainda significativa de analfabetismo. O índice de envelhecimento na Região Centro é de 164,5 em 2012, ou seja, existem mais de 164 idosos por cada 100 jovens (em Portugal o valor médio é de 131,1). A taxa de analfabetismo era, de acordo com os Censos 2011, a terceira mais elevada do país (6,39), sendo assim superior à média nacional.</p>
	<p>9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;</p>	<p>Apesar da Região Centro concentrar cerca de um quarto dos hospitais do país e ter um número de consultas por habitante superior à média nacional, a realidade interna é muito heterogénea (com Coimbra a enviesar a média regional por ter indicadores mais favoráveis que outros municípios, nomeadamente do interior e menos bem servidos). Esta situação também ocorre noutras respostas sociais como as referentes a idosos, em que o interior apesar de mais envelhecido tem baixas taxas de cobertura, revelando uma oferta insuficiente para à procura. A taxa de cobertura dos centros de dia, lares de idosos e serviço de apoio domiciliário era em 2010 de 16% na Região Centro contra 12% no país. Com estes investimentos pretende promover-se uma diminuição das assimetrias intrarregionais.</p>
	<p>9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais;</p>	<p>As necessidades relacionadas com a regeneração física, económica e social na Região Centro justificam esta prioridade de investimento. A integração territorial, com a consequente redução de assimetrias e a valorização dos contextos urbano e rural, constituem um fator de coesão social e económica. Mais uma vez esta prioridade se prende com a</p>

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
		diminuição das disparidades territoriais, reduzindo as assimetrias de desenvolvimento económico, promovendo a coesão social e a coesão territorial.
	9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	A Região Centro caracteriza-se por uma elevada diversidade de base territorial, subsistindo sub-regiões mais competitivas (que atingiram patamares de desenvolvimento mais elevados e que têm maior capacidade de fixar pessoas) e sub-regiões de baixa densidade populacional e económica (com fraca competitividade e capacidade de atração de investimento e de pessoas). Subsiste simultaneamente uma grande heterogeneidade socioeconómica. Esta prioridade de investimento é assim justificada pela importância que as estratégias territoriais de desenvolvimento local têm no sentido de atenuar as diferenças intrarregionais bem como minorar as fragilidades de territórios do interior através do desenvolvimento e promoção de atividades de base rural, do crescimento da economia social e do aproveitamento das mais valias locais.
10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	As medidas de educação específicas para apoio e prevenção do insucesso e do abandono pretendem diminuir o abandono escolar precoce e o insucesso escolar. Em 2012, a taxa de abandono escolar precoce era de 18,7% na Região Centro e 20,8% em Portugal, resultado de decréscimos na última década e aproximando-se da meta de 10% (estratégia UE 2020). Para este objetivo é ainda fundamental fomentar os cursos profissionais, os cursos de educação e formação, o ensino vocacional e os currículos alternativos ao ensino regular.
	10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos;	Esta prioridade de investimento é justificada pela necessidade de reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação. É necessário dar continuidade ao processo de reforço das qualificações de ensino superior da população portuguesa, pretendendo-se o aumento da percentagem da população entre os 30 e 34 anos com diploma de ensino superior, de 27,2% em 2012 (face a 35,8% da UE 27) para 40% em 2020, meta inscrita no PNR, no âmbito da Estratégia EUROPA 2020. Relativamente aos doutoramentos, em 2010, foram concluídos ou reconhecidos 307 nas instituições de ensino superior da Região Centro, sendo este o número mais elevado dos últimos anos. A região concentrava assim 18,4% do total de doutorados formados no país.

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
	<p>10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem;</p>	<p>A qualificação do ensino e da aprendizagem profissional acrescenta valor aos recursos regionais e acentuar-se-á a especialização inteligente da Região Centro. A Região evidencia elevado desemprego (11,7% em 2013) e desemprego jovem (37,7%); baixas qualificações e escolaridade (37,6% da população dos 25-64 anos tem nível secundário face a 74,2% da UE 27) e fraca participação de adultos em educação e formação. Uma maior frequência de cursos tecnológicos poderia ser relevante para a diminuição do abandono escolar. Apesar da Região Centro ser, em 2012, a região portuguesa com a mais baixa taxa de abandono escolar precoce, esta continua a ser elevada (18,9%), situando-se acima da média europeia (12,8%) e da meta estabelecida pela União Europeia para ser atingida em 2020 (10%). Apesar do ensino de cursos tecnológicos e vocacionais ter aumentado, é de grande relevância continuar a fomentá-los, dada a sua importância para responder a necessidades de mão-de-obra técnica especializada.</p>
	<p>10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;</p>	<p>Em zonas da Região Centro subsiste ainda uma rede deficitária de equipamentos de educação. É também necessário continuar os trabalhos de requalificação/modernização de todo o parque escolar bem como a adequação ao ensino técnico das ofertas profissionalizantes. Com esta prioridade de investimento pretende-se assim o reforço/requalificação das infraestruturas dos diferentes níveis de ensino que concorrem para a prossecução das restantes prioridades do domínio do Capital Humano e continuar a aposta na educação na Região Centro por forma a conseguir manter o bom desempenho no que respeita aos resultados. Em 2012, os alunos dos ensinos básico e secundário de estabelecimentos de ensino da Região Centro tiveram globalmente melhores resultados nos exames nacionais do que os observados em termos médios no país e em todas as outras regiões. A taxa de abandono escolar precoce na Região Centro era 18,7% em 2012, pretendendo-se conseguir em 2020 convergir para os 10%.</p>
<p>11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública</p>	<p>11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem;</p>	<p>Com esta prioridade de investimento pretende-se apoiar projetos que contribuam para uma administração pública e para serviços públicos mais eficazes e eficientes, numa lógica de apoio à formação dos recursos humanos. É importante intervir ao nível da produtividade dos colaboradores, do combate a rigidez de carreiras, do défice de mobilidade, da desmotivação, da insuficiente qualificação e envelhecimento dos recursos humanos e da insuficiência de cultura em matéria de avaliação e de práticas de colaboração dentro da administração</p>

Objetivo temático escolhido	Prioridade de investimento escolhida	Justificação da escolha
		pública.
	11.2. Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.	Pretende-se que os processos de modernização e de capacitação tragam melhorias aos serviços, facilitando a sua utilização, ao mesmo tempo que robustecem as organizações e promovem o capital relacional e o relacionamento interinstitucional. Estas intervenções ao nível da capacitação dos agentes públicos que trabalham nas áreas da educação, formação, emprego e políticas sociais é fundamental para conseguir, na Região Centro, melhores atingir os objetivos da redução da taxa de abandono escolar precoce, do aumento da aprendizagem ao longo da vida e consequentemente, do combate aos elevados níveis de desemprego (incluindo o desemprego jovem). Estas medidas de capacitação fomentarão novas competências e melhorarão a produtividade destes trabalhadores da administração pública.

1.2. Justificação da dotação financeira

A repartição dos montantes financeiros do Programa, envolvendo FEDER e FSE, tem a ver sobretudo com:

- As prioridades de desenvolvimento da Região Centro, estabelecidas e assumidas no Plano de Ação Regional 2014-2020;
- As prioridades de desenvolvimento nacionais, consubstanciadas no Acordo de Parceria;
- A distância relativa de cada área de desenvolvimento em relação às médias europeias, à média nacional e às metas estabelecidas na Estratégia EUROPA 2020.

A repartição tem em conta a intervenção complementar do Fundo de Coesão na Região Centro, designadamente no que respeita aos Objetivos Temáticos 4 a 7. Existem áreas em que o Programa apresenta uma afetação financeira nula (OT 5) ou reduzida face às carências existentes (OT 4, 6 e 7) visto que o esforço aqui consagrado será completado com intervenções previstas nos Programas Operacionais Temáticos.

De entre os cinco grandes objetivos quantificados para o desenvolvimento da Região Centro até 2020 – já atrás identificados enquanto *Ambição Regional* –, ressaltam, pelo seu alinhamento com a Estratégia EUROPA 2020 e as prioridades nacionais expressas no Acordo de Parceria, os objetivos de se tornar uma *Innovation Leader*, da economia regional representar 20% do PIB nacional e de ter 40% da população jovem com ensino superior.

Estas prioridades são as que apresentam uma maior disparidade face aos objetivos e metas europeias, tratando-se daquelas a que o Acordo de Parceria consagra maiores recursos financeiros relativos, e que, concomitantemente, o Programa Operacional Regional do Centro elege como as de maior relevo financeiro, traduzidas através dos OT 1, 3 e 10, os quais, no seu conjunto, representam 58,8% do total da dotação financeira.

Com efeito, trata-se de três OT situados em áreas onde a Região Centro se situa abaixo da média europeia e onde importa fazer um esforço especial para garantir o reforço da competitividade da economia. Tanto através da dinamização de empresas inovadoras de pequena e média dimensão (37,23%), como da melhoria do ensino (13,60%), e do reforço da investigação e desenvolvimento tecnológico (7,97%), aproximando as empresas do conhecimento e o conhecimento das empresas.

Analisando agora mais em detalhe as diversas alocações, por objetivos temáticos, é possível observar o seguinte:

- O OT 1 representa 7,97 % dos recursos, numa aposta em I&D&I na Região Centro alinhada com a Estratégia EUROPA 2020 (atingir entre 2,7% e 3,3% de investimento em I&D&I do PIB) e com a estratégia regional de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3);
- O OT 2 representa 1,36% dos recursos, numa aposta na modernização das administrações e dos serviços públicos através do uso das tecnologias de informação e comunicação.

- O OT3 representa 37,23% da dotação do Programa Operacional uma vez que é necessário concentrar recursos para garantir uma aposta forte na inversão do baixo nível de competitividade, produtividade e crescimento que caracterizam Portugal e a Região Centro em particular. A mobilização deste OT é efetuada em articulação com a Ambição Regional e é decisiva para a concretização da estratégia regional de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3) e a criação de emprego;
- O OT 4 representa 5,29% da dotação global, numa lógica de apoio a projetos que promovam a alcance das metas da Estratégia EUROPA 2020 relacionadas com o clima e energia;
- O OT 6 representa 9,21% dos recursos financeiros, respondendo à necessidade de proteger e dinamizar o património cultural e natural e de garantir a qualidade de vida nos centros urbanos;
- O OT 7 representa 3,08% da dotação do Programa Operacional, visando remover alguns constrangimentos na interligação em rede ao nível da rodovia, em particular no que concerne à necessidade de melhoria da mobilidade e acessibilidade que favoreça a atividade económica;
- O OT 8 representa 10,24% dos recursos do Programa Operacional, respondendo à necessidade de garantir uma aposta no investimento criador de emprego;
- O OT 9 representa 8,29% da dotação do Programa Operacional, uma vez que é necessário garantir o combate à pobreza e às desigualdades sociais, tal como previsto na Estratégia EUROPA 2020;
- O OT 10 representa cerca de 13,60% da dotação do Programa Operacional e visa contribuir para o objetivo de “mais e melhor” educação no que concerne às infraestruturas de educação e formação, sendo relevante o papel de complemento às iniciativas financiadas pelo FSE de redução do abandono escolar para 10% e de aumentar a população com ensino superior para 40% (população entre os 30-34 anos), tal como previsto na Estratégia EUROPA 2020 e no PAR;
- O OT 11 representa 1,17% da dotação do Programa Operacional e visa contribuir para a modernização administrativa das instituições públicas e a sua capacitação institucional.

Especificamente no que respeita ao FSE, as cinco prioridades de investimento com maior relevo na afetação financeira dentro do Programa Operacional são as seguintes:

- Prevenção e redução do abandono escolar precoce (24,3% do total FSE);
- Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas (14,6% do total FSE);
- Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (10,8% do total FSE).
- Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo (10,1% do total FSE);
- Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos (10,1% do total FSE).

Este conjunto de atuações representa 70% da dotação total do FSE no Programa Operacional, ultrapassando largamente o disposto na alínea c) do nº 3 do artº 4º do Reg. (UE) nº 1304/2013 em matéria de concentração

temática. As razões para esta tipologia de concentração de recursos têm a ver com a aposta na educação, no emprego e na formação, enquanto elementos centrais do desenvolvimento da Região Centro alinhado com a Estratégia EUROPA 2020.

De notar que os 70% acima referidos se dividem em partes iguais entre a área da formação/emprego e da educação, nesta última dando-se particular prioridade ao combate ao abandono escolar precoce.

Do ponto de vista dos meios disponíveis, a dotação global do POR é repartida pelos diferentes Eixos Prioritários de acordo com a seguinte grelha (em €):

Eixo	FEDER	FSE	TOTAL	%
Eixo 1: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	788.241.755	0	788.241.755	37,23
Eixo 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	168.747.871	0	168.747.871	7,97
Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	95.369.750	192.579.297	287.949.047	13,60
Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	58.862.331	157.897.598	216.759.929	10,24
Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	107.137.669	68.307.447	175.445.116	8,29
Eixo 6: Afirmar Sustentabilidade de Territórios e Recursos (SUSTENTAR)	307.028.010	0	307.028.010	14,50
Eixo 7: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	28.784.236	24.732.710	53.516.946	2,53
Eixo 8: Apoiar a mobilidade regional (MOVIMENTOS)	65.102.357	0	65.102.357	3,08
Eixo 9: Assistência Técnica	54.240.000	0	54.240.000	2,56
TOTAL	1.673.513.979	443.517.052	2.117.031.031	100,00

Figura 1.15: Dotações dos Eixos Prioritários

Quadro 2: Panorâmica da estratégia de investimento do programa operacional

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
Eixo 1: Competitividade e e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	FEDER	788.241.755,00	37,23%	3. Reforçar a competitividade das PME, do setor agrícola (em relação ao FEADER) e do setor das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP)	3.1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento Nº de empresas gazela na Região Centro
					3.2. O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização;	Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização	Valor de exportações/ VVN nas PME
					3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços;	Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e	Valor de vendas de novos produtos ou serviços das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pós-projeto sobre o volume de negócios

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
						serviços	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a J, M e Q) com atividades de Inovação
					3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação	Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização	Acréscimo do volume de vendas das empresas financiadas no pós-projeto
Eixo 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	FEDER	168.747.871,00	7,97%	1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente	Número de publicações científicas indexadas
							Participações no Programa de I&D da UE, em volume de financiamento
						Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de	Percentagem dos fundos estrangeiros no financiamento das atividades de I&D

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
						I&D	
						Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial	Percentagem das receitas próprias no financiamento
					1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial o desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da	Aumentar o investimento empresarial em I&I	Despesa das empresas em I&D em relação ao VAB
						Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação	Evolução da % de vendas de produtos de alta tecnologia das empresas apoiadas
						Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a J, M e Q) com cooperação para a inovação
							Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a J, M e Q) com atividades de Inovação (Não PME)

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
					<p>procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral;</p>		
<p>Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)</p>	FSE	192.579.297,00	9,10%	<p>10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida</p>	<p>10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais,</p>	<p>Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para a melhoria do sucesso educativo dos</p>	<p>Evolução da taxa de abandono escolar precoce associada às entidades apoiadas</p> <hr/> <p>Número de alunos abrangidos nas ofertas dirigidas à promoção do sucesso educativo, diplomados no 9º ano de escolaridade, ISCED 2 e nível de</p>

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
					não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	alunos	qualificação 2
						Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário	Taxa de cobertura de crianças no pré-escolar associada aos contratos de desenvolvimento
						Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação e das condições de aprendizagem	Nº de projetos inovadores dirigidos à melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação/ formação de jovens e adultos, concluídos
					10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações,	Promover a realização de cursos superiores de curta duração	Nº de alunos certificados nos cursos superiores de curta duração
						Aumentar o número de	Nº de novos doutoramentos

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
					particularmente para os grupos desfavorecidos	doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação	concluídos
						Apoiar alunos carenciados que se dirijam para instituições de ensino superior localizados no interior da Região	Nº de bolsas para estudantes carenciados
					10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de	Aumentar o número de jovens em cursos de especialização tecnológica	Nº de jovens abrangidos nos cursos CET, por ano

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
					mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem		
	FEDER	95.369.750,00	4,50%		10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	Qualificação e modernização das instalações escolares e de formação	Evolução dos resultados em exames nacionais obtidos pelos alunos das infraestruturas intervencionadas
Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade e (EMPREGAR E	FSE	157.897.598,00	7,46%	8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos	8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de	Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas	% de doutorados contratados por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio (ICC do FSE)

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
CONVERGIR)				trabalhadores	longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	empresas	
						Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho	% de estagiários empregados 6 meses após o final do estágio
						8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas
				8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e gestão, assim	Número de participantes - pessoas melhor preparadas para a inovação e mudança Nº de empresas que concretizaram planos de	

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
						como dos ativos das empresas	mudança organizacional associados à formação
	FEDER	58.862.331,00	2,79%		8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	Apoiar a criação do próprio posto de trabalho, o empreendedorismo social e a economia social	% de entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio
							% de postos de trabalho apoiados que permanecem 6 meses após o fim do apoio
					8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade	Desenvolver o potencial endógeno regional	Postos de trabalho gerados pelos projetos apoiados nos concelhos da coesão da Região Centro

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	FSE	68.307.447,00	3,23%	9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Promover o desenvolvimento e o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional	% de pessoas integradas no mercado de trabalho seis meses após o apoio (ICR)
						Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa	N.º de novas iniciativas desenvolvidas de apoio à inclusão social

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
					9.6. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Aumentar o desenvolvimento socioeconómico de base local	População abrangida por intervenções sociais assentes em parcerias locais
	FEDER	107.137.669,00	5,06%		9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde	% de serviços/respostas com recursos tecnológicos que facilitem um melhor acesso e gestão Grau de satisfação dos utentes associados aos projetos apoiados
					9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em	Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e	Grau de satisfação dos residentes associados aos projetos apoiados

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
					zonas urbanas e rurais	zonas urbanas e rurais desfavorecidas	
					9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Aumentar o desenvolvimento socioeconómico de base local	Número de postos de trabalho criados através dos projetos apoiados
							População abrangida por intervenções assentes em parcerias locais
Eixo 6: Afirmar sustentabilidade e de territórios e recursos (SUSTENTAR)	FEDER	307.028.010,00	14,50%	4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos	Redução dos consumos unitários de energia por via dos projetos apoiados
							Redução do consumo de energia primária nas empresas
					4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas	Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a	Redução dos consumos de energia na administração regional e local

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
					infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos	
						Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social	Aumento da eficiência energética na habitação social
					4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as	Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização	Diminuição estimada dos gases com efeito estufa nas áreas urbanas

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
					zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	dos territórios	
				6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Promover a valorização do património cultural, afirmando a região como destino turístico de excelência	Acréscimo do nº de visitantes a equipamentos culturais
					6.4. A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos	Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats (% de espécies e habitats com estado de conservação desconhecido - valor de referência com base nos relatórios das Diretivas Aves e Habitats)
					6.5. A adoção de	Promover a	População que habita em áreas

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
					medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo	com estratégias integradas de desenvolvimento urbano
Eixo 7: reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	FEDER	28.784.236	1,36%	2. Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade	2.3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	Modernização das administrações e dos serviços públicos	Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que interagiram com organismos da administração pública através da Internet para fins privados nos últimos 12 meses
	FSE	24.732.710	1,17%	11. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional	Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos	% dos trabalhadores formados no âmbito das intervenções apoiadas face ao total de trabalhadores envolvidos nos processos de modernização e/ou reorganização apoiadas

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
				administração pública	e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	trabalhadores em funções públicas	
					11.2 Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial	Nº de instituições envolvidas nos projectos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados
Eixo 8 – Apoiar a mobilidade regional (MOVIMENTOS)	FEDER	65.102.357,00	3,08%	7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de	7.2. A melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós	Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à	Ganhos de tempo de transporte para as empresas da área intervencionada

Eixo prioritário	Fundo	Apoio da União (EUR)	Parcela do apoio total da União para o programa operacional	Objetivo temático	Prioridades de investimento	Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento	Indicadores de resultados comuns e específicos do programa para os quais foi definida uma meta
				infraestruturas	multimodais	rede principal	
Eixo 9 – Assistência Técnica	FEDER	54.240.000,00	2,56%			Assistência Técnica	Erro aleatório das auditorias ao programa inferior a 2%
							Grau de satisfação dos utentes do POR

2. Eixos Prioritários

Descrição dos eixos prioritários

Eixo Prioritário 1: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

Este Eixo mobiliza um OT (3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas), um Fundo (FEDER) e uma categoria de Região.

Prioridade de Investimento: 3.1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas

Objetivo específico: Promover o Empreendedorismo qualificado e criativo

Pretende-se reforçar os níveis de empreendedorismo qualificado e criativo (incluindo empreendedorismo de base tecnológica), através de apoios diretos aos empreendedores e também através de iniciativas de deteção, estímulo e capacitação para o empreendedorismo, incluindo o apoio à criação e reforço de estruturas / redes de suporte. Procura-se favorecer a emergência de novas oportunidades de negócio, nomeadamente em domínios criativos e inovadores, ajustando os apoios financeiros às necessidades dos empreendedores.

Pretende-se ainda apoiar e qualificar espaços que possam acolher novas empresas.

A estratégia RIS3 para a Região Centro está fortemente alicerçada neste objetivo, quer ao nível dos domínios diferenciadores, quer das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

- Insuficiente quadro de apoio técnico e financeiro de estímulo às iniciativas inovadoras que se traduzam em novas oportunidades de negócio (resultante de jovens licenciados, mestres, doutorados ou de outros empreendedores);
- Quadro de apoio financeiro desajustado face à emergência de negócios em domínios criativos e inovadores;
- Quadro de apoio desajustado aos primeiros anos de vida das empresas intensivas em conhecimento e tecnologia;
- Garantia de maior seletividade nos apoios às redes de incubação e de empreendedorismo de base tecnológica, promovendo apoios indexados a resultados
- Melhoria do contributo das PME para o VAB regional;
- Reconhecimento de empresas *spin-off* e empresas gazela.

Situação de partida que se pretende mudar:

Em 2011, o VAB das empresas, tanto na região como no total nacional, era inferior ao registado em 2007, pelo que estas apostas são fundamentais. Também é essencial o incentivo ao nascimento de mais empresas em setores de alta e média-alta tecnologia, reforçando o peso que a Região Centro assume no total nacional (em 2011 era apenas de 16,9%).

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento	%	Região menos desenvolvida					
	Nº de empresas gazela na Região Centro	N.º	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Empresas e empreendedores

Beneficiários: Empreendedores, PME, associações empresariais, incubadoras e aceleradoras de empresas, parques de ciência e tecnologia, autarquias e comunidades intermunicipais;

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

a) Ações de apoio ao empreendedorismo

- Detetar, estimular e apoiar a concretização de novas empresas e novos negócios, através de projetos inovadores;
- Ações coletivas de estímulo ao espírito empresarial, tais como prémios e eventos regionais, e à criação de empresas;
- Apoio a iniciativas empresariais de estímulo à qualificação, inovação, criatividade, empreendedorismo e “impreendedorismo”;
- Apoio a ecossistemas locais de inovação e empreendedorismo, desenvolvidos em estreita colaboração com as autarquias locais e as CIM, incluindo iniciativas de sensibilização para o empreendedorismo, apoio à criação de *spin-off* a partir das instituições de ensino superior;
- Apoio a jovens em fase de conclusão do seu Doutoramento ou Pós-Doutoramento para que possam desenvolver protótipos e e/ou processos orientados para determinado mercado e/ou sector industrial;

- Apoio a iniciativas de intercâmbio e trocas de experiência, a nível internacional, que permitam identificar as melhores práticas internacionais nas vertentes da inovação e do empreendedorismo;
- Apoio a atividades de demonstração do potencial económico dos resultados de IDI.

b) Ações de apoio a Parques de Ciência e Tecnologia (PCT)

- Envolvimento dos PCT na captação de IDE estruturante, incluindo a criação de valências de I&D de empresas internacionais;
- Capacitação e consolidação dos PCT, em função dos seus estados de amadurecimento, incluindo desenvolvimento do correspondente potencial humano, participação em projetos, eventos e redes internacionais relevantes, aposta em novas valências e equipamentos (quando devidamente fundamentados), e em programas integrados de divulgação e promoção dos PCT, a nível nacional e internacional;
- Capacitação das empresas instaladas nos PCT, através de uma oferta integrada e completa de serviços, promovendo a inovação e o empreendedorismo;
- Consolidação da rede regional de Parques de Ciência e Tecnologia.

c) Ações de apoio à incubação e aceleração de empresas

- Apoio à internacionalização de empresas incubadas e das próprias incubadoras da Região Centro;
- Capacitação e consolidação de incubadoras e aceleradoras de empresas;
- Apoiar a aproximação das incubadoras a novos projetos empreendedores.

d) Apoio à localização de empresas

- Apoio à dinamização em rede e à escala intermunicipal das áreas de acolhimento empresarial existentes e fecho pontual da rede regional deste tipo de infraestruturas, caso se identifiquem lacunas e exista procura por parte das empresas, garantindo a sua viabilidade e sustentabilidade;
- Promoção do acolhimento empresarial e da qualificação das iniciativas empresariais, também na vertente de estímulo à qualificação, inovação, criatividade e empreendedorismo.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: o grau de coerência e pertinência da iniciativa, no que se refere ao seu contributo para a existência de fatores dinâmicos de competitividade; o carácter inovador das iniciativas; o contributo para a criação e instalação de empresas; o contributo do projeto para o desenvolvimento e consolidação dos setores de média/ alta e alta intensidade tecnológica; o contributo do projeto para a qualificação e valorização dos recursos humanos; o contributo para a dinamização de empreendedorismo local.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de novos projetos empreendedores apoiados.	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 3.2. O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização;

Objetivo específico: Reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização

Pretende-se reforçar a capacitação empresarial para a internacionalização, promover o aumento das exportações e a visibilidade internacional da Região Centro, através de: i) aumento do apoio direto para o desenvolvimento/reforço das capacidades internas nos domínios da internacionalização (prospecção, marketing internacional, participação em redes internacionais); ii) reforço do apoio coletivo para presença de pequenas e microempresas em mercados externos (*coaching*, formação, participação coletiva em feiras e missões internacionais); iii) reforço do apoio técnico público em ações de conhecimento dos mercados e de interface com os agentes económicos relevantes nos mercados externos; iv) reforço das iniciativas de cooperação inter-empresarial visando o aumento de escala e uma resposta integrada face às necessidades da procura internacional.

Procura-se também, ainda que de forma complementar, a captação e manutenção de IDE estruturante e a valorização da Região Centro enquanto alavanca para alcançar mercados europeus e de língua portuguesa.

A estratégia RIS3 para a Região Centro está fortemente alicerçada neste objetivo, quer ao nível dos domínios diferenciadores, quer das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

- Elevada orientação das pequenas e microempresas para o mercado interno e para a produção não transacionável;
- Dificuldade em consolidar as realizações alcançadas em matéria de exportação (penetração no mercado internacional), enfrentando uma estreiteza de banda na extensão dos mercados externos (forte concentração no mercado europeu), dos produtos, dos serviços e dos modelos de negócio;

- Intensidade exportadora aquém da média da área do euro (cerca de 40% do PIB face a 45%) e exportações com insuficiente incorporação de valor acrescentado;
- Deficiente capacidade financeira das pequenas e microempresas para alavancar processos de internacionalização e sua penetração em mercados externos;
- Deficiente capacidade técnica e de gestão ao nível da organização, inovação e marketing internacional.

Situação de partida que se pretende mudar:

Na Região Centro, em 2012, as exportações de bens ascendiam a cerca de 8,6 mil milhões de euros, representando apenas 19% do total nacional. Desde 2009 que o peso das exportações de bens no produto interno bruto (PIB) regional (ou seja, a sua intensidade exportadora) tem vindo a aumentar, no entanto, em 2011, ainda era apenas de 26%. Acresce a este facto que apenas 2% das exportações da Região Centro respeitavam a bens de alta tecnologia, valor aquém da média nacional.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Unidad e de Medida</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	Valor de exportações/VVN nas PME	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Empresas

Beneficiários: Empresas e associações empresariais

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

a) Ações de apoio à internacionalização

- Apoio a projetos conjuntos que promovam a presença internacional das pequenas e microempresas (promoção de modelos de negócio orientados para os mercados internacionais e estímulo ao investimento em bens e serviços transacionáveis), através de ações de promoção e marketing internacional e da presença efetiva na economia digital, privilegiando mercados/segmentos não tradicionais;
- Apoio a ações de conhecimento e prospeção com vista ao conhecimento efetivo dos mercados, visando as especificidades concretas das diferentes empresas;
- Iniciativas de promoção sustentada da internacionalização das empresas, do valor nacional acrescentado das exportações;

- Processos de internacionalização de empresas instaladas em Incubadoras, Aceleradoras de Empresas e Parques de Ciência e Tecnologia.

b) Ações de apoio a redes e ações coletivas

- Apoio à participação das empresas em redes internacionais, em processos colaborativos de internacionalização e de partilha de conhecimento;
- Apoio à realização de projetos que visem a cooperação inter-empresarial, ou a aplicação de novos modelos de negócio, com vista ao aumento de dimensão e/ou do valor acrescentado dentro da fileira, e a sua maior capacitação para a internacionalização;
- Iniciativas de “diplomacia económica” visando a internacionalização, envolvendo atores públicos e privados na promoção externa dos produtos e serviços regionais;
- Campanhas de promoção focadas em mercados emissores emergentes, na diáspora regional, na lusofonia e na rede de alunos Erasmus;
- Promoção e valorização dos territórios, apoio à internacionalização e valorização das competências e recursos regionais, e do envolvimento em redes locais, intermunicipais e regionais.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: as capacidades das empresas competirem em mercados internacionais; o plano concreto de abordagem aos mercados internacionais, com vista a avaliar o impacto do projeto na orientação do promotor para os mercados externos; a coerência e pertinência do projeto, no quadro de uma atuação em torno dos fatores dinâmicos de competitividade; o caráter inovador das iniciativas constantes do projeto; o contributo do projeto para a qualificação e valorização dos recursos humanos; os efeitos de demonstração e de disseminação dos resultados.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento**Quadro 5: Indicadores de realização**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de empresas que beneficiam de apoio na prioridade de investimento (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços**Objetivo específico: Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços**

Pretende-se reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de produtos e serviços, através de: i) reforço do investimento empresarial/produtivo de natureza inovadora para progressão das micro e pequenas empresas na cadeia de valor, com enfoque no desenvolvimento de novos produtos; ii) apoio a projetos de qualificação das estratégias das micro e PME; iii) apoio a projetos de reforço das capacidades de organização e gestão das PME, incluindo o investimento em TIC; iv) reforço das ações coletivas de sensibilização e capacitação para a inovação (produto, processo, organizacional/estratégia e de marketing), incluindo clusterização (cooperação e coopeção) em domínios de especialização inteligente; v) apoio a ações coletivas de assistência empresarial.

A estratégia RIS3 para a Região Centro está fortemente alicerçada neste objetivo, quer ao nível dos domínios diferenciadores, quer das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar esta prioridade prende-se com os seguintes fundamentos:

- Tecido empresarial fragmentado, formado por uma grande percentagem de microempresas, sem massa crítica, com baixos níveis de produtividade e reduzida qualificação dos ativos;
- Micro e pequenas empresas com carteira de produtos e serviços pouco intensivos em tecnologia e conhecimento e em setores com forte concorrência baseada no custo;
- Investimento empresarial centrado excessivamente no capital físico (equipamentos produtivos), em detrimento do investimento em domínios imateriais (organização, marketing, TIC, ecoeficiência, qualidade, formação, etc.);
- Deficiências organizativas e de gestão a par de uma insuficiente inserção em redes de cooperação e de conhecimento e reduzidas qualificações dos empresários;
- Baixa renovação de portfólios de produtos e serviços nas empresas.

Situação de partida que se pretende mudar:

Na Região Centro subsistem ainda necessidades ao nível da capacidade de absorção de conhecimento e de inovação, bem como da criação de novos produtos, fatores que são determinantes para um aumento da competitividade regional. A Região Centro apresenta um volume de negócios resultante da venda de novos produtos (das empresas com 10 e mais pessoas) muito reduzido face a outras regiões. Segundo o Inquérito Comunitário à Inovação, o peso das vendas de produtos novos no volume de negócios das empresas que introduziram inovações de produto era de apenas 16,1%, face a um valor de 20,5 relativo a Portugal (média de 2008 a 2010).

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Unidad e de Medida</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	Valor de vendas de novos produtos ou serviços das empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento, no pós-projeto sobre o volume de negócios	%	Região menos desenvolvida					
	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a J, M e Q) com atividades de Inovação	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: PME e associações empresariais

Beneficiários: PME e associações empresariais

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

a) Ações de apoio à qualificação e inovação de processos e produtos

- Apoio a projetos de investimento produtivo de natureza inovadora, que se traduza na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade, com elevado nível de incorporação nacional;
- Apoio a projetos de acesso aos mercados através da presença efetiva na economia digital;

- Apoio à inovação indutora de ganhos de produtividade industrial, nomeadamente através da adoção e desenvolvimento de tecnologias de produção avançada de suporte ao fabrico competitivo e de maior valor acrescentado;
- Apoio ao desenvolvimento de novos materiais para colocar ao serviço da competitividade, através da valorização e reciclagem de resíduos em simbiose industrial, da conceção de produtos e soluções suportadas na utilização de materiais mais sustentáveis;
- Apoio à qualificação de processos, organizações e produtos, nomeadamente através de mecanismos de certificação, acreditação, autoavaliação e aplicação de ferramentas da qualidade, baseados em referenciais reconhecidos nacional ou internacionalmente;
- Apoio a projetos de reforço das capacidades de design, desenvolvimento e engenharia de produtos;
- Sistema regional de vales (empreendedorismo, internacionalização, inovação);
- Apoio a projetos de desenvolvimento, qualificação e requalificação da oferta turística existente.

b) Apoio a ações coletivas

- Apoio a ações coletivas de assistência empresarial, incluindo serviços de aconselhamento a PME;
- Apoio a ações de sensibilização, divulgação, prestação de apoio técnico qualificado e intermediação em processos de aquisição, fusão e sucessão de empresas;
- Capacitação das PME no sentido de se afirmarem enquanto potenciais fornecedores de grandes empresas;
- Promoção de parcerias e redes para desenvolver o turismo associado ao território, promovendo iniciativas de marketing, promoção e comercialização.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a qualidade da operação vista a partir da coerência e pertinência da iniciativa, no quadro da estratégia da empresa, do seu grau de inovação em termos da introdução de novos produtos e serviços; a demonstração inequívoca do impacto do projeto na melhoria da competitividade da empresa; a demonstração do contributo da operação para a competitividade regional; a coerência e pertinência do projeto, no quadro de uma atuação em torno dos fatores dinâmicos de competitividade; o carácter inovador das iniciativas constantes do projeto; o contributo do projeto para a qualificação e valorização dos recursos humanos.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento**Quadro 5: Indicadores de realização**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	N.º de empresas que beneficiam de apoio (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: **3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação**

Objetivo específico: Melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização

Pretende-se melhorar as condições de financiamento (capital e crédito) através de:

- Reforço dos mecanismos de financiamento (nacionais e comunitários) para o tecido empresarial da Região Centro;
- Promoção de novos mecanismos de financiamento (públicos e privados), direcionados para o financiamento dos capitais permanentes necessários ao investimento;
- Promoção de novos mecanismos de apoio ao financiamento da gestão de tesouraria e ao financiamento de investimentos de médio e longo prazo das empresas;
- Incentivos ao reforço dos capitais próprios das empresas e estímulos ao desenvolvimento de instrumentos de capitalização empresarial.

A necessidade de mobilizar esta prioridade prende-se com os seguintes fundamentos:

- As PME enfrentam elevadas taxas de juro e acesso restrito a capitais alheios;
- Constringimentos em matéria de fundo de maneo e tesouraria das PME condicionam os seus processos de crescimento, inovação e internacionalização (investimento);
- Reduzida capacidade das PME em acederem a mecanismos de financiamento não bancário (emissão de dívida) ou financiamento internacional;

- Mercado financeiro com recurso reduzido a formas inovadoras de financiamento (*mix* de capital de risco, *business angels*, garantias, etc.).

Situação de partida que se pretende mudar:

Nos últimos anos, as empresas enfrentaram grandes dificuldades financeiras. Em 2012, o peso do crédito vencido no total do crédito concedido às empresas da Região Centro era de 9,3%, tendo aumentado sucessivamente desde 2007 (em que este rácio era de apenas 1,9%). Estas dificuldades no cumprimento, a par com os restantes problemas de fundo de maneio e de tesouraria, advêm em parte dos problemas de financiamento das empresas junto do sistema bancário. De facto, os empréstimos concedidos pela banca às empresas da Região Centro têm registado diminuições permanentes desde 2010, verificando-se uma quebra de -6,2% entre 2010 e 2011 e de -9,1% entre 2011 e 2012. Para além do acesso ao crédito estar mais limitado por parte do sistema bancário, também as taxas de juro têm aumentado, encarecendo o financiamento. Estas contrariedades são mais evidentes no caso das PME em que o poder negocial com o sistema financeiro não é tão elevado. Dada a situação descrita para a Região Centro, mas que é transversal ao país, é premente a necessidade de existirem mecanismos alternativos de financiamento para permitir que as empresas sobrevivam, cresçam e se renovem.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Acréscimo do volume de vendas das empresas financiadas no pós-projeto	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: PME

Beneficiários: Entidades gestoras de instrumentos financeiros

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Fundos de empréstimos com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME, nomeadamente através de:
 - Contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito;
 - Dinamização de instrumentos de titularização de créditos, destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME;

- Utilização de novos instrumentos de dívida.
- Fundos de garantia para PME, dirigidos a empresas e projetos que, pelo seu risco ou cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
- Instrumentos de capital de risco para PME e empresas emergentes, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores, nomeadamente através de:
 - Instrumentos de financiamento do empreendedorismo, assegurando o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco, com a intervenção de *Business Angels*;
 - Fundos de capital de risco.

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: PME

Beneficiários: Entidades gestoras de instrumentos financeiros

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Fundos de empréstimos com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME, nomeadamente através de:
 - Contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito;
 - Dinamização de instrumentos de titularização de créditos, destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME;
 - Utilização de novos instrumentos de dívida.
- Fundos de garantia para PME, dirigidos a empresas e projetos que, pelo seu risco ou cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
- Instrumentos de capital de risco para PME e empresas emergentes, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores, nomeadamente através de:
 - Instrumentos de financiamento do empreendedorismo, assegurando o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco, com a intervenção de *Business Angels*;
 - Fundos de capital de risco.
- Instrumentos de financiamento das PME e da inovação numa perspetiva integrada das componentes de capital e dívida (*mezzanine funding*).

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a apresentação de um grau de novação e qualidade do projeto elevado; a demonstração do contributo para a competitividade da empresa promotora; a demonstração do contributo da operação para a competitividade regional.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

A criação da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD), por parte do Estado Português, visa colmatar insuficiências de mercado ao nível de financiamento das PME e do financiamento de longo prazo da atividade produtiva, tendo como principais objetivos reduzir os custos de financiamento das empresas (aproximando-os do valor médio na zona euro) e aumentar a liquidez disponível na economia.

A IFD, tal como previsto no Acordo de Parceria, atuará enquanto beneficiária dos FEEI no âmbito de instrumentos financeiros, sendo responsável pela gestão grossista dos instrumentos de engenharia financeira públicos dirigidos ao investimento empresarial, com um especial enfoque na sua orientação para bens e serviços transacionáveis, assegurando a integração da atual arquitetura institucional vocacionada para a gestão deste tipo de instrumentos públicos dirigidos às empresas, bem como funções de apoio técnico a modelos de apoio público na área da competitividade e internacionalização

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de empresas que beneficiam de apoio financeiro, com exceção de subvenções (ICC)	N.º	FEDER						

Inovação social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos

Não aplicável ao Eixo 1: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

Quadro de desempenho

Quadro 6: Quadro de desempenho do eixo prioritário

Eixos Prioritários	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018	Objetivo final (2023)			Fonte dos dados	Explicação da relevância do indicador
								H	M	T		

Tipo de intervenção

Quadros 7-11: Tipo de intervenção

Quadro 7: Dimensão 1 Domínio de Intervenção		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de Território		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

	Total	
--	--------------	--

Utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Sem necessidade de utilizar neste Eixo.

Eixo 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

Este eixo mobiliza um OT (1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação), e um fundo estrutural (FEDER) e uma categoria de Região.

Prioridade de Investimento: 1.1. O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;

Objetivo específico: Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente

Pretende-se com este objetivo específico aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente regional e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização, através de: (i) reforço e consolidação de áreas científicas em domínios estratégicos para a Região Centro, incluindo o desenvolvimento de áreas emergentes e/ou consolidação da excelência científica; (ii) aumento da criação de novos conhecimentos focalizada em respostas a problemas económicos e sociais; (iii) exploração de ideias ou conceitos com grande originalidade e/ou potencial de inovação; (iv) aumento da participação em programas europeus de I&D e em redes de conhecimento.

Todos os projetos a apoiar nesta componente deverão estar estritamente alinhados com as opções RIS3 da Região Centro, ao nível dos domínios diferenciadores ou das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A criação e aplicação de conhecimento de excelência na Região Centro, com resultados relevantes a nível internacional, está ainda limitada a um número muito reduzido de áreas científicas e a poucas infraestruturas e equipamentos do sistema científico e tecnológico. Por exemplo, apesar do bom desempenho das Universidades e Institutos Politécnicos da região no contexto nacional no *Ranking Webometrics*, em termos europeus a sua expressão é reduzida. Além disso, a produção científica na região, destacando-se nas áreas das engenharias e informática, das ciências da vida e dos materiais, da física e da química, tem pouco significado em muitas outras áreas científicas e tecnológicas relevantes.

A Região Centro precisa aumentar significativamente o número e qualidade da produção de I&D, alargando-a a domínios em que a região tem recursos endógenos relevantes, tomadores – principalmente empresas – que podem beneficiar desse conhecimento para aumentar o valor dos seus serviços e produtos e, nalguns casos, e em que existem embriões e dinâmicas emergentes com potencial para alcançar o reconhecimento internacional, estimulando o aparecimento também de ideias disruptivas, enquanto motores de I&D na Região Centro, com alinhamento face às suas opções RIS3.

Situação de partida que se pretende mudar:

Importa referir que em 2011 o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro era de 416 milhões de euros, o que representa 16% da despesa nacional em I&D. Desde 2003, que o peso do investimento em I&D no produto interno bruto (PIB) tem vindo sucessivamente a aumentar na Região Centro,

tendo atingido o máximo de 1,32% em 2011, valor, contudo, ainda muito aquém da meta estabelecida para 2020 (3%). A proporção do investimento regional em I&D executado pelas instituições de ensino superior da Região Centro era de 47,5% em 2011, tendo diminuído desde 2009. Era, no entanto, muito superior à média nacional, em que esta proporção atingia 37,7% em 2011. Em termos da produção científica das universidades públicas da Região Centro entre 2008 e 2012, esta ultrapassou as 16 mil publicações indexadas.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Número de publicações científicas indexadas	N.º	Região menos desenvolvida					
	Participações no Programa de I&D da UE, em volume de financiamento	Euros	Região menos desenvolvida					

Objetivo específico: Reforçar a inserção das infraestruturas de investigação nas redes internacionais de I&D

Pretende-se com este objetivo específico reforçar a inserção das infraestruturas do Sistema Científico e Tecnológico em redes de I&D&I, através da consolidação e promoção de centros de competência de investigação científica de interesse estratégico, incluindo: i) a reorganização e consolidação com vista à melhoria de indicadores rentabilidade e competitividade; e ii) o apoio a atividades de interação e transferência de conhecimento, inserção em redes internacionais e nacionais de excelência científica e tecnológica.

Todos os projetos a apoiar nesta componente deverão estar estritamente alinhados com as opções RIS3 da Região Centro, ao nível dos domínios diferenciadores ou das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A Região Centro dispõe de um SCT - Sistema Científico e Tecnológico (universidades, centros tecnológicos, incubadoras, parques de ciência e tecnologia, unidades de transferência de tecnologia) que abarca múltiplos domínios e que têm desenvolvido um trabalho cujos resultados se traduzem no bom desempenho da região no Regional Innovation Scoreboard (*Innovation follower* em 2012). Contudo, o SCT pode ser um fator decisivo do desenvolvimento económico, do aumento do bem-estar e da revitalização tecnológica das atividades tradicionais que ainda são determinantes no tecido produtivo da região.

Além disso, é ambição da região alcançar um outro patamar na dinâmica de inovação (evoluir de *innovation follower* para *innovation leader*) e para isso as estruturas do SCT necessitam de estabelecer sinergias entre si, partilhando recursos e competências, e principalmente reforçar e alargar a sua participação em redes

européias e mundiais onde possam beneficiar de fluxos de conhecimento, participar das cadeias de valor mundiais e explorar novos mercados de inovação.

Situação de partida que se pretende mudar:

Apesar da gradual melhoria de desempenho que a Região Centro vem tendo em termos de Regional Innovation Scoreboard (em 2007 tinha sido classificada como *moderate low*, em 2009 como *moderate médium* e em 2012 como *innovation follower*) a região continua a ter uma participação reduzida nos programas europeus de ciência e tecnologia (nomeadamente o 7º Programa Quadro), evidente no facto de ter participação em apenas 16,6% do número total de projetos que envolvem entidades portuguesas (1.305), entre 2007 e 2012. Os projetos da Região captaram um montante de financiamento aprovado de cerca de 90 milhões de euros entre 2007 e 2013 (16,7% do total nacional), sendo que estes valores colocam a Região Centro a uma distância considerável das dinâmicas de investimento em I&D concentradas, por esta via, nas regiões de Lisboa e do Norte.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Percentagem dos fundos estrangeiros no financiamento das atividades de I&D	%	Região menos desenvolvida					

Objetivo específico: Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial

Pretende-se com este objetivo específico reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor económico, promovendo maior eficácia no sistema de inovação regional e a criação de valor económico, através de: i) apoio a atividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados no âmbito da I&D, nomeadamente através de projetos estruturantes que envolvam entidades de transferência de tecnologia e saber; ii) apoio a ações de capacitação, dinamização e consolidação das infraestruturas I&I (centros tecnológicos, unidades de transferência de tecnologias, entre outras), enquanto unidades de interface na valorização económica do conhecimento, tais como benchmarking ou projetos de demonstração; iii) apoio a outras ações de valorização económica dos resultados da investigação, nomeadamente patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial, “projetos semente” promovidos por investigadores e/ou equipas de investigação, para que possam transformar ideias inovadoras em iniciativas empresariais (incluindo desenvolvimento e validação de protótipos, provas de conceito pré-comerciais e/ou processos para mercados/setores de aplicação).

Todos os projetos a apoiar nesta componente deverão estar estritamente alinhados com as opções RIS3 da Região Centro, ao nível dos domínios diferenciadores ou das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

O desempenho regional em termos de produção científica, assegurada por um significativo leque de entidades do STC, ainda não tem a tradução necessária nos padrões de produtividade, de criação de valor e de afirmação externa das empresas e da economia regional. É necessário fazer um esforço acrescido para promover os contextos que reforcem as interações entre o espaço da ciência e o espaço das empresas, promovendo a orientação das instituições do saber para o desenvolvimento de ciência e tecnologia aplicada e sensibilizando as empresas para o potencial de crescimento que pode significar interagir com o SCT.

Situação de partida que se pretende mudar:

O Relatório EU Regional Competitiveness Index (RCI) 2013 permite perceber o posicionamento da Região Centro em termos de competitividade regional (posição 185 em 262 regiões) o que evidencia a fragilidade da região em termos gerais e em particular em termos de competitividade do tecido empresarial. De facto, a despesa em I&D no PIB do setor privado é, na Região Centro, de apenas 0,56% (em Portugal é de 0,89%) e o peso da despesa das empresas inovadoras em I&D na despesa total é claramente inferior na Região do que na média nacional (31,5 % versus 56,2%), o que demonstra uma estrutura empresarial mais débil.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Percentagem das receitas próprias no financiamento	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Empresas, Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), Parques de Ciência e Tecnologia

Beneficiários: Empresas, associações empresariais, agentes do SCT, Parques de Ciência e Tecnologia, Incubadoras

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

a) Ações de apoio a projetos de I&D e Ações de apoio às redes de I&D&I

- Apoio e para o reforço das capacidades instaladas e contribuições ao nível de IDI, através da consolidação de centros de I&D, devidamente orientada para resultados;
- Apoio a projetos estratégicos de instituições do Sistema Científico e Tecnológico (linhas de investigação das instituições; cooperação e interação com a economia; promoção de consórcios e parcerias);

- Apoio à participação em programas europeus de I&D&I, com particular enfoque no programa HORIZON 2020;
- Apoio à dinamização da rede de espaços e dinâmicas locais de apoio à experimentação, criatividade e inovação (e.g. *Living Lab*, *Fab Lab*, *Creativity Lab*, *Future Lab*);
- Apoio à promoção de iniciativas que permitam tirar partido da ligação adquirida com a Região Centro a partir dos estudantes e investigadores estrangeiros que anualmente frequentam/cooperam com instituições regionais;
- Apoio ao reforço da sustentabilidade das organizações, através de uma partilha de recursos, meios disponíveis, boas práticas e cooperação entre elas, envolvimento em projetos e redes internacionais;
- Apoio a projetos de integração de organizações regionais em redes internacionais relevantes e de colaboração em projetos internacionais (e.g. HORIZON 2020).

b) Ações de apoio a infraestruturas e equipamentos de IDI

- Apoio à consolidação e promoção de centros de competência, em áreas relevantes para a Região Centro;
- Apoio à reorganização e consolidação das infraestruturas de I&D&I (incluindo a melhoria de indicadores de rentabilidade, competitividade e sustentabilidade);
- Consolidação da rede regional de entidades de transferência de tecnologia;
- Reforço da rede regional de estruturas de apoio à inovação e transferência de tecnologia das instituições de ensino superior, com cobertura integrada e sistemática do *pipeline* de conversão do conhecimento em valor;

c) Ações de apoio à transferência de tecnologia

- Apoio a atividades de interação e de transferência de conhecimento, inserção em redes internacionais e nacionais de clusterização e de excelência científica e tecnológica;
- Apoio a atividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados nos projetos de I&D (projetos demonstradores);
- Apoio ao patenteamento e ao licenciamento de propriedade industrial, satisfação de requisitos e especificações técnicas a nível internacional;
- Apoio à construção de novas incubadoras, aceleradoras e parques de ciência, desde que devidamente justificada a sua necessidade e sustentabilidade, numa ótica de fecho de rede ou de existência de projetos âncora.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a qualidade da proposta em termos de coerência das linhas de investigação propostas face ao histórico e perspetiva de evolução face a novas tendências; a existência de colaborações internacionais relevantes e grau de inserção em redes internacionais; a capacidade científica e técnica do promotor vista através da qualidade das equipas de investigação; a apresentação de condições de sustentação do projeto; a demonstração da possibilidade de valorização da investigação.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de novos investigadores em entidades apoiadas (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação apoiadas (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Número de empresas em cooperação com instituições de investigação (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 1.2. **Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial o promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral;**

Objetivo específico: Aumentar o investimento empresarial em I&I

Pretende-se com este objetivo específico aumentar o investimento empresarial em I&D&I, reforçando a ligação das empresas às entidades do SCT e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseado na inovação, através de: i) apoio a projetos de I&D por parte de empresas (incluindo envolvimento de outras entidades do sistema nacional de I&I); ii) apoio à criação e dinamização de núcleos de I&I nas empresas; iii) apoio à participação das empresas em programas europeus de I&D; iv) apoio a atividades de demonstração e valorização económica dos resultados da I&D empresarial e/ou em contexto empresarial (divulgação de resultados e boas práticas em termos de I&I empresarial, propriedade industrial, ações de validação pré-comercial de novos produtos ou processos, etc.).

A estratégia RIS3 para a Região Centro está fortemente alicerçada neste objetivo, quer ao nível dos domínios diferenciadores, quer das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

O tecido empresarial regional, maioritariamente constituído por micro e pequenas empresas e com um peso importante de setores tradicionais tecnologicamente pouco evoluídos e ainda baseados em recursos humanos pouco qualificados, está fortemente limitado nos níveis de produtividade e de competitividade e, consequentemente, na sua capacidade de afirmação no mercado global. Torna-se premente, por isso, estimular a inovação empresarial, particularmente na sua dimensão tecnológica, seja por via do desenvolvimento das capacidades internas de I&D, seja por via da articulação com o SCT regional.

Situação de partida que se pretende mudar:

Relativamente ao investimento em I&D executado pelo setor privado da Região Centro, assistiu-se a uma diminuição entre 2007 e 2010, após um período de consecutivos aumentos. Em 2011, 49% da despesa em I&D respeitava a instituições privadas. Adicionalmente, verificou-se que 42,6% das empresas da Região Centro (com 10 e mais pessoas ao serviço) tinham desenvolvido atividades de investigação e desenvolvimento (I&D intramuros) no período 2008-2010, sendo que a média nacional se cifrava em 43,6%. Contudo, relativamente à aquisição externa de investigação e desenvolvimento (I&D extramuros), esta percentagem descia para 22,9% na Região Centro (23,5% no país).

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Despesa das empresas em I&D em relação ao VAB	%	Região menos desenvolvida					
	Evolução da % de vendas de produtos de alta tecnologia das empresas apoiadas	%	Região menos desenvolvida					

Objetivo específico: Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação

Preende-se com este objetivo específico reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem o reforço da inovação e da internacionalização de empresas e cadeias de valor, promovendo especialização inteligente, através de: i) apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva (ações de clusterização, ações visando a eficiência coletiva e o aumento de escala das empresas, ações de disseminação de conhecimento e transferência de tecnologia, atividades de colaboração internacional e inserção em plataformas internacionais de conhecimento e inovação); ii) apoio a ações de difusão das inovações no tecido económico.

A estratégia RIS3 para a Região Centro está fortemente alicerçada neste objetivo, quer ao nível dos domínios diferenciadores, quer das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A pequena dimensão das empresas regionais e os desafios dos mercados globais tornam incontornável a necessidade de reforçar as articulações e formas de colaboração entre empresas, seja por via dos sistemas produtivos locais, onde já existem boas práticas de funcionamento na lógica de estratégias de eficiência coletiva, seja, por maioria de razão, para empresas que isoladamente não têm a capacidade de responder às exigências das cadeias de valor internacionais em que já se inserem ou onde procuram encontrar uma oportunidade para se consolidar ou crescer.

Situação de partida que se pretende mudar:

Os exemplos dos Pólos de Competitividade e Outros Clusters que foram constituídos no período de programação 2007-2013 servem como referencial para procurar alcançar um novo patamar de cooperação entre empresas, reforçando as dinâmicas que atualmente estão consolidadas, mas também alargando as articulações e formas de cooperação empresarial a outros domínios diferenciadores e áreas de interligação/plataformas de inovação identificados na RIS3 do Centro de Portugal.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
----	-----------	--------------------	---------------------	---------------	-------------	-------------------	-----------------	-------------------------

Objetivo específico: Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras

Pretende-se com este objetivo específico apoiar projetos de investimento produtivo em atividades inovadoras por parte de não PME, que: i) se traduzam na produção de bens e serviços diferenciadores e de qualidade e com elevado nível de incorporação de valor acrescentado, criando oportunidades de internacionalização ou reforçando a presença nos mercados internacionais; ii) ou, sendo investimentos de natureza estruturante, quer pelo enquadramento estratégico (e.g. opções da RIS3), quer pela elevada mobilidade internacional ou de interesse estratégico, tenham claros efeitos de arrastamento e envolvimento das PME e do tecido económico nacional e impactes ao nível do emprego qualificado.

A estratégia RIS3 para a Região Centro está fortemente alicerçada neste objetivo, quer ao nível dos domínios diferenciadores, quer das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

As empresas regionais devem reforçar a sua capacidade de vigilância tecnológica, mas também o seu conhecimento dos mercados e principalmente da procura para que possam mais rápida e eficientemente

adaptar e atualizar a sua capacidade produtiva, através do desenvolvimento de novos produtos ou de nova apresentação do mesmo produto, novos processos produtivos e novas formas de comercialização.

Situação de partida que se pretende mudar:

As empresas da Região Centro ainda apresentam um desempenho insuficiente ao nível do investimento em I&D e da valorização económica dos resultados de I&D, que são aspetos essenciais para que se intensifiquem as suas atividades de inovação, que lhes permita responder em tempo e de forma adequada às novas exigências dos mercados.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Unidad e de Medida</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	Proporção de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3 B a J, M e Q) com atividades de Inovação (Não PME)	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Empresas, Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT)

Beneficiários: Empresas, associações empresariais, agentes do SCT

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

a) Ações de apoio à IDI empresarial

- Apoio a projetos de IDI por parte de empresas, de forma individual e em copromoção, visando o reforço da produtividade, competitividade e inserção das empresas no mercado global através da realização de atividades de investigação industrial e desenvolvimento pré-concorrencial;
- Apoio a projetos de inovação empresarial;
- Apoio à criação e dinamização de núcleos de investigação e inovação nas empresas, com particular enfoque nas PME;
- Apoio a projetos empresariais de pequena dimensão e de alto valor acrescentado por parte de PME estimulando o aparecimento de projetos de IDI assumidos por verdadeiros consórcios e redes de empresas;
- Apoio a Projetos de I&D desenvolvidos por empresas em colaboração com entidades do Sistema Científico e Tecnológico;
- Atribuição de vales de I&D a PME.

b) Ações de apoio a redes colaborativas

- Apoio à participação de empresas em programas europeus de IDI e estímulo à clusterização;
- Apoio a atividades de demonstração do potencial económico dos resultados da I&DT (divulgação de resultados e boas práticas em termos de I&D&I empresarial, propriedade industrial, ações de validação pré-comercial de novos produtos ou processos, etc.);
- Apoio à coordenação e gestão de parceria de estratégias de eficiência coletiva;
- Apoio ao reforço de cooperação entre empresas;
- Apoio à emergência de redes de colaboração regionais e de reforço dos sistemas regionais de inovação;
- Apoio à difusão das inovações no tecido económico;
- Apoio à concretização de parcerias internacionais geradoras de valor acrescentado e orientadas para resultados, nos domínios da inovação e empreendedorismo, bem como o desenvolvimento de atividades de I&D.

c) Ações de apoio à vigilância tecnológica e prospeção de mercados

- Apoio de atividades que visam a atração e desenvolvimento de talento nacional e internacional, incluindo rede de “embaixadores”, “vendedores” e “promotores” da projeção internacional da Região Centro, vigilância tecnológica, bem como apoio à captação de IDE.

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a qualidade da iniciativa vista através da sua coerência a nível científico e tecnológico e da existência de parcerias com centros de investigação; a demonstração da ligação entre as atividades de I&D e a restante atividade empresarial; a qualidade da operação vista a partir da coerência e pertinência da iniciativa, no quadro da estratégia da empresa, do seu grau de inovação em termos da introdução de novos produtos e serviços; a demonstração inequívoca do impacto do projeto na melhoria da competitividade da empresa; a demonstração do contributo da operação para a competitividade regional; a coerência e pertinência do projeto, no quadro de uma atuação em torno dos fatores dinâmicos de competitividade; o carácter inovador das iniciativas constantes do projeto; o contributo do projeto para a qualificação e valorização dos recursos humanos

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de empresas que cooperam com instituições de investigação (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Número de empresas que beneficiam de apoio na prioridade de investimento (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Inovação social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos

Não aplicável ao Eixo 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS).

Quadro de desempenho

Quadro 6: Quadro de desempenho do eixo prioritário

Eixos Prioritários	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018	Objetivo final (2023)			Fonte dos dados	Explicação da relevância do indicador
								H	M	T		

Tipo de intervenção

Quadros 7-11: Tipo de intervenção

Quadro 7: Dimensão 1 Domínio de Intervenção		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

		Total

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de Território		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Sem necessidade de utilizar neste Eixo.

Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

Este eixo mobiliza um objetivo temático OT (10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida), dois fundos estruturais (FEDER e FSE) e uma categoria de Região.

De forma a consolidar uma concentração de fundos ao nível de eixo, a mobilização de dois fundos estruturais (FEDER e FSE) é essencial, uma vez que o desenvolvimento do potencial humano através de uma melhoria do sistema de educação e formação só é possível coexistindo uma forte aposta na formação, educação, qualificação e certificação apoiadas pelo FSE, com uma qualificação das infraestruturas e equipamentos apoiados pelo FEDER. O apoio FEDER representa um esforço na modernização e qualificação das infraestruturas e equipamentos escolares (1º, 2º e 3º ciclos, do secundário e do ensino superior) e de formação, dando resposta a uma maior especialização e profissionalização do ensino e da formação, e também uma adaptação às novas tecnologias em sala de aula. Considera-se indispensável assegurar a gestão conjunta dos dois Fundos, permitindo inclusivamente o lançamento de concursos integrados de investimento nos equipamentos e na qualidade e atratividade da educação/formação.

Prioridade de Investimento: 10.1. **Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;**

Objetivo específico: Aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para a melhoria do sucesso educativo dos alunos

Com este objetivo específico pretende-se aumentar as intervenções integradas que sejam capazes de criar as condições para promover o sucesso educativo dos alunos e que favoreçam a redução do abandono escolar através de: i) recuperação de jovens com percursos de insucesso (que se encontram na escola ou que já a abandonaram) por via socioeducativa; ii) combate ao insucesso escolar; iii) redução das saídas precoces do sistema educativo; e iv) melhoria do aproveitamento escolar.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

Em Portugal persistem elevados níveis de insucesso escolar (com taxas de desistência e de retenção significativas), abandono escolar precoce, fragilidades ao nível do desempenho escolar e das competências adquiridas.

Simultaneamente, o número de alunos matriculados em cursos profissionais e cursos de educação e formação é ainda muito reduzido. O ensino vocacional e os currículos alternativos ao ensino regular, a par com o alargamento do ensino profissional ajustado às necessidades do mercado de trabalho, são também fundamentais para a prossecução deste objetivo.

Situação de partida que se pretende mudar:

Em 2012, a taxa de abandono escolar precoce era de 18,7% na Região Centro e 20,8% em Portugal. Apesar deste indicador ter decrescido sucessivamente na última década e da Região Centro apresentar a mais baixa taxa de abandono escolar precoce do País, as regiões portuguesas estão ainda longe de atingir a meta de redução para 10% estabelecida pela União Europeia e inscrita no PNR, no âmbito da Estratégia EUROPA 2020.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realização comum	Valor de Base	Unidade de Medida de Base e das Metas	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Evolução da taxa de abandono escolar precoce associada às entidades apoiadas	Região menos desenvolvida	%							
	Número de alunos abrangidos nas ofertas dirigidas à promoção do sucesso educativo, diplomados no 9º ano de escolaridade, ISCED 2 e nível de qualificação 2	Região menos desenvolvida	N.º							

Objetivo específico: Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário

Pretende-se apoiar medidas que reforcem a igualdade de acesso através de: i) apoio na transição para a vida ativa de alunos com necessidades educativas especiais; ii) adaptação de materiais pedagógicos dirigidos a alunos com necessidades educativas especiais; e iii) aumento da cobertura do ensino pré-escolar nos territórios deficitários.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

O investimento no ensino deve promover a igualdade de acesso a todo o processo e sistema educativos, ou seja, a igualdade educacional ao nível do pré-escolar, básico e secundário. Com este objetivo específico pretende-se reforçar o pré-escolar, uma vez que a taxa de pré-escolarização apresenta níveis inferiores às taxas de escolarização do básico e do secundário.

Situação de partida que se pretende mudar:

No ano letivo 2010/2011, na Região Centro, a taxa de pré-escolarização era de 93,4% enquanto as taxas de escolarização eram de 122,3% no ensino básico e de 133,4% no ensino secundário. Também é necessário atuar

com programas adaptados ao nível do ensino especial e dos alunos de famílias mais carenciadas, desenvolvendo programas de intervenção precoce na infância, programas de apoio às necessidades educativas especiais, planos de transição para a vida pós-escolar dos alunos com necessidades educativas especiais e criar bolsas de ação social escolar.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Unidade de Medida para o Indicador</i>	<i>Indicador de realização comum</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Unidade de Medida de Base e das Metas</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	Taxa de cobertura de crianças no pré-escolar associada aos contratos de desenvolvimento	Região menos desenvolvida	%							

Objetivo específico: Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação e das condições de aprendizagem

Pretende-se com este objetivo melhorar o sistema de educação/formação e as condições de aprendizagem através de: i) desenvolvimento de processos de informação, monitorização e avaliação do sistema de educação/formação; ii) desenvolvimento dos sistemas de regulação e estruturação da oferta formativa; iii) melhoria dos modelos e práticas pedagógicas; iv) desenvolvimento de recursos didáticos.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

O sistema de educação e formação mantém algumas debilidades, que advêm de fragilidades verificadas nos principais dispositivos de ensino e aprendizagem. De facto, persistem problemas na gestão da oferta formativa (ao nível da sua racionalização, rentabilização dos recursos e articulação/parcerias entre os diferentes agentes); na orientação e encaminhamento dos jovens e adultos para ofertas formativas alinhadas com necessidades do mercado de trabalho; na certificação de competências e no sistema de informação, monitorização e avaliação do sistema de educação/formação. É assim fundamental apostar em programas que melhorem a qualidade e eficiência do sistema de educação e formação, eliminando os constrangimentos assinalados, apostando em iniciativas locais que impliquem a articulação entre as escolas e os equipamentos de divulgação do conhecimento (ex. Centros de Ciência Viva), de modo a melhorar e inovar nos aspetos pedagógicos das atividades curriculares.

Situação de partida que se pretende mudar:

A Região Centro tem vindo a melhorar a sua posição em termos dos resultados nos exames nacionais, tem registado uma evolução positiva do peso dos jovens licenciados na região e ainda um desempenho positivo na avaliação das competências dos alunos nos domínios da leitura, matemática e ciências.

Esta evolução confirma a necessidade de continuar a apostar na educação e na melhoria da qualidade e eficiência do sistema educativo, tendo em vista melhorar o desempenho da região ao nível da capacitação dos alunos e principalmente da sua preparação para a entrada num mercado de trabalho competitivo

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realização comum	Valor de Base	Unidade de Medida de Base e das Metas	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Nº de projetos inovadores dirigidos à melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação/formação de jovens e adultos, concluídos	Região menos desenvolvida	N.º							

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Alunos do ensino pré-escolar, básico e secundário

Beneficiários: Autarquias, escolas do ensino pré-escolar, básico e secundário

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

a) Ações para promover o sucesso educativo dos alunos e a redução do abandono escolar

- Intervenções que favoreçam a melhoria do sucesso educativo e a redução do abandono;
- Cursos de educação e formação de jovens (nível básico);
- Programas de ensino artístico (nível básico);
- Programas de ensino vocacional (nível básico);
- Ação social escolar;
- Iniciativas integradas e inovadoras de combate ao insucesso escolar.

b) Ações para melhorar o acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário

- Fomento da acessibilidade e cobertura integral na Região Centro de ofertas do ensino pré-escolar a partir dos 3 anos de idade;
- Programa de apoio às necessidades educativas especiais;
- Planos de transição para a vida pós-escolar dos alunos com necessidades educativas especiais.

c) Ações para melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação

- Utilização das TICE, através de conteúdos adequados e do envolvimento dos docentes e escolas, na promoção do sucesso escolar e da qualidade das aprendizagens;
- Apoio a intervenções específicas dirigidas à qualidade e eficiência do sistema de educação/formação de jovens e adultos;
- Universalização do desenvolvimento de competências centradas na criatividade, qualidade, inovação e empreendedorismo em todos os níveis de ensino (do primeiro ciclo do básico até ao secundário);
- Reforço da presença alargada nos vários níveis do ensino não superior de vertentes ligadas à sensibilização e aprendizagem experimental das ciências e tecnologias (incluindo espaços complementares de aprendizagem de matemática, física, e outras ciências exatas), ao conhecimento dos recursos endógenos e dos agentes locais relevantes;
- Apoio a projetos de divulgação, de forma apelativa e criativa, do conhecimento científico que fomentem o interesse e a motivação dos alunos para os conteúdos escolares;
- Apoio à abertura ao exterior e reforço de interações dos Agrupamentos Escolares da Região Centro com o meio envolvente, incluindo empresas, agentes culturais, entidades do Terceiro Setor e a sociedade em geral;
- Apoio à articulação e funcionamento em rede das ofertas educativas e de formação profissional;
- Apoio e mobilização regional para reforçar posturas de disciplina, responsabilidade, respeito e segurança nos contextos escolares.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: o envolvimento institucional da entidade formadora no tecido económico, social e cultural; a qualidade comprovada e grau de sucesso escolar e profissional das formações realizadas na entidade formadora, avaliadas, designadamente, através das taxas de conclusão escolar e de empregabilidade; a existência de mecanismos facilitadores da inserção profissional dos diplomados e ou de acompanhamento do seu percurso no período pós -formação; o contributo para o desenvolvimento de competências profissionais no domínio das novas tecnologias, designadamente de informação e comunicação; a articulação da formação com a rede de ofertas profissionalizantes existentes na região; o grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo – financeira da entidade candidata, aferida, designadamente, pela relação entre recursos utilizados e o volume de formação; a qualificação dos recursos humanos envolvidos; a capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas educativas afetas à oferta formativa proposta/instalada; a explicitação de mecanismos que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e

igualdade de género, nomeadamente quanto à prioridade ao sexo sub-representado na respetiva área profissional.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Nº de alunos abrangidos por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (por nível de escolaridade, ISCED e nível de qualificação), por ano	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					
	Nº de projetos apoiados no âmbito de ações dirigidas a alunos com necessidades educativas especiais	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					
	Nº de projetos dirigidos à melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação/ formação de jovens e adultos apoiados, por ano	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de

participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos;

Objetivo específico: Promover a realização de cursos técnicos superiores profissionais

Pretende-se aumentar o número de alunos com formação superior, promovendo a realização de ciclos de formação superior de curta duração.

Todos os cursos técnicos superiores profissionais a apoiar nesta componente deverão estar estritamente alinhados com as opções RIS3 da Região Centro, ao nível dos domínios diferenciadores ou das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A necessidade de dar continuidade ao processo de reforço das qualificações superiores da população portuguesa, com uma maior orientação para as necessidades do mercado de trabalho atual, através da articulação entre as instituições de ensino superior, os centros tecnológicos, as empresas e suas associações e outras entidades relevantes, criando redes potenciadoras de crescimento.

Situação de partida que se pretende mudar:

Pretende-se, assim, aumentar a percentagem da população com idade entre os 30 e 34 anos da Região Centro com ensino superior completo, que em 2012 era de 22,8%. Apesar deste valor ser praticamente o triplo do registado em 1998, continua muito aquém da meta estabelecida pela União Europeia para 2020, inscrita no PNR e no PAR (40%). Esse aumento deverá melhorar a preparação superior da população da região, designadamente, em áreas tecnológicas mais alinhadas com as necessidades das empresas.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Unidade de Medida para o Indicador</i>	<i>Indicador de realização comum</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Unidade de Medida de Base e das Metas</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	Nº de alunos certificados nos cursos superiores de curta duração	Região menos desenvolvida	N.º							

Objetivo específico: Aumentar o número de doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação

Pretende-se aumentar o número de doutoramentos, visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da criação de capital humano qualificado, através da formação de investigadores e do apoio a doutoramentos e pós doutoramentos.

Todos os doutoramentos e pós-doutoramentos a apoiar nesta componente deverão estar estritamente alinhados com as opções RIS3 da Região Centro, ao nível dos domínios diferenciadores ou das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A necessidade de dar continuidade ao processo de reforço, quer das qualificações de ensino superior da população portuguesa, quer das atividades de investigação e desenvolvimento e inovação, aspetos determinantes na alavancagem da competitividade da economia portuguesa. Para além destas apostas, é necessário continuar a promover a articulação e as parcerias entre atores (instituições de ensino superior, centros tecnológicos e empresas), criando redes potenciadoras de crescimento.

Situação de partida que se pretende mudar:

Em 2012 a percentagem da população com idade entre os 30 e 34 anos da Região Centro com ensino superior completo era de 22,8%. Apesar deste valor ser praticamente o triplo do registado em 1998, continua muito aquém da meta estabelecida pela União Europeia para 2020, inscrita no PNR e no PAR (40%). Relativamente aos doutoramentos, em 2010, foram concluídos ou reconhecidos 307 nas instituições de ensino superior da Região Centro, sendo este o número mais elevado dos últimos anos. Contudo, a região formava apenas 18,4% do total de doutorados do país, situação que se pretende mudar com o aumento do número de doutoramentos e pós-doutoramentos em áreas ligadas às prioridades RIS3 da Região Centro (domínios diferenciadores e áreas de interligação/plataformas de inovação).

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Unidade de Medida para o Indicador</i>	<i>Indicador de realização comum</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Unidade de Medida de Base e das Metas</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	Nº de novos doutoramentos concluídos	Região menos desenvolvida	N.º							

Objetivo específico: Apoiar alunos carenciados que se dirijam para instituições de ensino superior localizados no interior da Região Centro

Com este objetivo específico pretende-se reduzir o abandono escolar a nível superior, por razões que se prendem com dificuldades económicas sentidas pelos alunos e seus agregados familiares. Ao mesmo tempo pretende-se introduzir um mecanismo de reequilíbrio regional na distribuição dos alunos do ensino superior.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A necessidade de criar condições para que uma parte da população jovem possa dispor de condições mínimas para o prosseguimento dos seus estudos, através da frequência do ensino superior, por forma a melhorar as qualificações de ensino superior da população portuguesa, ao mesmo tempo que se fomenta a coesão territorial.

Situação de partida que se pretende mudar:

Em 2012 a percentagem da população com idade entre os 30 e 34 anos da Região Centro com ensino superior completo era de 22,8%. Apesar deste valor ser praticamente o triplo do registado em 1998, continua muito aquém da meta estabelecida pela União Europeia para 2020, inscrita no PNR e no PAR (40%).

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realização comum	Valor de Base	Unidade de Medida de Base e das Metas	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Nº de bolsas para estudantes carenciados	Região menos desenvolvida	N.º							

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Alunos do ensino superior

Beneficiários: Instituições de ensino superior

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Apoio a cursos técnicos superiores profissionais alinhados com a estratégia RIS3;
- Apoio a doutoramentos e pós-doutoramentos alinhados com a estratégia RIS3;
- Apoio a alunos carenciados numa ótica de coesão territorial, através de bolsas de mobilidade para estudantes deslocalizados

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: nas bolsas de estudo, a condição de estudante economicamente carenciado e o respetivo aproveitamento escolar, nos termos da regulamentação aplicável; nas bolsas de mérito/cursos de curta duração/doutoramento, o aproveitamento escolar, tendo em conta as condições fixadas pelo órgão legal estatutariamente competente e/ou estabelecimento de ensino em que o estudante se pretende inscrever.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Nº de alunos abrangidos nos cursos superiores de curta duração, por ano	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					
	Nº de bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento apoiados, por ano	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					
	Nº de bolsas para estudantes carenciados	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem

Objetivo específico: Aumentar o número de jovens em cursos de especialização tecnológica

Pretende-se aumentar o número de jovens em cursos de especialização tecnológica, garantindo i) uma diversidade de ofertas formativas, com competências ajustadas às necessidades das entidades empregadoras e com certificação escolar que permita o prosseguimento de estudos ao nível do ensino superior; ii) acolhimento de jovens com uma maior vocação para as áreas técnicas; iii) criação de condições que favoreçam a transição qualificada da escola para a vida ativa; e iv) melhoria da qualidade do sistema de formativo/educativo.

Todos os projetos a apoiar nesta componente deverão estar estritamente alinhados com as opções RIS3 da Região Centro, ao nível dos domínios diferenciadores ou das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

É necessário apostar em medidas de diminuição do nível de abandono escolar, nomeadamente através de maior diversidade de modalidades de ensino ou formação.

Esta aposta numa maior diversidade de medidas alternativas no ensino e formação poderá contribuir para atenuar as debilidades existentes nos mecanismos de estruturação da oferta formativa, que garantam, em cada território, uma oferta de educação/formação adequada às necessidades do mercado de trabalho.

Situação de partida que se pretende mudar:

Estas medidas ganham especial destaque no contexto atual, de elevados níveis de desemprego e desemprego jovem. Em 2012, a taxa de desemprego regional era de 12% e a nacional era de 15,7%, enquanto a média europeia se fixava em 10,4%. No entanto, o desemprego jovem regista ainda valores mais preocupantes, tendo-se tornado um problema grave para o país e para a Região Centro. Enquanto nos últimos anos os níveis do desemprego jovem regional se mantiveram abaixo da média dos 27 países da União Europeia, esta situação inverteu-se em 2011 e agravou-se bastante em 2012. Em 2012, a taxa de desemprego jovem da Região Centro era 36,4% e a de Portugal 37,7%, valores bastante acima do registado para a média europeia (22,9%).

Estas medidas relacionadas com aumento da frequência de cursos tecnológicos são ainda relevantes para a diminuição do abandono escolar. Apesar da Região Centro ser, em 2012, a região portuguesa com a mais baixa taxa de abandono escolar precoce, esta continua a ser elevada (18,9%) e situando-se bastante acima da média europeia (12,8%) e da meta estabelecida pela União Europeia para ser atingida em 2020 (10%).

O ensino de cursos tecnológicos e cursos vocacionais aumentou nos últimos anos. Enquanto no ano letivo 2006/2007 a taxa de transição/conclusão no ensino secundário nestes cursos era de 70,9% em Portugal e 71,2% na Região Centro, estes valores subiram para 83,1% e 83,8%, respetivamente, no ano letivo 2011/2012. Este indicador incide sobre as/os alunas/os que nos 10º e 11º anos obtêm classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas correspondentes ao curso frequentado ou em todas menos duas e os que concluem o 12º ano (tecnológico). Algumas áreas específicas destes cursos são fundamentais para responder a

necessidades de mão-de-obra técnica especializada em atividades em que a região está especializada (casos da metalomecânica, vidro, cerâmica, moldes, entre outras), propiciando um maior equilíbrio entre a procura e a oferta no mercado de trabalho.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realização comum	Valor de Base	Unidade de Medida de Base e das Metas	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Nº de jovens abrangidos nos cursos CET, por ano	Região menos desenvolvida	N.º							

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Alunos de cursos tecnológicos

Beneficiários: Entidades Formadoras que oferecem Cursos de Especialização Tecnológica

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Apoio à promoção da transição entre o sistema educativo e o mercado de trabalho através de cursos de especialização tecnológica.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a relevância da formação proposta face às necessidades locais e regionais, determinada, designadamente, pelas perspetivas de empregabilidade e tendência da procura social dos cursos; o contributo para o desenvolvimento de setores ou atividades consideradas estratégicas; o envolvimento institucional da entidade formadora no tecido económico, social e cultural; a participação de empresas de referência, nomeadamente potenciais empregadoras, na formulação da proposta e desenvolvimento da oferta formativa, bem como no seu acompanhamento e avaliação; a qualidade comprovada e grau de sucesso escolar e profissional das formações realizadas na entidade formadora, avaliadas, designadamente, através das taxas de conclusão escolar e de empregabilidade; a existência de mecanismos facilitadores da inserção profissional dos diplomados e ou de acompanhamento do seu percurso no período pós-formação; o contributo para o

desenvolvimento de competências profissionais no domínio das novas tecnologias, designadamente de informação e comunicação; a garantia de instrumentos adequados a assegurar a igualdade de oportunidades de acesso, em particular de públicos mais desfavorecidos e ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho; a explicitação de mecanismos que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e igualdade de género, nomeadamente quanto à prioridade ao sexo sub-representado na respetiva área profissional.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de alunos abrangidos através dos projetos apoiados	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					
	Nº de projetos dirigidos à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação/formação de jovens e adultos apoiados, por ano	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					
	Nº de jovens em cursos de educação e formação (por ISCED e nível de qualificação), por ano	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;

Objetivo específico: Qualificação e modernização das instalações escolares e de formação

Pretende-se com este objetivo específico atuar em quatro áreas:

- melhorar as instalações escolares do pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, garantindo condições para o processo de ensino/aprendizagem, em complemento das ações de melhoria da qualidade do sistema, através: i) do alargamento da rede do pré-escolar; ii) da conclusão da requalificação dos estabelecimentos do 1º ciclo; e iii) da intervenção prioritizada das escolas dos 2º e 3º ciclos, atendendo ao respetivo estado de degradação e conservação;
- melhorar as infraestruturas do ensino secundário, permitindo: i) a criação de um sistema mais eficiente de gestão do edificado; ii) o aumento das condições de segurança para os seus utilizadores iii) a melhoria do processo de aprendizagem; iv) a fruição do espaço escolar pela comunidade educativa em geral;
- reforçar as capacidades da rede de ensino superior, visando a reabilitação para: i) garantir a adequabilidade permanente das instalações aos fins a que se destinam; ii) potenciar a respetiva ocupação e fruição; iii) garantir a melhoria dos modelos pedagógicos;
- melhorar as infraestruturas de formação, permitindo promover: i) a qualidade da oferta formativa; ii) a sua diversificação, tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho nos diferentes territórios; e iii) o reforço na aquisição de competências e conhecimentos dos formandos.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

Ao nível do pré-escolar mantém-se uma rede deficitária de oferta de ensino a crianças com idade do ensino pré-escolar.

Ao nível dos 1.º, 2.º e 3º ciclos do ensino básico, persistem na região infraestruturas e equipamentos obsoletos, sendo que foram desenvolvidas várias ações de requalificação e modernização no passado recente que importa concluir.

Ao nível do ensino secundário, após o processo de requalificação do parque escolar, é necessário intervir a variados níveis, incluindo a consolidação de um sistema de gestão do edificado, a melhoria de condições de segurança e a construção de novos e melhores processos de aprendizagem, além de intervenção de fecho da rede regional de equipamentos existentes.

Ao nível do ensino superior, mantém-se a necessidade de reforçar a rede de instalações, de modo a garantir bons níveis de desempenho e qualidade do ensino superior.

Ao nível da formação, continuam a existir em Portugal infraestruturas e equipamentos com necessidades de intervenção, o que tem causado condicionamentos ao nível da qualidade das respostas disponibilizadas. Também o crescimento da rede de formação profissionalizante precisa de ser apoiada.

Situação de partida que se pretende mudar:

A taxa de abandono escolar precoce na Região Centro era 18,7% em 2012, pretendendo-se conseguir em 2020 convergir para os 10% assumidos na Estratégia Europa 2020. Pretende-se também continuar a garantir e reforçar o bom desempenho da Região Centro no que respeita aos resultados nos exames nacionais.

Ao nível do ensino superior, mantém-se a necessidade de colmatar falhas da rede, de modo a garantir bons níveis de desempenho, em particular nas áreas das ciências e tecnologias.

Com este objetivo pretende-se também conseguir atingir uma maior percentagem de população jovem com formação superior e, simultaneamente, contribuir para diminuir os níveis de desemprego e desemprego jovem. Em 2012, apenas 22,8% da população com idade entre os 30 e os 34 anos da Região Centro tinha o ensino superior completo, quando a meta estabelecida pela Estratégia EUROPA 2020 para atingir em 2020 é de 40%.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Evolução dos resultados em exames nacionais obtidos pelos alunos das infraestruturas intervencionadas	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Alunos do ensino profissional, pré-escolar, básico, secundário e superior, e formandos

Beneficiários: Municípios e outras entidades do setor da educação e formação

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Universalização da acessibilidade à rede regional de ensino pré-escolar;
- Apoio à qualificação de infraestruturas do ensino básico;
- Apoio à qualificação de infraestruturas do ensino secundário;
- Apoio à modernização e qualificação de infraestruturas de ensino superior;
- Apoio ao reforço das infraestruturas de formação.

Pretende-se em concreto colmatar falhas ainda existentes na rede regional de equipamentos escolares, desde que devidamente fundamentadas, enquadradas e equacionadas numa ótica intermunicipal, em articulação com o setor. O apoio a novas construções só deverá ter lugar em casos devidamente fundamentados numa ótica de fecho das redes de equipamentos. Nas tipologias de ações relacionadas com construção ou

requalificação dos equipamentos existentes serão aplicados custos padrão no apuramento do investimento elegível a cofinanciar.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: o enquadramento da operação em documentos estratégicos relativos à política educativa; a evidência do modo como contribuem para a eficiência energética dos equipamentos; a população estudantil servida pelo estabelecimento intervencionado; o alinhamento com os objetivos do PNR e da Estratégia EUROPA 2020.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Nº de alunos/formados abrangidos pelas infraestruturas de educação/formação intervencionadas	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Inovação social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos

Inovação social

A inovação social, entendida como uma forma mais eficiente ou mais eficaz de abordar as necessidades sociais, através de produtos, serviços, estratégias e modelos de governação novas, que normalmente não são respondidas pelas organizações públicas ou privadas, porque correspondem muitas vezes a procura relacionadas com grupos sociais vulneráveis (jovens, migrantes, idosos, socialmente excluídos, etc.) tem um campo de atuação muito vasto e diverso: inclusão social, migração, renovação urbana, economia social, micro crédito, saúde e envelhecimento, educação e combate ao abandono escolar, incubação, inovação organizacional e estratégias de desenvolvimento regional.

A abordagem preconizada pela Estratégia Europa 2020, assente num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, tem na sua matriz identitária a questão da inovação, associada ao crescimento inteligente, mas também a preocupação social, associada ao crescimento inclusivo. Uma das suas metas principais refere-se à redução do abandono escolar para 10%. A inovação social deverá ser uma ferramenta fundamental para atingir aquele objetivo.

Assim, o regulamento do FSE impõe que este Fundo promova a inovação social em todos os seus domínios de aplicação.

Contudo pela sua natureza, a inovação social tem uma dimensão muito relevante de experimentação de políticas sociais, pelo que as ações de inovação social a considerar devem:

- i) ser intervenções que trazem respostas inovadoras a necessidades sociais;
- ii) ser implementadas a uma pequena escala porque existe alguma incerteza respeitante aos seus impactos;
- iii) apresentar condições que assegurem a possibilidade de se medirem os seus impactos;
- iv) poder ser replicadas numa escala mais vasta caso o seu resultado se venha a revelar útil.

Cooperação transnacional:

O principal objetivo da cooperação transnacional no âmbito do FSE é contribuir para a qualidade e a eficácia da política de emprego e de inclusão social. Tal envolve a troca e partilha de informações e de boas práticas e o trabalho conjunto para alcançar soluções comuns, através da aprendizagem mútua entre administrações, parceiros sociais, ONG e outras instituições no domínio do emprego, da inclusão social e da formação.

Os projetos transnacionais podem ajudar a aferir os procedimentos e processos envolvidos nas atividades e consequentemente, ajudar a melhorar a forma de aplicação prática do FSE. Visitas de estudo, missões e atividades de benchmarking para conhecer casos exemplares e boas práticas com possibilidade de transferência para outras situações, iniciativas de partilha de experiências, de conhecimento e reflexão conjunta, desenvolvimento de experiências piloto, conceção de estratégias e modelos de intervenção conjuntos, constituem mais-valias significativas para os resultados da aplicação do FSE.

A ambição regional preconizada na estratégia subjacente a este POR assenta numa dimensão muito forte de inovação, associada à Estratégia Regional RIS3. A RIS3 do Centro de Portugal definiu a inovação territorial como uma das suas plataformas de interligação para apostas como a inovação rural e cidades sustentáveis, criativas e inteligentes, onde a inovação social, orientada para reforçar a atratividade e a qualidade de vida, assume especial destaque.

Assim, o POR deve dar particular atenção às intervenções que concretizam diretamente ou dão um contributo para a RIS3. Diversos eixos prioritários e prioridades de investimento do POR, que mobilizam o FSE, contribuem para a inovação territorial e, em particular, para a inovação social.

O Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER) pretende contribuir para a ambição regional de ter 40% da população jovem com formação superior e uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional, apostando na capacidade de educar os jovens, prevenindo e reduzindo o abandono escolar e melhorando a

qualidade do ensino para gerar talento qualificado e inovador e facilitar a transição para o mercado de trabalho.

No âmbito deste Eixo e, em concreto, da Prioridade de Investimento 10.1. Intervenções específicas dirigidas à prevenção e redução do abandono escolar (do OT 10) prevê-se a mobilização dos seguintes temas, promotores, beneficiários e operações indicativas para as atividades inovadoras e de cooperação transnacional:

Tema: Educação (combate ao abandono escolar).

Promotores: autarquias, escolas, estruturas de formação e entidades envolvidas nas respostas sociais aos jovens

Beneficiários: Alunos do sistema de ensino, nomeadamente com necessidades educativas especiais ou que tenham abandonado o sistema de ensino.

Lista de operações indicativa:

- intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a redução do abandono escolar;
- programas de ensino inovadores (artístico, vocacional, etc.);
- apoio às necessidades educativas especiais e em particular à transição para a vida pós-escolar destes alunos;
- utilização das TICE no sistema de educação/formação;
- intervenções para o desenvolvimento de competências centradas na criatividade, qualidade, inovação e empreendedorismo no sistema de educação;
- abertura ao exterior e reforço de interações das escolas com o meio envolvente, incluindo empresas, agentes culturais, entidades do Terceiro Setor e a sociedade em geral;
- articulação e funcionamento em rede das ofertas educativas e de formação profissional.

Contribuição das ações previstas neste Eixo para os OT 1 a 7:

As ações previstas neste Eixo deverão dar um contributo para os seguintes Objetivos Temáticos:

OT 1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação: a formação de recursos humanos altamente qualificados é uma condição essencial para a promoção das atividades de investigação e de desenvolvimento tecnológico;

OT 2: Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: aumentar os conhecimentos e a familiaridade dos jovens e de outros grupos sociais desfavorecidos com as TIC possibilitará melhorar os resultados dos investimentos em termos de infraestruturas e serviços digitais.

OT 3: Reforçar a competitividade das PME: a qualificação dos recursos humanos (quer em termos de formação educacional quer profissional) contribuirá decisivamente para a competitividade e produtividade das PME.

Quadro de desempenho

Quadro 6: Quadro de desempenho do eixo prioritário

Eixos Prioritários	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018	Objetivo final (2023)			Fontes dados	Explicação da relevância do indicador
								H	M	T		

Tipo de intervenção

Quadros 7-11: Tipo de intervenção

Quadro 7: Dimensão 1 Domínio de Intervenção		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de Território		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
	Total	

Utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Sem necessidade de utilizar neste Eixo.

Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

Este eixo mobiliza um OT (8 - Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral), dois fundos estruturais (FEDER e FSE) e uma categoria de Região.

A associação de dois fundos (FEDER e FSE) num único eixo, que pretende promover e dinamizar a empregabilidade, resulta da necessidade de estabelecer sinergias e reforçar o impacto das ações que podem ser financiadas por cada um dos fundos, orientadas em conjunto para a promoção do emprego e da mobilidade laboral em territórios específicos da Região Centro. Para que as ações de valorização do potencial endógeno tenham um impacto efetivo e duradouro sobre a atividade económica daqueles territórios e, por essa via, sobre o emprego, é necessário que sejam complementadas com o apoio à criação de microempresas (financiado pelo FEDER) e de emprego (financiado pelo FSE), mas também com ações de formação dos trabalhadores e dos empresários que lhes permitam estar aptos para promover processos de mudança e inovação (financiadas pelo FSE), particularmente em setores tradicionais com forte vínculo aos recursos dos territórios. Considera-se indispensável assegurar a gestão conjunta dos dois Fundos, permitindo inclusivamente o lançamento de concursos integrados de investimento material e em recursos humanos.

Prioridade de Investimento: 8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;

Objetivo específico: Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas

Pretende-se com esta prioridade apoiar a inserção de recursos humanos de I&D&I em PME e grandes empresas para reforçar as competências de I&D&I e a valorização internacional das empresas, por via da contratação de recursos altamente qualificados, através de: i) aumento do número de doutorados nas empresas; ii) reforço das dinâmicas de mobilidade dos recursos humanos altamente qualificados, incluindo a mobilidade internacional; iii) aumento da participação das empresas, de forma particular as líderes em inovação, em plataformas científicas e tecnológicas e em programas e atividades de cooperação transnacional.

A estratégia RIS3 para a Região Centro está fortemente alicerçada neste objetivo, quer ao nível dos domínios diferenciadores, quer das áreas de interligação/plataformas de inovação.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A importância de valorizar os sistemas produtivos territoriais, em particular os que estão baseados no aproveitamento de recursos endógenos, através de abordagens mais intensivas em conhecimento e tecnologia, que promovam uma maior diferenciação e atractibilidade dos produtos face ao mercado.

Situação de partida que se pretende mudar:

A proporção do investimento regional em I&D executado pelo setor privado diminuiu entre 2007 e 2010, após um período de consecutivos aumentos, tendo em 2010 atingido um valor que já não se registava desde 2003. Apesar da recuperação observada em 2011, em que este indicador assumia o valor de 49%, é fundamental aumentar o investimento privado em I&D, nomeadamente por via da inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas.

Por outro lado, em termos de disponibilidade de recursos especializados, a Região Centro evidencia um elevado potencial, quer ao nível do número de diplomados do ensino superior (69,4 por mil habitantes, em 2010/2011, o segundo maior valor do país, posição relativa que aumenta para primeiro lugar quando se consideram apenas as áreas científicas e tecnológica), quer ao nível dos doutorados (em 2010, foram concluídos ou reconhecidos 307 doutoramentos nas instituições de ensino superior da Região Centro, sendo este o número mais elevado dos últimos anos). Contudo, muitos destes recursos humanos altamente qualificados não se fixam nas empresas da Região Centro, não se capitalizando o esforço que a região fez na sua formação.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realização comum	Valor de Base	Unidade de Medida de Base e das Metas	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	% de doutorados contratados por empresas que se encontram empregados em empresas 6 meses após o apoio (ICC do FSE)	Região menos desenvolvida	%							

Objetivo específico: Integrar de forma sustentada desempregados no mercado de trabalho

Pretende-se com este objetivo apoiar a realização de estágios, privilegiando jovens qualificados desempregados e desempregados de longa duração, através de medidas de política de âmbito regional/local no âmbito de apoios à contratação de desempregados.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A disponibilização de mecanismos para integrar no mercado de trabalho um número crescente de pessoas qualificadas que se encontram em situação de desemprego.

Situação de partida que se pretende mudar:

A taxa de desemprego na Região Centro, à semelhança do que vem acontecendo com Portugal, atingiu, no final de 2012, o valor mais alto dos últimos anos (12,7%), apesar de ser inferior à média do país (16,9%). No final de 2012, o IEFP contabilizava 129,5 mil desempregados na Região Centro, tendo registado 40,7 mil novos desempregados durante aquele ano. A taxa de desemprego é mais elevada nas mulheres (atingindo 14,1%, enquanto a taxa de desemprego dos homens se fica pelos 11,4%).

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realização comum	Valor de Base	Unidade de Medida de Base e das Metas	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	% de estagiários empregados 6 meses após o final do estágio	Região menos desenvolvida	%							

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Doutorados, licenciados, desempregados e inativos

Beneficiários: Empresas

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

a) Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas

- Apoio à integração de doutorados nas empresas;

b) Integração de desempregados no mercado de trabalho

- Estágios na administração local e serviços desconcentrados da administração central.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a capacidade científica instalada e produção científica especialmente relevante nos últimos três anos, especialmente as avaliadas internacionalmente com apreciação muito positiva; o plano de trabalho e de emprego científico, assim como as parcerias e redes de suporte a considerar; as condições de acolhimento por parte da empresa;

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento**Quadro 5: Indicadores de realização**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de doutorados e pós-doutorados contratados por empresas apoiadas	Nº	FSE	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: **8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;**

Objetivo específico: Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas

Pretende-se dinamizar a criação de emprego sustentável de cariz local, o empreendedorismo e a inovação social, incentivando e apoiando a capacidade de iniciativa das pessoas (nomeadamente das mulheres), através de medidas para a criação do próprio emprego, dirigidas preferencialmente a desempregados, de instrumentos de microcrédito e de pequenos incentivos ao investimento onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio numa vertente FSE.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

O facto da taxa de desemprego na Região Centro, à semelhança do que vem acontecendo com Portugal, vir a subir, atingindo, no final de 2012, o valor mais alto dos últimos anos (12,7%), apesar de ser inferior à média do país (16,9%).

Justifica-se ainda mobilizar esta prioridade de investimento pelo facto da economia social ter vindo a ganhar cada vez mais importância no conjunto de toda a economia, com a externalidade positiva de apoiar das pessoas e grupos sociais mais desfavorecidos, nomeadamente em áreas como o apoio às pessoas e às famílias (pessoas idosas, pessoas com deficiência, guarda e apoio de crianças, apoio pedagógico a crianças, jovens e adultos, apoio a atividades domésticas).

Situação de partida que se pretende mudar:

No final de 2012, o IEFP contabilizava 129,5 mil desempregados, tendo registado 40,7 mil novos desempregados durante aquele ano. Esta realidade é muito díspar nos 100 municípios da Região Centro, mas nalguns o crescimento do número de desempregados atingiu os 40%.

Entretanto, o desemprego é mais elevado entre as mulheres (atingindo 14,1%, enquanto a taxa de desemprego dos homens se fica pelos 11,4%).

Por outro lado, de acordo com os resultados para 2010 da Conta Satélite da Economia Social, a economia social no país representava 2,8% do VAB nacional, 4,7% do emprego total e 5,5% do emprego remunerado. Este setor integra cerca de 55 mil unidades, que se distribuem por um conjunto diversificado e heterogéneo de atividades, entre as quais se destacam os serviços de ação e solidariedade social. Sendo a Região Centro um território com grandes disparidades sociais e territoriais, a promoção da economia social poderá contribuir para um reforço da coesão, social e territorial, e para a criação de valor acrescentado e de emprego.

Além disso, e apesar da Região Centro ser a segunda região do país com maior número de trabalhadores por conta própria e apesar do crescente número de empresas, as ações de insolvência têm aumentado muito nos últimos anos, pelo que deve ser incentivada a criação líquida de emprego através da promoção do empreendedorismo e do surgimento de novos empresários.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Unidade de Medida para o Indicador</i>	<i>Indicador de realização comum</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Unidade de Medida de Base e das Metas</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	% de postos de trabalho apoiados que permanecem 6 meses após o fim do apoio (ICR)	Região menos desenvolvida	%							
	% de pessoas/entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio	Região menos desenvolvida	%							

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Desempregados e pessoas em idade ativa que pretendam entrar ou permanecer no mercado de trabalho e pessoas em risco de pobreza e exclusão

Beneficiários: Entidades públicas do setor do emprego e formação, microempresas e empreendedores e empresas sociais, entidades públicas e entidades sem fins lucrativos que desenvolvem a sua atividade na área social.

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Apoio à criação do próprio emprego por parte dos desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego;
- Programas de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego;
- Sistemas de microcrédito;
- Sistemas de incentivos especificamente direcionados para microempresas que promovam a criação de emprego, em especial nos territórios da coesão;
- Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, através da antecipação do pagamento total ou parcial, destas prestações;
- Promoção do artesanato e dos ofícios tradicionais, através da integração profissional de desempregados, promovendo a criação do próprio emprego;
- Dinamização do empreendedorismo social, da inovação social e da economia social, tornando o empreendedorismo social uma vertente importante das diferentes iniciativas de promoção e reconhecimento do empreendedorismo;
- Promoção da inovação social e da capacitação institucional;
- Incentivo ao empreendedorismo cooperativo;
- Linha de crédito a organizações da economia social;
- Promoção de novas redes de economia social, de geração, qualificação e dinamização da economia social.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderia ser considerada a apreciação e seleção das candidaturas têm em conta uma distribuição regional equilibrada dos apoios a conceder, tendo por base o volume do desemprego registado em cada uma das áreas de abrangência da tipologia.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	N.º de pessoas/entidades apoiadas, por ano	Nº	FSE	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;

Objetivo específico: Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e gestão, assim como dos ativos das empresas

Pretende-se apoiar com este objetivo específico: i) o desenvolvimento de ações de formação e de capacitação dos gestores e dos ativos das empresas para a inovação e gestão empresarial e *eSkills*, incluindo as metodologias de *coaching* e formação/ação; e ii) a participação de ativos de empresas em ações de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas, associada a projetos de investimento.

A necessidade de mobilizar esta prioridade prende-se com os seguintes fundamentos:

A importância de proporcionar condições de formação mais competitiva para os quadros e empresários regionais, sobretudo aqueles mais ligados a atividades tradicionais, visando a sua maior integração numa economia globalizada e digital.

A qualificação, quer dos empresários e gestores, quer de outros colaboradores das empresas, é essencial para alterar significativamente o baixo nível de produtividade do trabalho, um dos principais estrangulamentos da economia regional.

Situação de partida que se pretende mudar:

A maioria das empresas da Região Centro são micro e pequenas empresas (96,1% das empresas têm menos de 10 pessoas ao serviço). Nestas empresas, a apetência para a promoção da formação, quer ao nível da gestão, quer ao nível dos colaboradores, é naturalmente reduzida, situação que é agravada quando à frente das empresas se encontram empresários de escalões etários mais elevados e com mais baixas qualificações. Esta realidade tem repercussões no que respeita à produtividade do trabalho na Região Centro que, em 2011, era apenas de 24,5 milhares de euros por trabalhador, representando cerca de 80% do total nacional e cerca

de metade da produtividade do conjunto dos 27 países da União Europeia. Desde 1995, que a Região Centro se mantém como a região portuguesa com a mais baixa produtividade do trabalho.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realização comum	Valor de Base	Unidade de Medida de Base e das Metas	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Número de participantes - pessoas melhor preparadas para a inovação e mudança	Região menos desenvolvida	Nº							
	Nº de empresas que concretizaram planos de mudança organizacional associados à formação	Região menos desenvolvida	Nº							

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Empresários, ativos das empresas

Beneficiários: Empresas, associações empresariais e agrupamentos de empresas e entidades públicas.

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

a) Ações de apoio à formação de quadros superiores e empresários

- Apoio ao desenvolvimento de ações de formação/*coaching* e de capacitação dos empresários para a inovação, internacionalização, gestão empresarial, conhecimento de aspetos legais e regulamentares;
- Apoio ao desenvolvimento do potencial humano das empresas e das suas competências, numa ótica de satisfação das necessidades concretas de cada empresa, com especial enfoque em quadros superiores de PME, estimulando fortemente o *upgrade* de qualificação do capital humano no contexto específico de cada PME;
- Apoio ao desenvolvimento de capacidade de previsão, prospetiva, antecipação e identificação de tendências de evolução relevantes, fazendo com que as empresas possam deste modo desenvolver iniciativas preventivas de natureza pró-ativa, ganhando resiliência;
- Apoio a projetos de reforço das capacidades de organização e gestão, incluindo a preparação dos empresários, tornando-os mais conhecedores de enquadramentos legais e regulamentares, bem como das novas competências de gestão.

b) Ações de apoio à formação dos trabalhadores

Apoio à participação de ativos de empresas em ações de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação associados a projetos de investimento.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: o contributo para a capacitação da equipa de gestão da empresa; o contributo para a capacitação dos recursos humanos da empresa; a coerência dos projetos com a fundamentação da sua necessidade e oportunidade, designadamente em matéria de inovação, de reforço da produção de bens e serviços transacionáveis de maior valor acrescentado e da manutenção da empregabilidade dos destinatários; o contributo para o desenvolvimento de competências profissionais no domínio das novas tecnologias, designadamente de informação e comunicação; a explicitação das estratégias a utilizar para a efetiva promoção da igualdade de género e da igualdade de oportunidades; o favorecimento do acesso à promoção na carreira, proporcionando meios de realização pessoal e de qualidade de vida e de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	N.º de ativos abrangidos em ações de formação em contexto empresarial (ICC)	Nº	FSE	Região menos desenvolvida					
	Nº empresas abrangidas em programas de formação – ação (ICC)	Nº	FSE	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;

Objetivo específico: Apoiar a criação do próprio posto de trabalho, o empreendedorismo social e a economia social

Inclui todas as medidas de apoio à criação de emprego de cariz local e à criação do próprio emprego, através de pequenos incentivos ao investimento onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio numa vertente FEDER. Pretende-se também dinamizar o empreendedorismo social através de medidas de apoio ao investimento em empresas sociais dirigidas à prestação de serviços às pessoas, às famílias e a grupos sociais desfavorecidos.

A necessidade de mobilizar esta prioridade prende-se com os seguintes fundamentos:

Tendo em conta o nível de desemprego atual e o facto do tecido empresarial da Região Centro ser dominado por microempresas, importa criar condições estruturais de apoio às empresas já existentes, para aumentar o emprego, apoiando a criação de novas empresas inovadoras e capacitadas para enfrentar os desafios dos mercados, o investimento na criação do próprio posto de trabalho, o microempreendedorismo e a incubação de microempresas, quer em termos de pequenas infraestruturas de acolhimento, quer em termos de serviços e apoio técnico às empresas.

Situação de partida que se pretende mudar:

Em 2011, as PME representavam 99,9% das empresas, 89,3% das pessoas ao serviço e 77,4% do volume de negócios na Região Centro. Em média tinham 2,6 pessoas ao serviço. Por outro lado, a região tem vindo a registar um crescimento da taxa de desemprego (12% em 2012, inferior à média nacional mas superior à média europeia, que era de 10,4%). Em paralelo, a taxa de emprego dos 20 aos 64 anos da Região Centro diminuiu nos últimos dois anos (em 2012, era de 69,7%), afastando-se da meta estabelecida pela União Europeia para 2020 (75%). Neste contexto importa apoiar as microempresas regionais a aumentar o nível de emprego, absorvendo os desempregados que perderam o seu trabalho nos últimos anos e apoiar a criação de novas empresas, partindo da experiência e competências da mão-de-obra regional.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Unidad e de Medida</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	% de entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio	%	Região menos desenvolvida					
	% de postos de trabalho apoiados que	%	Região menos					

permanecem 6 meses após o fim do apoio		desenvolvida					
--	--	--------------	--	--	--	--	--

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Desempregados, pessoas em idade ativa que pretendam ingressar ou permanecer no mercado de trabalho e micro empresários; grupos sociais mais desfavorecidos

Beneficiários: Empresas, associações empresariais, autarquias e empreendedores; empresas sociais e entidades do Terceiro Setor, empreendedores sociais

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de micro-empresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio;
- Consolidação de mecanismos alternativos de microcrédito;
- Apoio a iniciativas empresariais de base local, especialmente em territórios da coesão e em setores emergentes, promovendo também a criação do próprio posto de trabalho e incluindo o apoio a microiniciativas empresariais de modernização e diversificação do tecido económico local, incluindo empresas de informação cultural e animação, capazes de envolver as populações;
- Criação de novas empresas e modernização ou reforço da capacidade de empresas sociais já existentes na prestação de serviços de apoio às famílias;
- Promoção de novos projetos de empreendedorismo social.

O apoio a microempresas que invistam na Região Centro tem um teto indicativo de investimento elegível de 25 mil euros, que poderá ser reforçado para apoio a projetos de investimento de microempresas até 100 mil euros que tenham lugar em concelhos da coesão e se enquadrem no contexto de estratégias de competitividade territorial suportadas nos recursos endógenos.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a qualidade técnica do projeto, nomeadamente quanto à coerência entre o perfil do promotor e os objetivos a alcançar com o projeto; a capacidade de criação de postos de trabalho.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	N.º de pessoas/entidades apoiadas, por ano		FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade;

Objetivo específico: Desenvolver o potencial endógeno regional

Pretende-se apoiar ações de valorização económica dos recursos endógenos de natureza material e imaterial, com base em parcerias locais (envolvendo entidades públicas e privadas) e em estratégias de desenvolvimento que apostem no reforço e diversificação da base económica dos territórios rurais de baixa densidade, através do reforço da sua atratividade, da valorização dos seus recursos diferenciadores, particularmente o património natural e cultural, do apoio a novas formas de produzir e empreender na agricultura, na floresta, na energia e no ambiente, do reforço da competitividade empresarial, da produção e transferência de conhecimento e inovação, do empreendedorismo social, da qualificação do capital humano e do desenho de novos modelos de serviço público para a baixa densidade.

Esta ação deve ser articulada com os instrumentos mobilizados nas prioridades de investimento no domínio da competitividade, com as prioridades de investimento do domínio da inclusão social e emprego associadas às "iniciativas locais de emprego", em articulação com as ações das prioridades de investimento 8.3., 8.8, 6.3, 9.6 e 9.10.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

Cerca de metade dos municípios da Região Centro ainda evidencia problemas de atratividade populacional e económica, concentrando-se nos territórios de baixa densidade, sobretudo no interior (Beira Interior Norte e Sul, Pinhal Interior Norte e Sul, Serra da Estrela e Dão Lafões): dos 100 concelhos da região, 48 têm reduzida atratividade e 16 concelhos média atratividade. Por outro lado, apresentam um elevado potencial em termos de recursos endógenos que não está devidamente valorizado e aproveitado economicamente.

Situação de partida que se pretende mudar:

Uma grande parte do território da Região Centro é marcadamente rural. Esta realidade determina, no essencial, as formas de utilização do solo (ocupação agrícola e florestal) e as atividades económicas que aí predominam (agricultura e silvicultura). Contudo, o peso económico que lhe está associado é relativamente reduzido. Cerca de 10% da população regional tem atividade regular no setor, representando 48,6% do emprego neste mesmo setor a nível nacional, mas apenas 29,7% do correspondente VAB nacional. São espaços de grande valia natural e paisagística, de importante conteúdo histórico e cultural, e de elevado potencial agro-industrial.

Os recursos endógenos destes territórios rurais de baixa densidade constituem um fator importante para a ambição regional de diminuir 10% das assimetrias territoriais e manter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional, já que podem estar na base de processos de valorização económica geradores de novas oportunidades de emprego, mais qualificados, em territórios de escassa oferta.

Por outro lado, as opções da RIS3 conferem grande centralidade a estes recursos e à sua valorização, estando no cerne de duas das quatro áreas de interligação/plataformas de inovação identificadas: valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais e inovação territorial.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Unidad e de Medida</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	Postos de trabalho gerados pelos projetos apoiados nos concelhos da coesão da Região Centro	Nº	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: População e empresas em áreas rurais e de baixa densidade

Beneficiários: Empresas e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que promovam os territórios rurais de baixa densidade e a valorização económica dos recursos

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Estimulo ao micro empreendedorismo e o empreendedorismo associado a atividades tradicionais ou de artesanato, bem assim como de valorização dos recursos endógenos, ou ainda de apostas desenvolvidas especificamente em territórios de baixa densidade, promovendo a coesão territorial;
- Estimulo ao empreendedorismo local associando-o às estratégias de marketing e de animação territorial;

- Aproveitamento energético dos recursos endógenos naturais, através de soluções que explorem o potencial energético associado à floresta, ao sol ou ao vento;
- Valorização de mosaicos de recursos endógenos e requalificação dos lugares, incluindo áreas comunitárias, bens públicos, e privados, mas sempre no contexto de intervenções integradas que reforcem a sustentabilidade dos correspondentes espaços rurais;
- Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos, incluindo artesanato, denominação de origem, conceção de novos produtos, vertentes de design e marketing inovadoras, com a aposta em novos canais de distribuição;
- Desenvolvimento do turismo associado ao território, promovendo a sustentabilidade e a coesão territorial, afirmando a Região Centro enquanto destino sustentável;
- Consolidação de Rotas Turísticas, centradas em recursos e produtos endógenos (e.g. vinhos), artes e saberes (e.g. vidro, lanifícios e cerâmica) e na produção cultural (e.g. escritores);
- Dinamização de apostas concretas sustentáveis em concelhos da coesão, através da inovação social, economia social e da inovação rural, incluindo apostas em dinâmicas de proximidade e comunitária (*Living Labs Rurais, Redes e Parcerias*);
- Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação;
- Consolidação das “nossas aldeias” enquanto espaços únicos de afirmação da coesão territorial e da competitividade de base local;
- Apoio à integração de estratégias de eficiência coletiva baseadas em recursos endógenos nos concelhos da coesão, através de manchas geográficas com coerência temática.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a representatividade do conjunto de instituições de base regional ou local que sustenta a estratégia territorial; o contributo para a melhoria da competitividade territorial através da valorização económica de recursos endógenos; o contributo para a diminuição de assimetrias regionais em termos de recursos empresariais, de capital humano, de capital relacional e de população; o contributo para a cultura e a prática da parceria e do trabalho em rede; a capacidade e experiência da equipa técnica; a utilização de técnicas ou modelos avançados que contribuam para a inovação territorial; o efeito multiplicador e transferibilidade dos resultados das ações.

Indicadores de realização por prioridade de investimento**Quadro 5: Indicadores de realização**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de estratégias apoiadas que visam criar valor a partir de recursos endógenos de base territorial	n.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Inovação social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticosInovação social

A inovação social, entendida como uma forma mais eficiente ou mais eficaz de abordar as necessidades sociais, através de produtos, serviços, estratégias e modelos de governação novas, que normalmente não são respondidas pelas organizações públicas ou privadas, porque correspondem muitas vezes a procura relacionadas com grupos sociais vulneráveis (jovens, migrantes, idosos, socialmente excluídos, etc.) tem um campo de atuação muito vasto e diverso: inclusão social, migração, renovação urbana, economia social, micro crédito, saúde e envelhecimento, educação e combate ao abandono escolar, incubação, inovação organizacional e estratégias de desenvolvimento regional.

A abordagem preconizada pela Estratégia Europa 2020, assente num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, tem na sua matriz identitária a questão da inovação, associada ao crescimento inteligente, mas também a preocupação social, associada ao crescimento inclusivo. Uma das suas metas principais refere-se ao aumento da taxa de emprego para 75%. A inovação social deverá ser uma ferramenta fundamental para atingir aquele objetivo.

Assim, o regulamento do FSE impõe que este Fundo promova a inovação social em todos os seus domínios de aplicação.

Contudo pela sua natureza, a inovação social tem uma dimensão muito relevante de experimentação de políticas sociais, pelo que as ações de inovação social a considerar devem:

- i) ser intervenções que trazem respostas inovadoras a necessidades sociais;
- ii) ser implementadas a uma pequena escala porque existe alguma incerteza respeitante aos seus impactos;
- iii) apresentar condições que assegurem a possibilidade de se medirem os seus impactos;
- iv) poder ser replicadas numa escala mais vasta caso o seu resultado se venha a revelar útil.

Cooperação transnacional:

O principal objetivo da cooperação transnacional no âmbito do FSE é contribuir para a qualidade e a eficácia da política de emprego e de inclusão social. Isto envolve a troca e partilha de informações e de boas práticas e o

trabalho conjunto para alcançar soluções comuns, através da aprendizagem mútua entre administrações, parceiros sociais, ONG e outras instituições no domínio do emprego, da inclusão social e da formação.

Os projetos transnacionais podem ajudar a aferir os procedimentos e processos envolvidos nas atividades e consequentemente, ajudar a melhorar a forma de aplicação prática do FSE. Visitas de estudo, missões e atividades de benchmarking para conhecer casos exemplares e boas práticas, com possibilidade de transferência para outras situações, iniciativas de partilha de experiências, de conhecimento e reflexão conjunta, desenvolvimento de experiências piloto, conceção de estratégias e modelos de intervenção conjuntos, constituem mais-valias significativas para os resultados da aplicação do FSE.

A ambição regional preconizada na estratégia subjacente a este Programa assenta numa dimensão muito forte de inovação, associada à Estratégia Regional RIS3. A RIS3 do Centro de Portugal definiu a inovação territorial como uma das suas plataformas de interligação para apostas como a inovação rural e cidades sustentáveis, criativas e inteligentes, onde a inovação social, orientada para reforçar a atratividade e a qualidade de vida, assume algum destaque.

Assim, o POR dá particular atenção às intervenções que concretizam diretamente ou dão um contributo para a RIS3. Diversos eixos prioritários e prioridades de investimento do PO, que mobilizam o FSE, contribuem para a inovação territorial e, em particular, para a inovação social.

O Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR) pretende contribuir para a ambição regional de situar-se como *Innovation Leader*, diminuir em 10% as assimetrias territoriais e atingir uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional (com o apoio do FSE), apostando no apoio ao emprego para os candidatos a emprego e para os inativos, na criação de emprego por conta própria e no empreendedorismo e na adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.

No âmbito deste Eixo nas Prioridades de Investimento 8.3. criação de emprego por conta própria e empreendedorismo e 8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (do OT 8) prevê-se a mobilização dos seguintes temas, promotores, beneficiários e operações indicativas para as atividades inovadoras e de cooperação transnacional:

Temas: Economia social, microfinanças e incubação.

Promotores: Empresas, associações empresariais, agentes do SCT, Administração Local e Central Desconcentrada.

Beneficiários: jovens qualificados desempregados, desempregados de longa duração, inativos e pessoas em risco de pobreza e exclusão.

Lista de operações indicativa:

- Programas de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego;
- Sistemas de microcrédito e incentivos para microempresas que promovam a criação de emprego;
- Promoção do artesanato e dos ofícios tradicionais, através da integração profissional de desempregados;
- Apoio à participação de ativos de empresas em ações de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação associados a projetos de investimento;
- Qualificação do potencial humano das empresas em estreita colaboração com escolas profissionais e instituições de ensino superior.

Contribuição das ações previstas neste Eixo para os OT 1 a 7:

As ações previstas neste Eixo deverão dar um contributo para os seguintes Objetivos Temáticos:

OT 1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação: a inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas e a qualificação de empresários e gestores pode dar um contributo significativo para assegurar a eficácia dos processos de inovação e de introdução de novas tecnologias nas empresas;

OT 3: Reforçar a competitividade das PME: a qualificação dos recursos humanos das empresas e o apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego contribuirá decisivamente para reforçar o tecido empresarial regional e a competitividade das PME.

OT 6: Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos: a criação de empresas e emprego por conta própria associado a atividades tradicionais (artesanato, proteção dos recursos naturais e ambientais) e à valorização de recursos endógenos (atividades turísticas, animação e educação ambiental; etc.) poderá contribuir para proteger o ambiente e promover uma utilização eficiente dos recursos.

Quadro de desempenho

Quadro 6: Quadro de desempenho do eixo prioritário

Eixos Prioritários	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018	Objetivo final (2023)			Fontes dos dados	Explicação da relevância do indicador
								H	M	T		

Tipo de intervenção

Quadros 7-11: Tipo de intervenção

Quadro 7: Dimensão 1 Domínio de Intervenção		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento

Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de Território		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Sem necessidade de utilizar neste Eixo.

Eixo Prioritário 5: Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

Este Eixo mobiliza um OT (9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza), dois fundos estruturais (FSE e FEDER) e uma categoria de Região.

A associação de dois fundos (FEDER e FSE) num único eixo pretende promover e dinamizar o combate à pobreza, a empregabilidade e a inclusão social, numa lógica integrada. Resulta da necessidade de estabelecer sinergias e reforçar o impacto das ações que podem ser financiadas por cada um dos fundos, orientadas para a inserção de pessoas no mercado de trabalho e para a inclusão social, em territórios específicos da Região Centro. Considera-se indispensável assegurar a gestão conjunta dos dois Fundos, permitindo inclusivamente o lançamento de concursos integrados de investimento material e em recursos humanos. O impacto das estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais será tanto maior quanto forem estabelecidas parcerias alargadas que articulem a criação de oportunidades de emprego e a promoção da economia social (financiadas pelo FSE) com o reforço da oferta de serviços de apoio social e de saúde (financiadas pelo FEDER).

Prioridade de Investimento: 9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade

Objetivo específico: Promover o desenvolvimento e o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional

Pretende-se com este objetivo financiar as ações que permitem aos desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou do Rendimento Social de Inserção, inscritos no serviço público de emprego, desenvolver trabalho socialmente necessário, de cariz local e em entidades públicas (em particular em autarquias locais) ou privadas sem fins lucrativos. As ações a financiar visam: i) promover a empregabilidade destes desempregados, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais, através da manutenção do contacto com o mercado de trabalho, uma vez que é unanimemente reconhecido pela generalidade dos estudos nesta área que quanto maior o tempo de afastamento do emprego, maior a dificuldade de retorno ao mesmo; ii) fomentar o contacto dos desempregados subsidiados e beneficiários do RSI com outros trabalhadores e atividades, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e/ou marginalização; iii) apoiar atividades socialmente úteis, em particular as que satisfaçam necessidades locais ou regionais, incluindo o apoio à conservação e manutenção do património natural, cultural e urbanístico; iv) enquadrar pessoas desempregadas em atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, potenciando a sua reconversão profissional e tendo em vista a melhoria do seu perfil de empregabilidade e uma futura (re)integração no mercado de trabalho.

A necessidade de mobilizar esta prioridade prende-se com os seguintes fundamentos:

A integração e inclusão de grupos sociais desfavorecidos através de medidas de promoção da empregabilidade é prioritária na Região Centro. As dinâmicas recentes evidenciam um aumento do desemprego e dos problemas sociais, o que coloca as questões da inclusão num plano cada vez mais central das políticas públicas de desenvolvimento regional. Neste contexto, assume particular importância a criação de condições que promovam uma melhor integração no mercado de trabalho.

É pois necessário o reforço das intervenções junto dos desempregados de longa duração e de outros grupos vulneráveis, procurando minimizar a duração dos episódios de desemprego e, assim, evitar a perda de competências socioprofissionais e potenciar a sua transição para o mercado de trabalho. Desta forma promove-se o emprego e combate-se o risco de pobreza e exclusão, dois dos principais objetivos da Estratégia EUROPA 2020.

Situação de partida que se pretende mudar:

Em 2012, na Região Centro, a taxa de desemprego jovem era a que atingia os valores mais elevados entre os vários escalões de idade (36,4%). Simultaneamente, o desemprego de longa duração (12 meses ou mais) continuava a aumentar. Sendo estes os grupos mais penalizados pelo desemprego, podem verificar-se necessidades ao nível da sua inserção/reinserção no mercado de trabalho e na vida ativa.

Por outro lado, o número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) na Região Centro teve um elevado crescimento até 2010, tendo após esta data diminuído nos dois anos seguintes. Em 2012, existiam na Região Centro 61 mil indivíduos a beneficiar do RSI, o que representava 14,5% do total de beneficiários deste subsídio no país. Segundo os últimos dados, a taxa de risco de pobreza da Região Centro, tendo em conta os rendimentos monetários das famílias, apontava para um valor mais elevado do que a média nacional e mesmo um dos mais elevados do país.

Tendo em conta estas características da Região Centro, as políticas públicas de promoção da empregabilidade e focadas nos territórios e em grupos-alvo prioritários são assim essenciais em matéria de inclusão.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Unidade de Medida para o Indicador</i>	<i>Indicador de realização comum</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Unidade de Medida de Base e das Metas</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	% de pessoas integradas no mercado de trabalho seis meses após o apoio (ICR)	Região menos desenvolvida	%							

Objetivo específico: Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa

Pretende-se apoiar medidas integradas de intervenção social à escala territorial, atendendo à natureza multidimensional dos fatores que alimentam os riscos de exclusão. Dirige-se particularmente aos territórios onde subsistam fragilidades relacionadas com grupos vulneráveis. Na Região Centro estão em causa particularmente os municípios da coesão, onde o fenómeno do envelhecimento tem uma dimensão muito elevada.

Neste contexto, há uma preocupação acrescida com a população idosa ou reformada, pretendendo-se assegurar e promover um envelhecimento ativo e saudável. Estas medidas serão concretizadas em articulação com o domínio diferenciador da Saúde e do Bem-Estar e a aposta indicativa da RIS3 da Região Centro no envelhecimento ativo e saudável, que valoriza novas abordagens associadas à medicina preventiva e de reabilitação (incluindo doenças associadas ao envelhecimento), a aposta no termalismo e no bioclimatismo, potenciando o turismo de bem-estar. As vantagens comparativas da Região Centro no domínio da Saúde e do Bem-Estar permitem desenvolver a produção de conhecimento e consolidar a Região Centro enquanto como espaço de envelhecimento ativo e saudável.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

O facto da Região Centro ser das regiões mais envelhecidas do país e onde a desproporção entre os indivíduos jovens e idosos é mais significativa.

Esta situação constitui um desafio à coesão territorial e à inclusão social das populações mais desfavorecidas. Para além dos problemas relacionados com o isolamento (quer em áreas rurais quer em áreas urbanas), com a dificuldade no acesso aos serviços e bens mais básicos e também com os baixos rendimentos de que dispõem, são necessárias novas e reforçadas respostas sociais.

Situação de partida que se pretende mudar:

Em 2012, residiam na região 510.866 idosos (pessoas com 65 ou mais anos). Por cada 100 jovens, residiam na região 165 idosos. Esta característica populacional tem-se vindo sucessivamente a agravar. Com efeito, há duas décadas existiam na região mais jovens do que idosos. Apesar de em todo o território regional a proporção de idosos ser expressiva (em média 22% dos habitantes tinha 65 ou mais anos de idade), existe alguma disparidade entre o litoral, menos idoso, e o interior, bastante mais envelhecido, existindo zonas onde quase um terço da população tem uma idade igual ou superior aos 65 anos.

Por outro lado, a região detinha 375,38 pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa (2012) (contra 338,40 em Portugal).

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realização comum	Valor de Base	Unidade de Medida de Base e das Metas	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fontes Dados	Frequência de relatório
	N.º de novas iniciativas desenvolvidas de apoio à inclusão social	Região menos desenvolvida	N.º							

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Desempregados beneficiários do subsídio de desemprego e beneficiários do RSI; População com mais de 65 anos e reformados

Beneficiários: Entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

a) Ações de apoio à inserção

- Apoios à celebração de contratos Emprego-Inserção;
- Ações integradas (inovadoras e/ou experimentais) de promoção local da inclusão ativa;
- Reconversão profissional de desempregados e jovens desempregados, em estreita colaboração com o tecido económico local, sub-regional e regional;
- Qualificação das pessoas direcionada para a empregabilidade e contribuição para reduzir a dimensão do desemprego, e em particular do desemprego jovem, na Região Centro;
- Redução das situações de risco de pobreza e de exclusão social associando medidas de empregabilidade e de formação profissional com a progressiva melhoria das condições de vida e de acesso a bens, equipamentos e mercado de trabalho, geridos a nível local;
- Criação de condições para promover a inexistência de qualquer pessoa “sem abrigo” na Região Centro.

b) Ações de apoio ao envelhecimento saudável

- Desenvolvimento de abordagens integradas direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações;
- Mobilização da população sénior, mas ainda capacitada, para novos desafios que lhe permitam estar ativa e ser socialmente útil;
- Promoção da criação de hábitos e estilos de vida saudáveis e aposta na medicina preventiva;

- Dinamização de encontros intergeracionais (coaching intergerações) e promover ações de transmissão de conhecimento e memória;
- Realização de atividades desportivas (colocar o “Desporto ao Centro”), socioculturais e de voluntariado para a população idosa;
- Aproveitamento do conhecimento e capacidades dos idosos, relacionadas com atividades produtivas tradicionais, para valorizar recursos e promover as economias locais;
- Utilização das TICE no apoio ao envelhecimento ativo e otimização das respostas sociais;
- Apoio ao envelhecimento ativo enquanto oportunidade potencialmente geradora de atividade económica e social em territórios da coesão

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: os contributos para a inserção de população socialmente excluída do mercado de trabalho; os contributos para a integração de públicos particularmente vulneráveis ou em situação de exclusão; os contributos para a igualdade de oportunidades e igualdade de género, nomeadamente quanto à prioridade ao sexo sub – representado na respectiva área profissional; a qualidade das parcerias como estratégia para a ação.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	N.º de abrangidos em medidas de reabilitação profissional	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					
	N.º de projetos de inovação e experimentação social apoiados	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 9.6. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária

Objetivo específico: Aumentar o desenvolvimento socioeconómico de base local

Pretende-se reforçar a abordagem territorializada da intervenção social, no contexto de estratégias locais de desenvolvimento, assentes em parcerias locais amplas, que promovam o combate à pobreza e exclusão social e o emprego em territórios específicos predominantemente de base rural, alicerçadas na rentabilização dos recursos dos espaços rurais e nas potencialidades das comunidades locais, procurando ampliar o impacto social das iniciativas tipo LEADER.

O apoio do FSE, orientado para a dinamização da economia social em territórios rurais e comunidades locais específicas, deverá ser articulada com a intervenção do FEDER (PI 9.10) e do FEADER no contexto das DLBC que vierem a ser definidas para a Região Centro.

A necessidade de mobilizar esta prioridade prende-se com os seguintes fundamentos:

O desenvolvimento dos territórios e espaços rurais da Região Centro exige, para além de intervenções vocacionadas para dinamizar a atividade económica associada aos setores agrícola e florestal, o principal ativo destes territórios, a articulação com intervenções no âmbito da economia social, explorando complementaridades e oportunidades de diversificação da economia das explorações agrícolas e das comunidades rurais.

A economia social pode dar uma resposta adequada à escassez de oferta de serviços de natureza comunitária e social nas zonas rurais mais profundas e à criação de emprego alternativo aos setores tradicionais.

Situação de partida que se pretende mudar:

A Região Centro é uma região bastante heterogénea, evidenciando grandes disparidades em termos socioeconómicos, mais profundos no interior rural da região. Para esta situação contribuem as debilidades daqueles territórios, como a existência de uma população envelhecida, de uma significativa taxa de analfabetismo e ainda grande dificuldade em atrair investimento, criar riqueza e emprego. O índice de envelhecimento na Região Centro era de 164,5 em 2012, ou seja, existiam mais de 164 idosos por cada 100 jovens (em Portugal o valor médio era de 131,1). A taxa de analfabetismo era, de acordo com os Censos 2011, a terceira mais elevada do país (6,39), sendo assim superior à média nacional.

As estratégias territoriais de desenvolvimento local são assim cruciais para atenuar as diferenças intrarregionais bem como minorar estas fragilidades de territórios do interior através do desenvolvimento e promoção de atividades de base rural, do crescimento da economia social e do aproveitamento dos recursos locais.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Unidade de Medida para o Indicador</i>	<i>Indicador de realização comum</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Unidade de Medida de Base e das Metas</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fontes Dadas</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	População abrangida por intervenções sociais assentes em parcerias locais	Região menos desenvolvida	Nº							

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Comunidades locais

Beneficiários: Entidades públicas, entidades privadas sem fins lucrativos e empresas, ADL

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Diversificação das economias rurais e em zonas pesqueiras através de abordagens bottom-up de desenvolvimento local;
- Desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais;
- Ensaio de soluções de inovação social no setor primário, reforçando a sua vocação inclusiva e solidária;
- Aposta na qualificação de jovens para os habilitar a concretizar bons projetos nas fileiras da agricultura e floresta;
- Iniciativas de aconselhamento técnico local – agrícola e não agrícola – relacionados com circuitos curtos de comercialização;
- Iniciativas de capacitação de micro-empresas;
- Planos de formação/qualificação de acordo com as tipologias nacionais/catálogo nacional de qualificações;
- Implementação de modalidades inovadoras de formação/qualificação;
- Apoio à criação do próprio emprego por parte dos desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a experiência e resultados atingidos em matéria de intervenções dirigidas a entidades da economia social; o envolvimento institucional no tecido económico, social e cultural da região; a

capacidade e experiência da equipa técnica; a utilização de técnicas ou modelos avançados que contribuam para a inovação e desenvolvimento dos processos de mudança a implementar; o efeito multiplicador e transferibilidade dos resultados das ações; os modelos inovadores de organização da intervenção que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e igualdade de género

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de estratégias apoiadas que visam criar valor a partir de recursos endógenos de base territorial	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária

Objetivo específico: Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde

Pretende-se, no quadro desta prioridade de investimento, financiar ações que incidem no seguinte perfil de intervenções: i) qualificação da rede de equipamentos sociais existentes, mediante processos de reconversão e adaptação de respostas/serviços às necessidades atuais e que implicarão desde fusões a cisões de entidades, a rentabilização de imobilizados, com consequentes ganhos de escala e de sustentabilidade; ii) apoio à qualificação e consolidação da rede de infraestruturas e equipamentos de saúde (cuidados de saúde primários e hospitalares); iii) modernização das estruturas de saúde e sociais, na perspetiva de melhorar o acesso aos

serviços e aumentar a eficácia e eficiência da sua gestão, designadamente através do apoio ao desenvolvimento de sistemas de informação de suporte.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A Região Centro concentra cerca de um quarto dos hospitais existentes no país e apresenta um número de consultas por habitante superior à média nacional. No entanto, estes valores médios ocultam uma realidade interna muito heterogénea, uma vez que a média regional é condicionada por realidades locais como é o caso de Coimbra, um município de referência nos serviços de saúde que dispõe de indicadores muito mais favoráveis que os observados noutros municípios (nomeadamente do interior). Esta situação também ocorre noutras respostas sociais, de que são exemplo as respostas sociais para idosos.

Situação de partida que se pretende mudar:

A taxa de cobertura dos centros de dia, lares de idosos e serviços de apoio domiciliário era em 2010 de 16% na Região Centro contra 12% no país. No entanto, a Região Centro tem uma população bastante envelhecida, subsistindo ainda muitos municípios com baixas taxas de cobertura, revelando que a oferta existente nestes territórios é insuficiente para responder à procura manifestada. Com estes investimentos pretende promover-se uma diminuição das assimetrias intrarregionais e assegurar que toda a população idosa tem à sua disposição uma resposta adequada às suas necessidades

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Unidad e de Medida</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	% de serviços/respostas com recursos tecnológicos que facilitem um melhor acesso e gestão	%	Região menos desenvolvida					
	Grau de satisfação dos utentes associados aos projetos apoiados	Valor (1-10)	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Idosos, crianças e a população em geral

Beneficiários: Entidades públicas e entidades sem fins lucrativos do terceiro setor que trabalham na área social e da saúde

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Melhoria e readaptação de infraestruturas de saúde (aos vários níveis de cuidados de saúde), desde que devidamente fundamentadas num contexto intermunicipal e setorial;
- Apoio a cuidados de saúde primários e de proximidade;
- Apoio ao reforço das unidades móveis de saúde para zonas de baixa densidade;
- Apoio a ações de reforço tecnológico de diagnóstico e tratamento para unidades altamente especializadas;
- Requalificação de infraestruturas sociais, de modo a melhorar as respostas sociais existentes ou a criar respostas inovadoras;
- Apoio à aquisição de tecnologias em áreas terapêuticas e de prevenção no âmbito da promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência;
- Apoio a sistemas de informação que promovam o funcionamento das instituições em rede e mais próximo dos cidadãos;
- Exploração do potencial e promoção da sustentabilidade da rede de equipamentos existentes, reforçando o papel das entidades do Terceiro Setor na dinamização da economia social e da oferta de respostas sociais de qualidade, inclusivas, acessíveis a utentes com mobilidade reduzida.

Pretende-se colmatar lacunas na rede de equipamentos de prestação de cuidados de saúde e de apoio à terceira idade e à infância, desde que devidamente fundamentadas num contexto intermunicipal e sujeitas a uma análise cuidada da sua pertinência (tendo presente as necessidades existentes e expectáveis e a capacidade de resposta instalada) e sustentabilidade futura (em termos financeiros, ambientais e sociais), privilegiando a requalificação e modernização de infraestruturas já existentes. Nas tipologias de ações relacionadas com construção ou requalificação dos equipamentos existentes serão aplicados custos padrão no apuramento do investimento elegível a cofinanciar

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: demonstrar a sua mais-valia para as populações, em termos de melhoria do acesso, ganhos em saúde e redução de desigualdades; a demonstração da viabilidade técnica e sustentabilidade financeira; a demonstração do contributo para os objetivos do Programa e da Europa 2020; a adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais; a adoção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente, em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	População abrangida por serviços de saúde melhorados (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	N.º de equipamentos apoiados	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais

Objetivo específico: Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas

Pretende-se promover a regeneração socioeconómica e física das zonas desfavorecidas urbanas, através de ações integradas de requalificação e reinserção, assim como a recuperação e qualificação ambiental, a refuncionalização de edifícios ou áreas urbanas ou ainda a criação de novas centralidades.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

Importa promover o combate à pobreza e à exclusão dos residentes e grupos sociais em zonas urbanas degradadas, melhorando as condições de habitabilidade e a qualidade dos espaços públicos, nomeadamente em termos de eficiência energética e de acessibilidade e mobilidade.

Situação de partida que se pretende mudar:

As dinâmicas urbanas das últimas décadas, em Portugal e na Região Centro, induziram processos de degradação e abandono das zonas centrais das cidades, normalmente as zonas históricas, mas também em zonas periféricas, normalmente relacionadas com urbanizações de cariz social.

Estas dinâmicas condicionam a atratividade e a competitividade dos centros urbanos da Região Centro, mas também as condições de vida dos seus habitantes, em particular os mais desfavorecidos, que não têm recursos para procurar novos espaços de residência.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Grau de satisfação dos residentes associados aos projetos apoiados	Valor (1-10)	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Populações das zonas urbanas intervencionadas

Beneficiários: Entidades, públicas ou privadas, coletivas ou singulares, que promovam projetos urbanos no âmbito de planos integrados de desenvolvimento urbano sustentável

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- No âmbito do desenvolvimento urbano sustentável, apoio a ações relacionadas com a promoção da coesão social e da atratividade das áreas urbanas, com a promoção de estratégias de baixa emissão de carbono;
- Requalificação socio-urbanística de áreas urbanas críticas;
- Requalificação do espaço e do edificado público, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano;
- Promoção da sustentabilidade das infraestruturas já existentes, abarcando centros históricos, mas igualmente periferias degradadas e bairros problemáticos

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a qualificação do ambiente urbano; o apoio e promoção do desenvolvimento económico; o apoio ao desenvolvimento social e promoção da inclusão social e a população diretamente beneficiada pelas intervenções

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Está prevista a utilização de fundos de empréstimos tendo em vista financiar ações inovadoras para o desenvolvimento urbano sustentável.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento**Quadro 5: Indicadores de realização**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Habitacões reabilitadas em áreas urbanas (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	N.º de projetos apoiados	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Nº de parcerias locais para reforço de abordagem territorializada	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 9.10. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária

Objetivo específico: Aumentar o desenvolvimento socioeconómico de base local

Pretende-se reforçar a abordagem territorializada, no contexto de estratégias locais de desenvolvimento, assentes em parcerias locais amplas, que promovam a competitividade e o emprego em territórios específicos predominantemente de base rural, alicerçadas na rentabilização dos recursos dos espaços rurais e nas potencialidades das comunidades locais, procurando ampliar o impacto económico das iniciativas tipo LEADER. O apoio do FEDER, orientado para a dinamização da economia em territórios rurais e comunidades locais específicas, deverá ser articulada com a intervenção do FSE (PI 9.6) e do FEADER no contexto das DLBC que vierem a ser definidas para a Região Centro.

A necessidade de mobilizar esta prioridade prende-se com os seguintes fundamentos:

Os territórios rurais da Região Centro ainda estão muito dependentes de atividades agrícolas e florestais de cariz tradicional. Desta forma, estas atividades absorvem ainda uma elevada percentagem da força de trabalho, o que significa baixos níveis de produtividade das explorações agrícolas e de remuneração da mão-de-obra. Por outro lado, escasseiam atividades produtivas em setores alternativos que assegurem mais empregos e criação de riqueza. Importa, por isso, apoiar a diversificação da atividade económica das explorações agrícolas, mas também dinamizar a criação e consolidação de novas iniciativas empresariais num leque amplo de setores para consolidar as economias locais, nomeadamente naqueles que valorizam os recursos patrimoniais e naturais dos territórios rurais.

Situação de partida que se pretende mudar:

Para além de uma grande extensão dos territórios rurais na Região Centro esta é uma região onde o emprego no setor primário tem uma expressão muito elevada. Em 2011, atingia 16,4% do emprego total, muito acima da média do país (9,9%), que em termos europeus já assumia um valor muito elevado. Este valor anda associado a um número muito grande de explorações agrícolas, com uma pequena dimensão mas também com baixos níveis de incorporação de tecnologia e processos produtivos inovadores (daí que o seu contributo para o VAB regional se fique pelos 2,2%).

Neste contexto, os territórios rurais são essencialmente territórios repulsivos para os jovens que não encontram empregos adequados às suas qualificações e pouco atrativos para quem pretenda investir ou procure um quadro de vida alternativo às zonas urbanas e cidades.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Unidad e de Medida</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	População abrangida por intervenções sociais assentes em parcerias locais	N.º	Região menos desenvolvida					
	Número de postos de trabalho criados através dos projetos apoiados	N.º	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Comunidades locais

Beneficiários: Entidades públicas, entidades privadas sem fins lucrativos e empresas, ADL

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Diversificação das economias rurais e em zonas pesqueiras através de abordagens bottom-up de desenvolvimento local;
- Desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais;
- Apostas de qualificação, inovação de desenvolvimento de produtos do setor primário, incluindo certificação e denominação de origem protegida;
- Dinamização de estrutura comercial inovadora e competitiva, capaz de responder às novas formas de procura e promover novos caminhos para o escoamento de produtos, com a adoção de ciclos curtos de comercialização (e.g. farmers markets, hortas e pomares on line);
- Transferência de conhecimento e tecnologia envolvendo as instituições de ensino superior, centros de conhecimento e os produtores/transformadores;
- Recuperação e valorização de património cultural e histórico e de recursos naturais e paisagísticos;
- Recuperação e qualificação de pequenas infraestruturas e equipamentos locais de apoio à comercialização, transporte, armazenamento e marketing associados a produções agro-alimentares locais;
- Apoio ao empreendedorismo local / viveiros de empresas – refuncionalização de equipamentos existentes;
- Criação de microempresas e dinamização /modernização de iniciativas empresariais em setores como o comércio, a indústria, restauração e turismo;
- Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de micro-empresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a experiência e resultados atingidos em matéria de intervenções dirigidas a entidades da economia social; o envolvimento institucional no tecido económico, social e cultural da região; a capacidade e experiência da equipa técnica; a utilização de técnicas ou modelos avançados que contribuam para a inovação e desenvolvimento dos processos de mudança a implementar; o efeito multiplicador e transferibilidade dos resultados das ações; os modelos inovadores de organização da intervenção que possibilitem a prossecução dos objetivos da política para a igualdade de oportunidades e igualdade de género.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de estratégias apoiadas que visam criar valor a partir de recursos endógenos de base territorial	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					

Inovação social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos

Inovação social

A inovação social, entendida como uma forma mais eficiente ou mais eficaz de abordar as necessidades sociais, através de produtos, serviços, estratégias e modelos de governação novas, que normalmente não são respondidas pelas organizações públicas ou privadas, porque correspondem muitas vezes a procuras relacionadas com grupos sociais vulneráveis (jovens, migrantes, idosos, socialmente excluídos, etc.) tem um campo de atuação muito vasto e diverso: inclusão social, migração, renovação urbana, economia social, micro crédito, saúde e envelhecimento, educação e combate ao abandono escolar, incubação, inovação organizacional e estratégias de desenvolvimento regional.

A abordagem preconizada pela Estratégia Europa 2020, assente num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, tem na sua matriz identitária a questão da inovação, associada ao crescimento inteligente, mas também a preocupação social, associada ao crescimento inclusivo. Uma das suas metas principais refere-se à taxa de emprego da população dos 20 aos 64 anos que deverá ser de 75% em 2020. A inovação social deverá ser uma ferramenta fundamental para atingir aquele objetivo.

Assim, o regulamento do FSE impõe que este Fundo promova a inovação social em todos os seus domínios de aplicação.

Contudo pela sua natureza, a inovação social tem uma dimensão muito relevante de experimentação de políticas sociais, pelo que as ações de inovação social a considerar devem:

- i) ser intervenções que trazem respostas inovadoras a necessidades sociais;
- ii) ser implementadas a uma pequena escala porque existe alguma incerteza respeitante aos seus impactos;
- iii) apresentar condições que assegurem a possibilidade de se medirem os seus impactos;
- iv) poder ser replicadas numa escala mais vasta caso o seu resultado se venha a revelar útil.

Cooperação transnacional:

O principal objetivo da cooperação transnacional no âmbito do FSE é contribuir para a qualidade e a eficácia da política de emprego e de inclusão social. Isto envolve a troca e partilha de informações e de boas práticas e o

trabalho conjunto para alcançar soluções comuns, através da aprendizagem mútua entre Administrações, parceiros sociais, ONG e outras instituições no domínio do emprego, da inclusão social e da formação.

Os projetos transnacionais podem ajudar a aferir os procedimentos e processos envolvidos nas atividades e consequentemente, ajudar a melhorar a forma de aplicação prática do FSE. Visitas de estudo, missões e atividades de benchmarking para conhecer casos exemplares e boas práticas com possibilidade de transferência para outras situações, iniciativas de partilha de experiências, de conhecimento e reflexão conjunta, desenvolvimento de experiências piloto, conceção de estratégias e modelos de intervenção conjuntos, constituem mais-valias significativas para os resultados da aplicação do FSE.

A ambição regional preconizada na estratégia subjacente a este Programa assenta numa dimensão muito forte de inovação, associada à Estratégia Regional RIS3. A RIS3 do Centro de Portugal definiu a inovação territorial como uma das suas plataformas de interligação para apostas como a inovação rural e cidades sustentáveis, criativas e inteligentes, onde a inovação social, orientada para reforçar a atratividade e a qualidade de vida, assume algum destaque.

Assim, o POR deve dar particular atenção às intervenções que concretizam diretamente ou dão um contributo para a RIS3. Diversos eixos prioritários e prioridades de investimento do POR, que mobilizam o FSE, contribuem para a inovação territorial e, em particular, para a inovação social.

O Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR) pretende contribuir para a ambição regional de diminuir em 10% as assimetrias territoriais e uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional, apostando na inclusão ativa e na dinamização de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.

No âmbito deste Eixo, nas Prioridades de Investimento 9.1. inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade e 9.6. Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, do OT 9, prevê-se a mobilização dos seguintes os temas, promotores, beneficiários e operações indicativas para as atividades inovadoras e de cooperação transnacional:

Tema: Inclusão social, saúde e envelhecimento e estratégias de desenvolvimento regional.

Promotores: Entidades públicas e entidades privadas sem fins lucrativos, nomeadamente associações de desenvolvimento local, empresas.

Beneficiários: Desempregados beneficiários do subsídio de desemprego e beneficiários do RSI, população com mais de 65 anos e reformados e comunidades locais.

Lista de operações indicativa:

- reconversão profissional de desempregados e jovens desempregados, em estreita colaboração com o tecido económico local, sub-regional e regional;
- apoio ao envelhecimento ativo enquanto oportunidade potencialmente geradora de atividade económica e social em territórios da coesão;
- diversificação das economias rurais e em zonas pesqueiras;

- apoio à criação do próprio emprego por parte dos desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego.

Contribuição das ações previstas neste Eixo para os OT 1 a 7:

As ações previstas neste Eixo deverão dar um contributo para os seguintes Objetivos Temáticos:

OT 2: Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade: aumentar os conhecimentos e a familiaridade dos idosos e de outros grupos sociais desfavorecidos com as TIC possibilitará melhorar os resultados dos investimentos em termos de infraestruturas e serviços digitais.

OT 6: Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos: a criação de emprego por conta própria associado a atividades tradicionais (artesanato, proteção dos recursos naturais e ambientais) e à valorização de recursos endógenos (atividades turísticas, animação e educação ambiental; etc.) poderá contribuir para proteger o ambiente e promover uma utilização eficiente dos recursos

Quadro de desempenho

Quadro 6: Quadro de desempenho do eixo prioritário

Eixos Prioritários	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018	Objetivo final (2023)			Fontes dos dados	Explicação da relevância do indicador
								H	M	T		

Tipo de intervenção

Quadros 7-11: Tipo de intervenção

Quadro 7: Dimensão 1 Domínio de Intervenção		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento	
Fundo	
Categoria	Região menos desenvolvida

de região		
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
	Total	

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de Território		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
	Total	

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
	Total	

Utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Sem necessidade de utilizar neste Eixo.

Eixo Prioritário 6: Afirmar sustentabilidade de territórios e recursos (SUSTENTAR)

Este Eixo mobiliza dois objetivos temáticos (OT 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores e OT 6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos), um fundo (FEDER), e uma categoria de Região.

A opção de colocar dois OT neste Eixo Prioritário resulta da necessidade de integrar a programação ao nível de eixo. Entende-se que estes OT são complementares em termos da sua mobilização, sendo evidente a ligação entre a eficiência energética, a mobilidade urbana sustentável, a qualidade do ambiente urbano e a conservação da biodiversidade e a valorização do património cultural e natural. Considera-se indispensável assegurar a gestão conjunta destes OT, contribuindo para um objetivo comum, permitindo inclusivamente o lançamento de concursos integrados em áreas complementares.

Com efeito é estreita a articulação entre as prioridades de investimento 4.5 e 6.5 bem como entre estas e as prioridades relacionadas com a eficiência energética e energias renováveis (4.2 e 4.3) como forma de reduzir o CO2 e melhorar o ambiente urbano. É aconselhável efetuar uma gestão conjunta destas linhas de apoio com vista a potenciar sinergias, forçar a integração de medidas e ações e obter maior eficácia na aplicação dos recursos públicos e comunitários.

Por outro lado, as estratégias de baixo teor de carbono em zonas não urbanas (4.5) “alimentam-se” em boa medida de atuações sustentáveis em termos de conservação do património natural, de proteção da biodiversidade e de promoção de sistemas de serviços ecológicos e da fruição sustentável dos recursos naturais e patrimoniais, designadamente dos que têm vocação turística.

Para uma melhor afetação dos recursos financeiros e com vista a permitir maior flexibilidade e capacidade de integração de atuações – envolvendo, designadamente, o lançamento de concursos conjuntos ou integrados de atuações apoiáveis pelas OT 4 e 6, em conformidade com o objetivo a atingir – considera-se indispensável garantir a gestão conjunta das prioridades mobilizadas no quadro destes dois Objetivos Temáticos. Tal poderá naturalmente incluir o acolhimento de projetos complexos que envolvam vertentes apoiáveis por prioridades inseridas nas duas OT.

Por fim, referir que esta opção está alinhada com o Acordo de Parceria uma vez que as OT 4 e 6 estão programadas no mesmo domínio temático, com a preocupação de criar uma visão integrada da sustentabilidade e uso dos recursos no contexto da região.

Prioridade de Investimento: 4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas

Objetivo específico: Aumento da eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalizando os consumos

Pretende-se com este objetivo específico garantir o apoio:

i) à implementação de projetos de eficiência energética no setor empresarial (indústria, transportes e edifícios de serviços); ii) à implementação de tecnologias e sistemas energeticamente mais eficientes; iii) à adoção de

sistemas de gestão de energia (e de frotas) que permitam um maior conhecimento da estrutura energética das empresas com os consequentes benefícios em termos de gestão otimizada da sua utilização; iv) a tecnologias de produção de energia de base renovável; v) a contratos de gestão de eficiência energética (modelo ESCO). Estas ações de eficiência e racionalização dos recursos energéticos são fatores potenciadores da sustentabilidade e consequente competitividade empresarial e do próprio aproveitamento dos recursos endógenos da Região Centro, nomeadamente estimulando a utilização de energias renováveis.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A Região Centro apresenta indicadores que retratam um uso ineficiente dos recursos energéticos, pelo que importa atuar ao nível da eficiência energética e da racionalização dos consumos energéticos.

Os investimentos abrangidos por esta prioridade contribuem assim para atingir os objetivos regionais definidos no Plano de Ação Regional e as metas inscritas no PNR e na Estratégia EUROPA 2020 em matéria de clima e energia, nomeadamente no que diz respeito à redução do consumo de energia primária e ao aumento da eficiência energética. Alinham-se igualmente com as opções RIS3 do CENTRO de PORTUGAL, onde a eficiência energética é apontada enquanto domínio diferenciador transversal.

Situação de partida que se pretende mudar:

Em 2011, havia um diferencial acentuado no consumo de energia primária no PIB (tep por milhão de €) entre a Região (181,8) e o País (131,5), que importa reduzir. Os projetos apoiados deverão ainda contribuir para reduzir as emissões globais de CO2 já que, segundo dados de 2009, a Região Centro representava 16% das emissões totais do País. No caso das emissões resultantes de processos industriais, o peso da Região Centro, no total nacional era muito superior (33%), ultrapassando o próprio contributo regional para o VAB de Portugal.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Unidad e de Medida</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	Redução dos consumos unitários de energia por via dos projetos apoiados	%	Região menos desenvolvida					
	Redução do consumo de energia primária nas empresas	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Empresas

Beneficiários: Empresas

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Medidas transversais associadas à atuação tecnológica sobre motores elétricos, produção de calor e frio, iluminação e outras medidas para aumentar a eficiência energética;
- Medidas específicas de eficiência energética aplicadas aos processos produtivos, designadamente na indústria;
- Medidas específicas associadas ao setor dos serviços, incluindo equipamentos eficientes, iluminação, janelas, isolamento, calor verde, sistemas de eficiência energética em edifícios e adoção de fontes renováveis de energia;
- Projetos que permitam melhorar a eficiência na produção e no consumo final de energia, de modo a reduzir os desperdícios energéticos, a dependência do exterior e os custos associados;
- Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia;
- Dinamização de projetos viáveis de cogeração a nível industrial e agroindustrial;
- Projetos piloto e de demonstração com vista à utilização de energias renováveis

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: o contributo para a promoção das condições de segurança e da eficiência energética e o seu grau de inovação; a demonstração da inserção da iniciativa na estratégia de desenvolvimento da empresa; o contributo do projeto para as metas ambientais regionais, nacionais e comunitárias de redução das emissões de CO₂, de aumento da penetração das energias renováveis e da diminuição da intensidade energética do PIB

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Está prevista a utilização de instrumentos financeiros para financiar investimentos no domínio da eficiência energética e das energias renováveis nas empresas.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de empresas com consumo de energia melhorado	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: **4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação**

Objetivo específico: **Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos**

Pretende-se com este objetivo específico garantir o apoio: i) à promoção da eficiência energética em infraestruturas públicas; ii) à implementação de energias renováveis em infraestruturas públicas; iii) à promoção dos contratos de gestão de eficiência energética em equipamentos públicos (modelo ESCO), nomeadamente edifícios.

Estes projetos de investimento devem ainda permitir uma maior racionalização de consumos, promovendo uma diminuição global do consumo de energia elétrica em infraestruturas públicas, na iluminação pública e em edifícios públicos. Deste modo, alcançar-se-á uma diminuição da quota de consumo dos edifícios públicos da administração local e regional e uma iluminação pública mais eficiente.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

Urge alterar os padrões de consumo energético no setor público na Região Centro, nomeadamente no que respeita aos gastos de energia nas infraestruturas públicas e na iluminação pública. Na verdade, em termos de consumos na iluminação das vias públicas, a Região Centro representa 29% dos consumos nacionais (21%, em termos de interior dos edifícios do Estado), quando em termos populacionais a Região Centro representa 22% do País e, em termos de PIB, representa 18,6%. Assim, com as iniciativas a desenvolver neste âmbito, haverá um forte contributo para o aumento da eficiência energética, para redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, para a redução de emissões de CO₂ e para a alteração comportamental dos agentes públicos envolvidos.

Situação de partida que se pretende mudar:

A Região Centro deverá alcançar uma redução do consumo de energia primária, nomeadamente no peso que este assume no PIB e que é substancialmente superior à média nacional. Também o consumo de energia elétrica por consumidor é mais elevado na Região Centro do que no país (8.068,5 kWh na região e 7.650,3 kWh no país).

A racionalização de consumos deverá promover uma diminuição global do consumo de energia elétrica em infraestruturas públicas, na iluminação pública e em edifícios da Administração Pública. Na Região Centro, em 2011, gastaram-se 479 milhões de kWh de energia elétrica para iluminação das vias públicas (29% do consumo nacional) e 568 milhões de kWh para iluminação interior de edifícios do Estado (21% do consumo do país).

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Redução dos consumos de energia na administração regional e local	%	Região menos desenvolvida					

Objetivo específico: Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação social

Tendo em conta que o setor habitacional é grande consumidor de energia, torna-se fundamental apoiar intervenções integradas ao nível do edificado, alterando padrões de consumo para uma lógica de eficiência e de valorização energética e fomentando a utilização de energias renováveis no setor da habitação social. Estas medidas terão um impacto positivo ao nível da diminuição do consumo energético e das emissões de CO₂.

A necessidade de mobilizar esta prioridade prende-se com os seguintes fundamentos:

Importa implementar medidas de racionalização dos consumos energéticos, no setor habitacional (quer nos aglomerados urbanos quer em fogos situados em zonas desfavorecidas), privilegiando o investimento em soluções passivas.

Na verdade, embora o consumo de energia elétrica (per capita) seja menor na Região Centro do que nos Países (menos 281,5 kWh por consumidor/ano), observa-se a necessidade de encontrar soluções mais eficientes que permitam uma maior eficiência neste tipo de usos de energia, permitindo, ao mesmo tempo, diminuir a despesa dos agregados domésticos com a componente energética.

Situação de partida que se pretende mudar:

No que se refere apenas ao setor doméstico, o consumo de energia elétrica por consumidor é de 2.249,2 kWh na Região Centro e de 2.530,7 kWh em Portugal. No total da Região Centro são consumidos 2,9 mil milhões de

kWh de energia elétrica, o que corresponde a uma quota de 21% face ao total nacional. Estes valores ainda representam um elevado desperdício energético que se traduz em encargos muito elevados para os agregados domésticos, baixo nível de conforto oferecido pelas habitações e, principalmente, um menor desempenho energético e de emissões de gases com efeito de estufa da região e do país.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Aumento da eficiência energética na habitação social	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Edificado público e privado (habitação social)

Beneficiários: Administração pública local e desconcentrada

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

a) Ações de apoio a eficiência energética nos edifícios e espaços públicos

- Melhoria do desempenho energético ambiental dos edifícios e equipamentos públicos existentes, quer através de implementação de medidas ativas (integração de água quente solar, incorporação de micro geração), quer mediante a aplicação de medidas passivas (intervenções na envolvente dos edifícios);
- Criação de redes urbanas de energia térmica dirigidas aos edifícios de serviços maiores consumidores de calor e de frio;
- Dinamização de projetos de cogeração de aquecimento urbano de pequena dimensão;
- Promoção da eficiência energética na gestão do património cultural e na rede regional de espaços museológicos;
- Inclusão na construção e regeneração de edifícios públicos de fortes vertentes de eficiência energética, e nalguns casos de projetos demonstradores de tecnologias em fase de amadurecimento;
- Promoção da eficiência energética em sistemas públicos de iluminação, nomeadamente através de energias renováveis e soluções de baixo consumo;
- Realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia.

b) Ações de apoio a eficiência energética na habitação social

- Promoção da eficiência energética e da adoção de fontes renováveis nas habitações sociais, incluindo aplicação de soluções de energia solar térmica para aquecimento, que tirem partido das condições climatéricas favoráveis da Região Centro;
- Requalificação do edificado aumentando a sua funcionalidade, eficiência energética e sustentabilidade;
- Difusão de boas práticas quanto ao desempenho energético ambiental dos edifícios (guias de termos de referência) habitacionais

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: o contributo para a promoção das condições de segurança e de eficiência energética; o grau de inovação tendo em conta aspetos tecnológicos e económico-financeiros; o contributo do projeto para as metas ambientais regionais, nacionais e comunitárias de redução das emissões de CO₂, de aumento da penetração das energias renováveis e da diminuição da intensidade energética do PIB.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Decréscimo anual do consumo de energia nos edifícios públicos (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	N.º de agregados familiares com consumo de energia melhorado (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 4.5. A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação

Objetivo específico: Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização dos territórios

Pretende-se estimular iniciativas direcionadas para a redução de emissões CO₂ e promover a descarbonização da economia e da sociedade, apoiando o desenvolvimento de modelos e sistemas de transportes ecológicos com baixo teor de carbono, medidas de sequestro de carbono e novos padrões de consumo energético, atuando particularmente em planos de mobilidade e intervenções na área da mobilidade ecológica.

Dada a situação vivida na Região Centro no que se refere à utilização de recursos energéticos com maiores emissões de carbono, deverá ser promovida a transição para tecnologias e recursos energéticos mais sustentáveis, apoiando a transição para uma economia de baixo carbono.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

Importa salientar a importância dos transportes no que se refere, por um lado, ao consumo de combustíveis de origem fóssil e, por outro, à emissão de carbono. A Região Centro, a este propósito, tem uma trajetória (e um modelo) que não se afasta da do País e que assenta no privilegiar, em termos de transporte de passageiros e de mercadorias, do transporte rodoviário. A fixação de metas precisas para a redução da emissão de CO₂, por exemplo, tem levado as autoridades públicas a encontrar alternativas, quer pela via da diversificação dos tipos de combustíveis utilizados nos veículos, quer pela promoção de outras formas de mobilidade (por exemplo, em meio urbano o incentivo ao uso da bicicleta, nalgumas cidades da Região Centro). Do que se trata, quando se fixa este objetivo, é de prosseguir com estas iniciativas e de as alargar de modo a que se reduzam os consumos de energia e se reduzam as emissões de carbono, promovendo-se a transição para tecnologias e recursos energéticos mais sustentáveis.

Situação de partida que se pretende mudar:

O peso da emissão de gases com efeito estufa no VAB da Região Centro era, em 2009, superior ao registado em termos médios no país. Assim sendo, e tendo em conta este objetivo específico, os investimentos apoiados deverão contribuir para o cumprimento dos objetivos em matéria de clima e energia estabelecidos em termos regionais, nacionais e europeus (com a redução das emissões de gases com efeito estufa em 20%, face aos níveis de 1990).

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Unidad e de Medida</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	Diminuição estimada dos gases com efeito estufa nas áreas urbanas	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Entidades públicas ou privadas

Beneficiários: Entidades públicas ou privadas

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Promoção da mobilidade sustentável, incluindo intervenções em estacionamento com interligação a áreas circundantes, reforço dos traçados pedestres e cicláveis, bem como dos modos de transporte baseados em energias alternativas;
- Incremento do transporte público e dos modos suaves de deslocação;
- Implementação de projetos que permitam melhorar a eficiência no consumo final de energia, de modo a reduzir os desperdícios energéticos, a dependência do exterior e os custos associados;
- Reordenamento das atividades em termos de logística e transportes, em especial na proximidade dos grandes polos geradores de tráfego;
- Apoio à elaboração e implementação de planos de mobilidade à escala sub-regional na perspetiva da sustentabilidade;
- Melhoria das soluções de bilhética integrada com reforço da integração modal e tarifária;
- Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real;
- Teste de soluções de transporte adequados para territórios de baixa densidade populacional.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: o carácter inovador das soluções de mobilidade e transporte; a demonstração de ganhos ambientais; o contributo para a redução da dependência energética do exterior; o contributo para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável; o contributo para a qualificação da mobilidade em meio urbano e a qualidade urbana; a população diretamente beneficiada pelas intervenções.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento**Quadro 5: Indicadores de realização**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de projetos apoiados	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de/nos sistemas de transportes urbanos	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural**Objetivo específico: Promover a valorização do património cultural, afirmando a região como destino turístico de excelência**

Pretende-se reforçar a valorização do património cultural enquanto fator de competitividade no modelo regional de desenvolvimento económico, apoiando iniciativas que permitam: i) aproveitar a riqueza patrimonial da Região Centro, designadamente os monumentos, os museus, os centros históricos, os acervos documentais e artísticos e as diferentes valências de equipamentos culturais disponíveis para incrementar o turismo cultural, segmento identificado como de elevado potencial de crescimento na região; ii) valorizar o património (histórico, cultural, etc.) e os equipamentos culturais, dinamizando iniciativas que, sem prescindirem de preservar os valores intrínsecos aos bens patrimoniais, sejam criadoras de emprego e geradoras de riqueza; iii) dinamizar os espaços culturais existentes através de uma programação em rede que permita alargar os potenciais beneficiários e diminuir os custos relacionados com a realização de eventos culturais.

A necessidade de mobilizar esta prioridade prende-se com os seguintes fundamentos:

As iniciativas a desenvolver no contexto deste objetivo partem daquilo que são os valores regionais em termos de património cultural. A Região Centro dispõe de recursos patrimoniais de inegável qualidade e diversidade associados à sua história, existindo marcas de valia nacional e internacional (designadamente as gravuras do Vale do Coa, os vestígios da romanização, o património associado às ordens religiosas e os monumentos de carácter militar, património mundial, etc.).

Assim, os investimentos de conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património cultural são fundamentais para evitar a degradação e abandono do património cultural e constituem um elemento central na afirmação nacional e internacional dos territórios e das cidades da região.

Situação de partida que se pretende mudar:

Em 2011, o número de visitantes de museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários na Região Centro, ultrapassando um milhão de pessoas, representava apenas 8,8% do total nacional. Além disso, a taxa de crescimento rondou -1,8% entre 2010 e 2011 na Região Centro, acompanhando o decréscimo verificado a nível nacional (-2,5%).

Por outro lado, em 2011, visitaram a Região Centro cerca de 2,2 milhões, o que representava apenas 16% dos turistas do país.

Assim, tendo em conta que o património cultural da Região Centro é muito vasto, dever-se-á potenciar um acréscimo de visitantes em todo o património regional, associado a um aumento do número de turistas e da sua estadia média.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Acréscimo do número de visitantes a equipamentos culturais	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Entidades públicas

Beneficiários: Administração pública local, regional e regionalmente desconcentrada

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais;

- Valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico (e.g. monumentos e museus);
- Proteção, valorização e promoção do património histórico e cultural, apostando na recuperação dos sítios históricos e culturais;
- Valorização de património classificado, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;
- Conservação, restauro e requalificação de património em degradação e risco, devidamente sinalizado pelas entidades competentes na matéria, com particular enfoque nos casos de património classificado;
- Modernização e dinamização de museus e centros de interpretação do património;
- Promoção turística de territórios de elevado valor cultural;
- Promoção de iniciativas integradas, regionalmente estruturadas, envolvendo territórios, lugares e sítios de elevado valor patrimonial que concorram para qualificar a oferta e diversificar os destinos turísticos da Região Centro;
- Desenvolvimento de projetos de animação e programação cultural com potencial de captação de fluxos turísticos internacionais;
- Dinamização de equipamentos culturais existentes, através de programação em redes e parcerias assumidas a nível intermunicipal e regional, bem como de ações itinerantes assentes nas mesmas lógicas e na mobilização de grupos de animação;
- Divulgação e integração territorial, através de iniciativas de cooperação territorial e institucional que permitam integrar a programação cultural, as visitas guiadas e a divulgação de equipamentos, bens culturais e serviços prestados;
- Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais;
- Organização e promoção de eventos culturais com impacto internacional;
- Capacitação dos agentes de gestão de bens culturais para a valorização económica desses mesmos bens;
- Apoio à certificação e reconhecimento de bens culturais

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a demonstração do valor patrimonial do imóvel do ponto de vista cultural, histórico e científico; o enquadramento em documentos estratégicos da política nacional ou local do património; o grau de risco e degradação do bem patrimonial; a capacidade de atração e de dinamização da procura de bens culturais; a integração do bem cultural imóvel em itinerários ou circuitos turístico-culturais e grau de complementaridade com outras intervenções; a integração numa lógica de trabalho em rede; a criação de novos públicos; a interligação com agentes das comunidades locais.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento**Quadro 5: Indicadores de realização**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de projetos de dinamização e programação cultural e do património apoiados	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiárias de apoio (ICC)	%	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 6.4. A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes

Objetivo específico: Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos

Com este objetivo específico pretende-se valorizar o conhecimento já adquirido, bem como ampliá-lo, sobre os diferentes sistemas existentes na Região Centro com conteúdo ambiental de grande valia, em especial em termos de biodiversidade, combinando elementos da fauna e da flora. São vários os exemplos na Região Centro que, em diferentes estádios de conhecimento e conservação, combinam tais características: tanto se pode falar da Mata do Buçaco, como da Pateira de Fermentelos; do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, como do estuário do Mondego; da Mata Nacional dos Sete Montes como da área protegida da Mata da Margaraça; do Pinhal de Leiria como dos Parques Internacionais do Douro e Tejo; da Mata do Cambarinho como do haff-delta do Vouga; do Parque Natural da Serra de Estrela como das Terras do Demo aquilinas. Assim, as iniciativas a desenvolver no quadro deste objetivo específico prendem-se com atividades de promoção do conhecimento associado a estes sistemas, ricos em biodiversidade, bem como a valorização dos mesmos.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

Os sistemas identificados acima conhecem alguns problemas de difícil resolução. Serve de exemplo, a invasão da Pateira de Fermentelos pelo jacinto-de-água ou os incêndios florestais um pouco por toda a região. Assim, trata-se de aprofundar e potenciar o conhecimento destes ecossistemas através de iniciativas de conservação, de proteção e valorização da biodiversidade de áreas classificadas, bem como das suas espécies.

Situação de partida que se pretende mudar:

As áreas abrangidas pelos Sítios e pelas Zonas de Proteção Especial representam 12,4% e 3,7% da área da Região Centro, respetivamente. A área abrangida pela Rede Nacional de Áreas Protegidas corresponde a 6,7% da área regional, correspondendo 87,4% desta área a Parques Naturais, a maior parte dos quais são de âmbito e relevância nacional. Este património, muito presente na Região Centro, e de forma particularmente intensa em áreas do interior, tem vindo a ser aumentado. Contudo, dada a sua extensão territorial, é muito elevada a quantidade e a importância dos ecossistemas e das espécies protegidas em risco.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats (% de espécies e habitats com estado de conservação desconhecido - valor de referência com base nos relatórios das Diretivas Aves e Habitats)	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Entidades públicas

Beneficiários: Administração pública local, regional e regionalmente desconcentrada

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Ordenamento e gestão de áreas classificadas (incluindo meio terrestre e marinho);
- Conhecimento e conservação de habitats e espécies protegidos ou com estatuto de ameaça, em meio terrestre e marinho;

- Recuperação estrutural e funcional de ecossistemas de áreas sensíveis, incluindo meio terrestre e marinho;
- Intervenções de prevenção e contenção dos riscos ou impactos severos sobre os valores naturais e os ecossistemas;
- Valorização dos recursos cinegéticos e aquícolas de águas interiores;
- Execução do Programa Nacional de Sinalização de áreas classificadas;
- Criação de trilhos e centros de interpretação;
- Elaboração de cartas de desporto da natureza em áreas classificadas;
- Promoção do desenvolvimento sustentável das pescas, aquicultura e recursos marinhos;
- Qualificação e promoção as áreas protegidas/classificadas com relevância turística;
- Promoção de atividades de educação ambiental associada a áreas naturais mais relevantes (matas, parques, vales, margens costeiras ou fluviais, linhas de água e aquíferos);
- Sensibilização e formação das populações para as questões ambientais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a demonstração do seu contributo para a promoção da conservação e do conhecimento dos valores naturais em áreas classificadas; a demonstração do seu contributo para a conservação ou recuperação de espécies e habitats prioritários e/ou com estatuto de conservação desfavorável; a demonstração do seu contributo e inserção em documentos estratégicos de política pública nacional e comunitária; a apresentação de características de parcerias na realização das intervenções e que inclua instituições da administração central e local e organizações privadas que trabalhem no domínio ambiental; a demonstração de condições de sustentabilidade e que também assumam um papel demonstrativo.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação (ICC)	Ha	FEDER	Região menos desenvolvida					
	Superfície do território abrangida por cartografia de valores naturais (incluindo o estado de conservação das espécies e habitats)	Ha							

Prioridade de Investimento: **6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído**

Objetivo específico: Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo

Pretende-se apoiar com este objetivo as políticas públicas de qualificação do ambiente urbano e de melhoria da qualidade de vida das pessoas através de: i) reabilitação de instalações industriais em áreas urbanas inseridas em ações de reabilitação urbana; ii) qualificação do espaço público e desenvolvimento de experiências inovadoras e de ações piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável; iii) ações para monitorizar e melhorar a qualidade do ambiente urbano, incluindo a qualidade do ar e do ruído.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

Dada a importância estratégica dos espaços urbanos para a coesão territorial e para a competitividade, impõe-se prosseguir políticas públicas de qualificação do ambiente urbano pelo seu impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas e no reforço da atratividade, em particular, das cidades. Assim, é necessário garantir a continuidade dos processos de remediação e recuperação destes locais, melhorando a qualidade de vida das populações e dos ecossistemas associados.

Situação de partida que se pretende mudar:

Os espaços urbanos da Região Centro evidenciam ainda alguns problemas resultantes, por exemplo, de deslocalizações de atividades, com edifícios devolutos e espaços abandonados, que urge requalificar e refuncionalizar. Para além disso, são ainda necessárias intervenções inovadoras de requalificação urbanística e ambiental. Estas situações penalizam uma parte significativa da população da região (cerca de 30% da população da região residia em cidades - 718 mil pessoas num total de 2.328 mil residentes).

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	População que habita em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	N.º	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Entidades públicas

Beneficiários: Administração pública local, regional e regionalmente desconcentrada

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

a) Ações de apoio à monitorização ambiental

- Monitorização da qualidade do ar e do ruído;
- Elaboração de estudos e planos de qualidade do ar e implementação dos respetivos programas de execução;
- Registo e disponibilização de informação ambiental.

b) Ações de apoio à reabilitação urbana

- Qualificação do espaço público;
- Desenvolvimento de soluções inovadoras de regeneração urbana, baseadas em modelos sustentáveis e que privilegiem a economia local numa dimensão criativa e inteligente;
- Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas;
- Desenvolvimento de experiências inovadoras e de ações piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável;
- Apoio à oferta equilibrada, nos centros urbanos estruturantes, de equipamentos e de serviços fundamentais à qualidade de vida urbana e à sustentabilidade dos respetivos territórios envolventes;
- Reconversão de espaços industriais desativados, redirecionados para a competitividade urbana, o fomento da inovação, o acolhimento de novas atividades, a valorização da cultura e a promoção do empreendedorismo;

- Dinamização de atividades económicas em meios urbanos, incluindo a adaptação de espaços para acolhimento de iniciativas produtivas, indústrias criativas, desenvolvimento de software, mostras de atividades e de produtos, soluções de co-work;
- Criação de ambientes urbanos dinamizadores da criatividade, do networking e da inovação social;
- Requalificação do espaço e do edificado públicos, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes, mobiliário urbano e recursos hídricos, dando sustentabilidade às infraestruturas já existentes, abarcando centros históricos;
- Manutenção de elevados padrões de segurança nos espaços urbanos e periurbanos;
- Dinamização de verdadeiras e genuínas parcerias no âmbito da reabilitação urbana, orientadas para resultados alinhados com a estratégia de desenvolvimento regional.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a qualificação do espaço público; a qualificação do ambiente urbano; a apresentação de condições de sustentabilidade ambiental; a quantificação da população diretamente beneficiada pelas intervenções; a apresentação de condições de sustentabilidade económica e social

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (ICC)	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Inovação social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos

Não aplicável ao Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade de territórios e recursos (SUSTENTAR)

Quadro de desempenho

Quadro 6: Quadro de desempenho do eixo prioritário

Eixos Prioritários	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018	Objetivo final (2023)			Fontes dos dados	Explicação da relevância do indicador
								H	M	T		

Tipo de intervenção

Quadros 7-11: Tipo de intervenção

Quadro 7: Dimensão 1 Domínio de Intervenção		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de Território		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR

	Total	
--	-------	--

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
	Total	

Utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Sem necessidade de utilizar neste Eixo.

Eixo Prioritário 7: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

Este Eixo mobiliza dois objetivos temáticos (OT 2. melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade e OT 11. reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente), dois fundos (FEDER e FSE), e uma categoria de Região.

A opção de colocar dois OT neste Eixo Prioritário resulta da necessidade de integrar a programação ao nível de eixo, sendo esta possibilidade utilizada apenas em duas situações no POR. Entende-se que estes OT são complementares em termos da sua mobilização, sendo evidente que para a capacitação e modernização das instituições regionais importa articular o reforço da capacidade tecnológica e a qualidade do hardware nos serviços públicos com a formação dos colaboradores que prestam diretamente serviços aos cidadãos e às empresas. A mobilização destes OT contribui para um objetivo comum, permitindo inclusivamente o lançamento de concursos integrados em áreas complementares.

Prioridade de Investimento: 2.3. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha

Objetivo específico: Modernização das administrações e dos serviços públicos

Pretende-se com a utilização desta prioridade de investimento intervir na melhoria da eficácia, eficiência e qualidade dos serviços prestados pela administração pública, por via do uso de TIC para reforçar a implementação de um ambiente favorável ao investimento e ao emprego, permitindo: i) reforçar a disponibilidade de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, contribuindo para uma melhoria do desempenho das funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos; ii) melhorar a eficiência interna e a capacidade institucional da administração pública desconcentrada e local, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

No que se refere à modernização administrativa, a intervenção justifica-se para diminuir a burocracia, reforçar a transparência, combater a ineficiência de gestão, a morosidade processual, a falta de enfoque no consumidor e as sobreposições funcionais na administração pública.

Além disso, o alargamento da oferta destas facilidades permitirá uma interação mais facilitada com os cidadãos e as empresas bem como diminuir os problemas de acesso ligados à questão da distribuição territorial dos serviços públicos.

Situação de partida que se pretende mudar:

Em 2013, em Portugal, pouco mais de metade (53,7%) dos indivíduos com idade entre 16 e 74 anos interagiram com organismos da administração pública através da Internet nos últimos 12 meses para obter informação de sites de organismos da Administração Pública. Esta proporção desce para 32,6% no caso de necessitarem de fazer download de impressos, formulários oficiais e é de 41,6% na utilização para preencher e enviar online impressos, formulários oficiais.

É, pois, ainda muito elevada a parte da população que não interage com a administração pública via internet e que não concretiza por via digital a tramitação dos seus processos, significando custos acrescidos para os cidadãos e para a administração pública.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

<i>ID</i>	<i>Indicador</i>	<i>Unidad e de Medida</i>	<i>Categoria de região</i>	<i>Valor de Base</i>	<i>Ano de Base</i>	<i>Valor-alvo (2023)</i>	<i>Fonte dos Dados</i>	<i>Frequência de relatório</i>
	Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que interagiram com organismos da administração pública através da Internet para fins privados nos últimos 12 meses	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Administração pública desconcentrada e local

Beneficiários: Administração pública desconcentrada e local

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede (serviços online, desmaterialização e reengenharia dos processos de front-office e back-office que lhe estão diretamente associados, interoperabilidade de plataformas de suporte), através da digitalização e disponibilização de serviços totalmente online e da disponibilização dos serviços eletrónicos em pontos únicos de contacto;
- Ações de fomento do uso de novos modelos descentralizados de prestação de serviços públicos em rede e serviços públicos digitalizados;
- Melhoria da eficiência interna e da capacidade institucional da administração pública desconcentrada e local, enquanto elementos de suporte à implementação de melhores respostas às necessidades de cidadãos e empresas (e.g., ações de experimentação de novos modelos de organização de serviços; projetos de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos internos; promoção de serviços partilhados);

- Apoio a projetos inovadores de utilização das TIC na resposta da administração pública a desafios sociais emergentes (ex. envelhecimento da população) com impacto sobre a competitividade

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: o contributo para a melhoria da prestação do serviço aos cidadãos e às empresas; o contributo para a modernização da entidade beneficiária; o contributo para a estratégia e objetivos da política nacional para a modernização administrativa e administração eletrónica; o grau de inovação ou de utilização de “boas práticas” da operação; o grau de envolvimento dos parceiros relevantes ou representatividade à escala nacional / regional; a contribuição para a satisfação de carências de cidadãos com necessidades especiais.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	N.º de serviços da administração pública apoiados	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: 11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem

Objetivo específico: Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas

Pretende-se com a utilização desta prioridade de investimento apoiar a formação dos trabalhadores em funções públicas, nomeadamente na administração pública desconcentrada e local, associada a processos de reorganização e modernização administrativa e ao aumento da eficiência e da qualidade na prestação de serviços públicos.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

Importa intervir ao nível da produtividade dos colaboradores, da motivação, da insuficiente qualificação, do envelhecimento dos recursos humanos e da insuficiência de cultura em matéria de avaliação e de práticas de colaboração dentro da administração pública.

Mas importa também capacitar as pessoas com responsabilidades políticas e técnicas na administração pública desconcentrada e local para as novas respostas que lhes são exigidas ao nível da promoção do desenvolvimento económico, da criação de empresas e de emprego, da valorização dos recursos locais, da promoção da inclusão social, da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

Situação de partida que se pretende mudar:

A alteração do paradigma de intervenção da administração local nos respetivos territórios, de uma lógica essencialmente infraestrutural para um modelo mais orientado para as questões do desenvolvimento económico e social, confronta-se com um desajustamento entre as novas competências e qualificações que são exigidas, tanto ao nível dos detentores de cargos políticos como dos dirigentes, técnicos e demais colaboradores da administração local.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realização comum	Valor de Base	Unidade de Medida de Base e das Metas	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	% dos trabalhadores formados no âmbito das intervenções apoiadas face ao total de trabalhadores envolvidos nos processos de modernização e/ou reorganização apoiadas	Região menos desenvolvida	%							

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Trabalhadores em funções públicas

Beneficiários: Administração pública desconcentrada e local

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Apoio à qualificação da prestação do serviço público (reorganização e modernização), envolvendo a formação dos colaboradores que prestam diretamente serviços aos cidadãos e às empresas;
- Apoio ao reforço das competências dos recursos humanos da Administração Pública no âmbito de processos de reorganização, reestruturação e inovação organizacional;
- Formação de dirigentes da Administração Pública;
- Qualificação dos profissionais ligados à cultura, desporto e saúde, enquanto agentes dinamizadores da afirmação de uma plena cidadania individual e coletiva;
- Apoio às autarquias locais, nomeadamente através do desenvolvimento de potencial humano alinhado com as novas prioridades do desenvolvimento local e regional;
- Promoção do “empreendedorismo” dentro das entidades, através de programas estruturadores de promoção da inovação, mudança e criatividade;
- Apoio à introdução e melhoria de Sistemas da Qualidade, práticas de autoavaliação, gestão da mudança, inovação, promoção da criatividade e benchmarking nas diferentes organizações

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: a complementaridade ou integração em projetos de reforma e de modernização e ou de qualificação dos organismos e serviços da Administração Pública; o contributo para a adaptação a novas funções e ou no âmbito da mobilidade funcional de trabalhadores; o contributo para os objetivos de igualdade de género, nomeadamente através de integração de módulos neste domínio; a utilização do e-learning; o contributo para a internalização de boas práticas a nível nacional e internacional.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento**Quadro 5: Indicadores de realização**

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de trabalhadores da administração pública envolvidos em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					

Prioridade de Investimento: **11.2. Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local**

Objetivo específico: **Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial**

Pretende-se com a utilização desta prioridade de investimento intervir na capacitação de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial, nomeadamente ao nível do apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e setoriais, de projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais e de monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas, reforçar os principais agentes na afirmação da estratégia regional e ainda consolidar uma verdadeira, eficaz e eficiente cultura de cooperação entre diferentes entidades, públicas e privadas.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A Região Centro está confrontada com a necessidade de assegurar a afirmação dos seus territórios e dos seus agentes pela qualidade, competência e eficácia da sua ação mas também pela coordenação e cooperação nas suas intervenções.

Os municípios necessitam de melhorar os modelos de trabalho intermunicipais, assegurando uma eficaz representação de territórios sub-regionais. Mas também as entidades da área associativa empresarial e o sistema científico e tecnológico regional, com particular destaque para as instituições de ensino superior, devem reforçar o seu trabalho em rede, promovendo a coordenação estratégica e operacional, através da

otimização de meios, da partilha de informação e de recursos, da articulação e complementaridade nas ofertas e serviços disponibilizados, mas também ganhando escala para afirmar nacional e internacionalmente a região.

Situação de partida que se pretende mudar:

Os bons resultados de alguns territórios e instituições em termos de capacidade de adaptação aos desafios atuais e de funcionamento em rede destacam o facto de que são ainda incipientes as experiências e os projetos intermunicipais na Região Centro e as redes e parcerias regionais que funcionam e são capazes de colocar no terreno dinâmicas estruturadas de base territorial com resultados concretos em termos de mudanças estruturais nas economias locais e nas dinâmicas sociais.

Quadro 4: Indicadores de resultados comuns para os quais foi definido um valor-alvo e indicadores de resultados específicos do programa correspondentes ao objetivo específico (por prioridade de investimento e categoria de região) (FSE)

ID	Indicador	Categoria de região	Unidade de Medida para o Indicador	Indicador de realização comum	Valor de Base	Unidade de Medida de Base e das Metas	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Nº de instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Região menos desenvolvida	N.º							

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Administração pública desconcentrada e local e outros agentes regionais relevantes

Beneficiários: Administração pública desconcentrada e local e outros agentes regionais relevantes

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Reforço das capacidades de cooperação internacional das instituições regionais, orientada para resultados alinhados com a estratégia regional de desenvolvimento, assumindo como prioritárias as relações transfronteiriças, lusofonia, o espaço atlântico e países emergentes, incluindo opções seletivas de “geminção regional”;
- Reforço da capacitação institucional das entidades públicas ou prosseguindo fins públicos;
- Consolidação do intermunicipalismo, através da capacitação acrescida das CIM;

- Capacitação de um conjunto alargado de entidades da Região Centro cujo papel é determinante na afirmação da estratégia de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial, incluindo as autarquias locais, CCDRC, agentes e associações de desenvolvimento local e de base rural, bem como entidades do terceiro setor;
- Capacitação de um conjunto alargado de entidades da Região Centro cujo papel é de dinamização económica, tais como o movimento associativo empresarial; parques de ciência e tecnologia; incubadoras e aceleradoras de empresas, e em particular de empresas de base científica e tecnológica; centros tecnológicos e entidades dinamizadoras da transferência de tecnologia; clubes e entidades veículo de business angels; entidades responsáveis pela gestão de outras estratégias de eficiência coletiva;
- Promover os ganhos de escala ao nível das associações empresariais, evitando uma excessiva fragmentação do movimento associativo empresarial, dinamizando eventuais agregações ou constituições de consórcios entre diferentes associações empresariais;
- Consolidação das instituições de ensino superior enquanto espaços de saber, com caracterização das suas infraestruturas e sua crescente utilização em lógicas de parceria, contemplando a sua utilização alargada ao serviço da sociedade e aposta seletiva em novas valências, desde que devidamente fundamentada a respetiva necessidade e sustentabilidade, à luz da rede regional de equipamentos já existentes reforçando a concretização da sua terceira missão;
- Capacitação institucional, através de um conjunto de iniciativas que reforcem o funcionamento articulado entre as diferentes instituições de ensino superior, com otimização de meios, partilha de informação e de recursos, articulação e complementaridade nas ofertas disponibilizadas;
- O ensino superior enquanto agente dinamizador das transformações sociais, ajudando a promover a coesão social, a inovação social, o empreendedorismo social e a economia social;
- Fortalecimento de cooperação, capacitação institucional e trabalho em rede, através da construção de mecanismos de articulação a nível regional e sub-regional, bem assim como do desenvolvimento de potencial humano, mediante a dinamização de ações de criação de uma rede reforçada de facilitadores e mediadores do desenvolvimento económico;
- Desenvolvimento do potencial humano e das competências internas mais ajustadas ao papel de cada tipo de entidade, no sentido de potenciar o seu contributo para o desenvolvimento regional, alinhado com uma estratégia concreta e resultados a alcançar;
- Dinamização da sociedade civil e da participação dos cidadãos nos processos de decisão e desenvolvimento

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: o contributo para a afirmação internacional das instituições regionais; o contributo para a internalização de boas práticas a nível nacional e internacional; o carácter inovador e demonstrativo do projeto; a consolidação de redes de âmbito regional; a promoção de ganhos de escala em termos de associativismo.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados (ICC)	N.º	FSE	Região menos desenvolvida					

Inovação social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos

Não aplicável ao Eixo 7: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

Quadro de desempenho

Quadro 6: Quadro de desempenho do eixo prioritário

Eixos Prioritários	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018	Objetivo final (2023)			Fonte dos dados	Explicação da relevância do indicador
								H	M	T		

Tipo de intervenção

Quadros 7-11: Tipo de intervenção

Quadro 7: Dimensão 1 Domínio de Intervenção		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo	Código	Montante em EUR

Prioritário		
		Total

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de Território		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Sem necessidade de utilizar neste Eixo.

Eixo Prioritário 8: Apoiar a Mobilidade Regional (MOVIMENTOS)

Este Eixo 8 mobiliza um objetivo temático (OT 7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas), um Fundo (FEDER) e uma categoria de Região.

Prioridade de Investimento: 7.2. A melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós multimodais

Objetivo específico: Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes à rede principal

No que concerne à eliminação dos constrangimentos ao nível regional e local, apenas estão previstas ligações do tipo last mile, nas ligações dos nós secundários e terciários da rede de transportes, que visam um rápido acesso de indústrias e populações à rede principal (promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as Redes Transeuropeias de Transportes), em adequadas condições, ou conexões logísticas eficientes e com capacidade de carga, que garantam maior capacidade competitiva das empresas da Região Centro e de internacionalização e cooperação internacional.

A necessidade de mobilizar este objetivo prende-se com os seguintes fundamentos:

A Região Centro evidencia vários estrangulamentos ao nível das infraestruturas rodoviárias com repercussões evidentes ao nível da coesão territorial e da competitividade. Para além disso, a melhoria da mobilidade regional dos agentes económicos e o investimento em acessibilidades potencia o aumento da competitividade económica bem como da capacidade exportadora dos territórios. Com intervenções a este nível, os territórios ganham atratividade externa.

Situação de partida que se pretende mudar:

Neste momento, ocorre uma situação em que não estão asseguradas ligações adequadas aos grandes eixos rodoviários estruturantes na região o que afeta, em particular, os tempos e os custos de transporte associados às atividades económicas.

Quadro 3: Indicadores de Resultados Específicos do Programa por objetivo específico (FEDER)

ID	Indicador	Unidad e de Medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor-alvo (2023)	Fonte dos Dados	Frequência de relatório
	Ganhos de tempo de transporte para as empresas da área intervencionada	%	Região menos desenvolvida					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

Nesta prioridade de investimento temos o seguinte enquadramento:

Grupo alvo: Empresas e residentes

Beneficiários: Administração pública local, regional e regionalmente desconcentrada e outras entidades que perseguem fins públicos na área das acessibilidades, mobilidade e transportes

Território alvo: Região Centro de Portugal (NUTS II)

Algumas tipologias de ação a incluir nesta prioridade de investimento são as seguintes:

- Eliminação de constrangimentos nas ligações dos nós secundários e terciários da rede rodoviária de transportes à rede principal, promovendo a ligação, articulação, interoperabilidade e intermodalidade com as Redes Transeuropeias de Transportes, com vista à promoção da competitividade das atividades produtoras de bens e serviços ao nível local e regional;
- Melhoria das condições de intermobilidade e acessibilidade logística a espaços relevantes, à escala regional, de localização empresarial;
- Acessibilidades à rede regional de plataformas logísticas;
- Consolidação de uma rede regional de plataformas logísticas, sempre que possível com garantias de intermobilidade, numa lógica de sustentabilidade da sua operação.
- Nas tipologias de ações relacionadas com construção ou requalificação de infraestruturas existentes serão aplicados custos padrão no apuramento do investimento elegível a cofinanciar.

Princípios orientadores para a seleção das operações

Para além dos princípios gerais de orientação para resultados já descritos no ponto 1.1.1, importa considerar alguns princípios norteadores a título indicativo sobre o mérito dos projetos.

Assim poderiam ser considerados: o contributo para o reforço da conectividade e os fechos de malha, em termos de ligação das redes nacional, regional e municipal, às infraestruturas RTE-T; o carácter supramunicipal; o contributo para o melhor acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística; o contributo para o reforço da intermodalidade; o contributo para a qualidade ambiental; o contributo para esbater assimetrias territoriais; o contributo para a redução da dependência energética do exterior.

Utilização prevista dos instrumentos financeiros

Não previsto.

Utilização prevista dos grandes projetos

Não estão previstos grandes projetos.

Indicadores de realização por prioridade de investimento

Quadro 5: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados	Frequência de relatório
					H	M	T		
	Número de km de rodovias regionais em <i>last mile</i> intervencionadas	N.º	FEDER	Região menos desenvolvida					

Inovação social, cooperação transnacional e contributo para os objetivos temáticos

Não aplicável ao Eixo 8: Apoiar a mobilidade regional (MOVIMENTOS)

Quadro de desempenho

Quadro 6: Quadro de desempenho do eixo prioritário

Eixos Prioritários	Indicador Tipo	ID	Indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida	Fundo	Categoria de região	Metas para 2018	Objetivo final (2023)			Fontes dos dados	Explicação da relevância do indicador
								H	M	T		

Tipo de intervenção

Quadros 7-11: Tipo de intervenção

Quadro 7: Dimensão 1 Domínio de Intervenção		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 8: Dimensão 2 Forma de financiamento	
Fundo	

Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
	Total	

Quadro 9: Dimensão 3 Tipo de Território		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
	Total	

Quadro 10: Dimensão 4 Mecanismos de execução territorial		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
	Total	

Utilização prevista de assistência técnica, incluindo, se necessário, ações para reforçar a capacidade administrativa das autoridades envolvidas na gestão e controlo dos programas e beneficiários

Sem necessidade de utilizar neste Eixo.

Eixo Prioritário 9: Assistência Técnica 2014-2020

Este Eixo mobiliza um OT (3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas), um Fundo (FEDER) e uma categoria de Região.

Objetivo específico: Assistência Técnica 2014-2020

Pretende-se assegurar as condições para uma gestão eficaz e eficiente dos recursos financeiros atribuídos ao PO, de forma criteriosa, que se traduza no apoio ao desenvolvimento de iniciativas que permitam à Região Centro ter um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, quer socialmente, quer territorialmente, no período 2014/20, reforçando a sua competitividade responsável, estruturante e resiliente (CRER).

Este objetivo específico desdobra-se nos seguintes domínios de intervenção:

- Gestão do PO, onde se assegura a existência de condições materiais, técnicas e humanas, para uma gestão competente (incluindo o seu Sistema de Informação);
- Avaliação, sendo neste contexto que se assegurará o financiamento às atividades de avaliação operacional e estratégica a conduzir ao longo do ciclo de programação do PO;
- Controlo e auditoria, enquanto atividade fundamental ao bom desempenho do PO, que encontrará aqui as condições materiais para a sua concretização;
- Divulgação direcionada para sensibilizar os potenciais promotores quanto às oportunidades de apoio que o Programa Operacional representa, publicitando os seus resultados e promovendo as boas práticas, para que a Região Centro, os seus agentes e população se revejam nas políticas públicas implementadas com os recursos nacionais e comunitários, aproximando o cidadão dos fundos estruturais e os fundos estruturais do cidadão.

Constituem pressupostos de uma gestão adequada do POR:

- Definir critérios de seleção e apreciação de candidaturas que promovam o mérito dos projetos;
- Garantir a aprovação de projetos que promovam a coesão territorial e social;
- Garantir a aprovação de projetos em linha com a estratégia regional RIS3;
- Obter uma baixa taxa de erro nas auditorias efetuadas ao POR;
- Atingir as metas de execução financeira do POR;
- Atingir as metas de resultados assumidas por objetivo específico

Indicadores de resultados

Quadro 12: Indicadores de resultados específicos do programa (por objetivo específico)

ID	Indicador	Unidade de Medida	Valor de Base			Ano de Base	Valor-alvo (2023)			Fonte dos Dados	Frequência de relatório
			H	M	T		H	M	T		
	Erro aleatório das auditorias ao programa inferior a 2%.	%				0					
	Grau de satisfação dos utentes do POR	%				0					

Ação a apoiar no âmbito da prioridade de investimento

São destinatários deste Eixo a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (serviço desconcentrado da administração central), enquanto estrutura de gestão do POR, bem como outras entidades públicas envolvidas na gestão deste Programa Operacional (designadamente Organismos Intermédios).

A Assistência Técnica destina-se a financiar as ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo, avaliação, informação, divulgação e publicitação do POR e as atividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa das entidades relevantes para uma boa execução dos fundos afetos ao Programa Operacional.

São exemplos de ações concretas a desenvolver as seguintes:

- Financiamento de custos com pessoal e de estrutura;
- Aquisição de equipamento informático e software;
- Iniciativas de informação, publicidade e comunicação;
- Aquisição de estudos e serviços de consultoria;
- Desenvolvimento de sistemas de informação;
- Formação das divisões sub-regionais da CCDRC para uma participação ativa na promoção do POR.

Indicadores de realização

Quadro 13: Indicadores de realização

ID	Indicador	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Fonte dos dados
			H	M	T	
	Relatório de execução	N.º				
	Follow-up de auditorias	N.º				
	Manuais de procedimentos	N:º				

Tipo de intervenção

Quadros 14-16: Tipo de intervenção

Quadro 14: Dimensão 1 Domínio de Intervenção		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 15: Dimensão 2 Forma de financiamento		
Fundo		
Categoria de região	Região menos desenvolvida	
Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
		Total

Quadro 9: Dimensão 16 Tipo de Território	
Fundo	
Categoria de região	Região menos desenvolvida

Eixo Prioritário	Código	Montante em EUR
	Total	

3 Plano de financiamento

3.1. Montante da dotação financeira total de cada fundo e montantes da reserva de eficiência

Quadro 17

	Fu nd o	Catego ria de região	2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		Total	
			Dotação Principal ¹	Reserv a de eficiên cia	Dotação Principal	Reserv a de eficiên cia	Dotação Principal	Reserv a de eficiên cia	Dotação Principal	Reserv a de eficiên cia	Dotação Principal	Reserv a de eficiên cia	Dotação Principal	Reserv a de eficiên cia	Dotação Principal	Reserv a de eficiên cia	Dotação Principal	Reserv a de eficiên cia
(1)	FE DE R	Em regiões menos desenv olvidas	225.096.792		229.603.312		234.199.409		238.886.526		243.667.304		248.543.600		253.517.036		1.673.513.979	
(2)		Em regiões em transiç ão																
(3)		Em regiões mais desenv olvidas																

¹ Dotação total (apoio da União) menos dotação para reserva de eficiência.

(4)		Total	225.096.792		229.603.312		234.199.409		238.886.526		243.667.304		248.543.600		253.517.036		1.673.513.979	
(5)	FS E ²	Em regiões menos desenvolvidas	59.655.472		60.849.796		62.067.860		63.310.047		64.577.055		65.869.378		67.187.444		443.517.052	
(5)		Em regiões em transição																
(7)		Em regiões mais desenvolvidas																
(3)		Total	59.655.472		60.849.796		62.067.860		63.310.047		64.577.055		65.869.378		67.187.444		443.517.052	
(9)	Do ta çã o es pe cífi ca da IEJ	Não se aplica		Não se aplica		Não se aplica		Não se aplica		Não se aplica		Não se aplica		Não se aplica		Não se aplica		Não se aplica

² Dotação total do FSE, incluindo o apoio complementar do FSE para a IEJ. As colunas para a reserva de eficiência não incluem o apoio complementar do FSE para a IEJ uma vez que esta é excluída da reserva de eficiência.

(10)	FC	Não se aplica															
(11)	FE DE R	Dotação especial para as regiões ultraperiféricas ou regiões pouco povoadas do norte															
(12)	Total		284.752.264		290.453.108		296.267.269		302.196.573		308.244.359		314.412.978		320.704.480		2.117.031.031

3.2 Dotação financeira total por fundo e cofinanciamento nacional (Eur)

Quadro 18a: Plano financeiro

Eixo Prioritário	Fundo	Categoria de região	Base de cálculo do apoio da União (Custo total elegível ou contribuição pública elegível)	Apoio da União	Contrapartida nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento total	Taxa de cofinanciamento
						Financiamento público nacional	Financiamento privado nacional		
				(a)	(b) = (c) + (d))	(c)	(d)	(e) = (a) + (b)	
Eixo 1: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	FEDER	Menos Desenvolvidas	Custo Total	788.241.755	325.212.853	8.823.529	316.389.324	1.113.454.608	70,80%
Eixo 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	FEDER	Menos Desenvolvidas	Custo Total	168.747.871	57.194.465	10.588.235	46.606.230	225.942.336	74,70%
Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	FEDER	Menos Desenvolvidas	Despesa Pública	95.369.750	16.829.956	16.829.956	0	112.199.706	85%
	FSE	Menos Desenvolvidas	Despesa Pública	192.579.297	33.984.582	33.984.582	0	226.563.879	85%
Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	FEDER	Menos Desenvolvidas	Custo Total	58.862.331	10.387.470	6.152.176	4.235.294	69.249.801	85%
	FSE	Menos Desenvolvidas	Despesa Pública	157.897.598	27.864.282	27.864.282	0	185.761.880	85%
Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	FEDER	Menos Desenvolvidas	Despesa Pública	107.137.669	18.906.647	18.906.647	0	126.044.316	85%
	FSE	Menos Desenvolvidas	Despesa Pública	68.307.447	12.054.255	12.054.255	0	80.361.702	85%
Eixo 6: Afirmar Sustentabilidade de Territórios e Recursos (SUSTENTAR)	FEDER	Menos Desenvolvidas	Despesa Pública	307.028.010	54.181.414	54.181.414	0	361.209.424	85%

Eixo 7: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	FEDER	Menos Desenvolvidas	Despesa Pública	28.784.236	5.079.571	5.079.571	0	33.863.807	85%
	FSE	Menos Desenvolvidas	Despesa Pública	24.732.710	4.364.596	4.364.596	0	29.097.306	85%
Eixo 8: Apoiar a mobilidade regional (MOVIMENTOS)	FEDER	Menos Desenvolvidas	Despesa Pública	65.102.357	11.488.651	11.488.651	0	76.591.008	85%
Eixo 9: Assistência Técnica	FEDER	Menos Desenvolvidas	Despesa Pública	54.240.000	9.571.765	9.571.765	0	63.811.765	85%
Total	FEDER	Menos Desenvolvidas		1.673.513.979	508.852.792	141.621.944	367.230.848	2.182.366.771	
Total	FSE	Menos Desenvolvidas		443.517.052	78.267.715	78.267.715	0	521.784.767	
Total Geral	-			2.117.031.031	587.120.507	219.889.659	367.230.848	2.704.151.538	

Quadro 18b: Dotações específicas Iniciativa Emprego Jovem, FSE e IEJ

Não se aplica.

Quadro 18c: Repartição do plano financeiro por eixo prioritário, fundo, categoria de região e objetivo temático

A desenvolver.

Quadro 19: Montante indicativo do apoio que se destina ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas

Eixo prioritário	Montante indicativo do apoio que se destina ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas (EUR)	Parcela da dotação total para o programa operacional (%)
Eixo 1: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	451.295	0,02%
Eixo 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	2.318.667	0,11%
Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)	0	0,00%
Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	0	0,00%
Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	0	0,00%
Eixo 6: Afirmar sustentabilidade de territórios e recursos (SUSTENTAR)	145.225.182	6,86%
Eixo 7: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	0	0,00%
Eixo 8: Apoiar a Mobilidade Regional (MOVIMENTOS)	0	0,00%
Eixo 9: Assistência Técnica	0	0,00%
Total	147.995.144	6,99%

4. Abordagem integrada do desenvolvimento territorial

A dimensão territorial na Política de Coesão da União Europeia vem ao encontro das principais preocupações relativamente à dinâmica de desenvolvimento e de coesão territorial na Região Centro.

De facto, as NUTS III mais densamente povoadas (do litoral) representam menos de metade da área (48%) e cerca de 80% da população residente. Por outro lado, são também estas NUTS III que concentram grande parte do tecido económico regional e apresentam os maiores índices de desenvolvimento.

Assim, a estratégia de desenvolvimento subjacente a este POR não pode deixar de ter em consideração as fortes assimetrias existentes, bem como a enorme diversidade que caracteriza a Região Centro, a qual, porém, desde que devidamente potenciada, representa justamente um dos seus maiores ativos diferenciadores: assim, a Região Centro para diminuir em 10% as assimetrias territoriais (em particular entre litoral e interior e entre áreas urbanas e rurais), para ser *Innovation Leader* e para representar 20% do PIB nacional, tem que contar com um esforço comum, estimulando uma dinâmica produtiva e empreendedora.

Essa dinâmica assenta fortemente numa lógica de parceria envolvendo o tecido empresarial e o sistema científico e tecnológico, associados aos agentes institucionais, públicos e associativos, em cada espaço territorial da região.

A aplicação das políticas públicas deve, assim, ter em conta a realidade de cada território, ajustando-se à organização territorial do Estado. Neste contexto, emerge a afirmação das NUTS III enquanto nível privilegiado para articulação entre governo central e local, particularmente no que respeita à gestão desconcentrada das políticas setoriais.

No período 2014-2020 serão concretizados Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, através de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) à escala NUTS III.

Será ainda mobilizado o instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) que visa promover em territórios específicos o desenvolvimento local e a diversificação das economias de base rural e das zonas pesqueiras e costeiras, bem como na promoção da inovação social.

Os municípios ou as entidades intermunicipais serão igualmente destinatários potenciais de operações de valorização da estruturação urbana dos seus territórios de incidência e de promoção da atratividade e da competitividade das cidades, uma vez que na Região Centro não será mobilizada a figura das Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado (AIDUS).

O Acordo de Parceria define de forma clara as delimitações de ações a desenvolver em cada uma das figuras de abordagem territorial integrada, de modo a evitar sobreposições e a potenciar sinergias.

4.1. Desenvolvimento local promovido pelas comunidades locais

As DLBC a criar na Região Centro decorrerão nos termos estabelecidos no Acordo de Parceria, sendo aprovadas com base num processo de seleção concorrencial envolvendo Grupos de Ação Local (GAL), que terão de apresentar estratégias de desenvolvimento local e os correspondentes programas de ação. A elaboração de orientações e especificações, nomeadamente no que respeita à definição de processos e critérios de seleção das estratégias de desenvolvimento local, as funções dos Grupos de Ação Local, bem como os montantes e

condições específicas de financiamento disponibilizados pelo Programa Operacional, Fundos e Eixos Prioritários, serão elaborados em articulação com as outras entidades responsáveis pelo financiamento das DLBC, nomeadamente as entidades gestoras do FEADER e do FEAMP.

Visando promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada na dinamização e diversificação das economias de base rural e urbana e das zonas pesqueiras e costeiras, as DLBC são dirigidas para as comunidades rurais e urbanas e para as comunidades pesqueiras e costeiras. Estas comunidades são representadas pelos agentes económicos, sociais e institucionais intervenientes nos processos de desenvolvimento, de diversificação e de fomento da competitividade das economias locais.

Tendo com pressuposto que são processos de natureza *bottom-up* e que a respetiva seleção decorrerá através de concurso, adotam-se os princípios básicos previstos no Acordo de Parceria:

- A dimensão territorial, para as DLBC rurais, corresponde a territórios com população situada entre 10.000 e 150.000 habitantes, com possíveis exceções destes limites populacionais em situações com características territoriais específicas, devidamente fundamentadas, e para as DLBC em zonas costeiras, com população entre 20.000 e 200.000 habitantes;
- Territórios urbanos e rurais desfavorecidos, com população entre 10.000 e 150.000 habitantes (considerando-se a possibilidade de derrogações, devidamente fundamentadas, que permitam o abaixamento do limiar mínimo para os 5.000 habitantes), nomeadamente aqueles de particular incidência dos fenómenos de exclusão social, pobreza ou risco de pobreza, onde se localizam comunidades económica e socialmente fragilizadas, onde intervêm organizações do setor social;
- O contributo para os objetivos temáticos (OT), sendo que os programas de ação deverão evidenciar um contributo efetivo para o (OT3) Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura, o (OT6) Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, o (OT8) Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral, e o (OT9) Promover a inclusão social e combater a pobreza.

Deverá ser ainda garantida uma adequada articulação com outras intervenções enquadradas neste POR: a estratégia de cada DLBC deve estar em sintonia e ser articulada com a estratégia regional (PAR), o POR e os respetivos ITI relevantes.

As DLBC na Região Centro serão financiadas com FEDER e FSE deste Programa Operacional, que complementarmente o financiamento associado a FEADER e FEAMP. As correspondentes modalidades de investimento podem incluir subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como outros instrumentos financeiros.

A Autoridade de Gestão do Programa Operacional contratualizará com a estrutura de gestão de cada DLBC e as restantes Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores o financiamento do respetivo programa de ação e de investimento.

Essa contratualização inclui, designadamente, os poderes delegados pelas Autoridades de Gestão, os montantes e calendário dos financiamentos, os compromissos assumidos em termos de investimentos, metas e resultados, bem como os instrumentos e mecanismos de liderança, participação, prestação de contas, acompanhamento, monitorização, avaliação e auditoria.

Como refere o AP, do mesmo modo que para os ITI, as DLBC são explicitadas em documentos que incluem obrigatoriamente:

- Definição e delimitação do território de incidência;
- Análise e diagnóstico sintético da situação territorial, especialmente incidentes na descrição das respetivas oportunidades, potencialidades, dificuldades e problemas no contexto do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo;
- Estratégia integrada para, no âmbito da vocação específica do DLBC, maximizar a utilização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades e problemas analisados e diagnosticados, no contexto da prossecução dos objetivos inerentes ao crescimento inteligente, sustentável e inclusivo;
- Elaboração e apresentação do Programa de Ação e Investimento, em articulação com a Rede Social do concelho ou concelhos no território de incidência da DLBC, que executa a estratégia integrada da DLBC, garantindo a não sobreposição de investimentos e a promoção de atuações complementares e especificando os investimentos e ações a realizar: natureza, características, fontes e montantes de financiamento, objetivos, metas quantificadas e resultados (realizações e impactos) esperados;
- Modelo de governação - um modelo único, comum a todos os Fundos e territórios - que assegure a prossecução da estratégia integrada da DLBC e o envolvimento e responsabilidades dos parceiros, designadamente no que respeita à execução de cada um dos investimentos identificados e à utilização integrada dos financiamentos, incluindo instrumentos e mecanismos de liderança, participação, prestação de contas, acompanhamento, monitorização, avaliação e auditoria.

4.2. Ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável

O Acordo de Parceria não prevê a mobilização do instrumento AIDUS - Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado (exclusivo para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto) na Região Centro, mas importa naturalmente garantir a promoção do desenvolvimento urbano sustentável no CENTRO de PORTUGAL. De um modo geral, as NUTS III organizam-se à volta de uma ou algumas cidades principais, que estruturam os respetivos sistemas urbanos e o mercado de trabalho, pelo que aí importa apoiar o desenvolvimento urbano contribuindo para o crescimento e o emprego, a competitividade e a inovação, mas também para a qualidade de vida.

O POR prevê que possam ser realizadas ações no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável, relacionadas com a promoção da coesão social e da atratividade das áreas urbanas, com a promoção de estratégias de baixa emissão de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana sustentável, e com a melhoria da qualidade do ambiente urbano.

As intervenções de desenvolvimento urbano sustentável serão complementadas com intervenções de apoio à utilização da eficiência energética e das energias renováveis no setor da habitação, de regeneração física, económica e social das comunidades e das zonas urbanas desfavorecidas e das intervenções no património cultural.

Esta abordagem permite valorizar o papel dos sistemas urbanos enquanto elementos polarizadores e organizadores das dinâmicas de crescimento e de emprego, da competitividade, da criatividade, da inovação, e da qualidade de vida, cujos efeitos podem ser depois alargados ao território envolvente.

Quadro 20: Ações integradas para o desenvolvimento urbano sustentável - dotação indicativa do apoio do FEDER e do FSE

Fundo	Apoio do FEDER e do FSE (indicativo) (EUR)	Parte da dotação total fundo para o programa
Total FEDER		
Total FSE		
TOTAL FEDER+ FSE		

4.3. Investimento Territorial Integrado (ITI)

No caso da Região Centro, os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) serão utilizados para concretização dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial previstos no Acordo de Parceria, sob a liderança das Comunidades Intermunicipais, mas envolvendo parceiros públicos, privados e associativos.

A Região Centro poderá contar com 8 ITI, correspondentes às 8 NUTS III que enquadram os seus 100 municípios: Região de Aveiro; Viseu e Dão-Lafões; Beiras e Serra da Estrela; Região de Coimbra; Beira Baixa; Região de Leiria; Médio Tejo e Oeste.

Estes ITI previstos para a Região Centro serão financiados pelo FEDER e FSE do POR, podendo ainda obter financiamento do Fundo de Coesão e do FEADER, incluir apoios reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como ser articulados com outros instrumentos financeiros.

Os referidos ITI, coerentes com a estratégia da Região Centro, deverão dar um contributo substancial para o cumprimento de prioridades de investimento dos objetivos temáticos 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 (o OT 5 não é mobilizado no POR).

Estes ITI deverão explicitar as evidências de alinhamento com o Plano de Ação Regional (NUTS II) da parte da sua Estratégia de Desenvolvimento.

A concretização destes Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas por NUTS III (coerentes com a estratégia da Região Centro) com o envolvimento e a participação ativa de todos os atores territoriais relevantes, são explicitados em documentos que incluem obrigatoriamente:

- Definição e delimitação do território de incidência;
- Análise e diagnóstico sintético da situação territorial, especialmente incidentes na descrição das respetivas oportunidades, potencialidades, dificuldades e problemas;
- Estratégia integrada para, no âmbito da vocação específica do ITI, maximizar a utilização das oportunidades e potencialidades e a superação das dificuldades e problemas analisados e diagnosticados, no contexto da prossecução dos objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo;

- Programa de Ação e de Investimento que executa a estratégia integrada do ITI, garantindo a não sobreposição de investimentos e a promoção de atuações complementares e especificando os investimentos e ações a realizar: natureza, características, fontes e montantes de financiamento, objetivos, metas quantificadas e resultados esperados;
- Modelo de governação que assegure a prossecução da estratégia integrada do ITI e o envolvimento e responsabilidades dos parceiros, designadamente no que respeita à identificação da responsabilidade pela execução de cada uma das operações identificadas e à utilização integrada dos financiamentos, incluindo instrumentos e mecanismos de liderança, participação, prestação de contas, acompanhamento, monitorização, avaliação e auditoria.

A estratégia de desenvolvimento e o respetivo programa de ação e de investimento de cada ITI deverá obter parecer favorável das Comissões de Acompanhamento dos PO financiadores e ser aprovada pelos membros do Governo responsáveis pelo desenvolvimento regional e pela administração local.

A gestão de cada ITI é formalmente contratualizada com as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores, devendo incluir, designadamente, os poderes delegados pela Autoridade de Gestão, os montantes e calendário dos financiamentos, os compromissos assumidos em termos de investimentos, metas e resultados e os instrumentos e mecanismos de liderança, participação, prestação de contas, acompanhamento, monitorização, avaliação e auditoria.

As entidades gestoras de cada ITI assumem a responsabilidade da avaliação do mérito absoluto e relativo das candidaturas apresentadas bem como da sua pertinência para a concretização do Plano de Ação. Sob condição de aceitação, pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores, da conformidade do sistema de gestão e controlo interno das entidades gestoras de cada ITI, poderá ainda ser delegado o exercício das funções de acompanhamento da realização das operações, incluindo a validação das despesas associadas à sua realização.

A contratualização de investimentos a celebrar entre a Autoridade de Gestão do POR e as autoridades responsáveis pelos ITI deverá orientar-se pelo modelo de governação que vier a ser desenhado, sendo que, para efeitos de aproximação agregada dos montantes a afetar, se assume o cenário indicativo do Quadro 21.

Este valor agregado, no total de 269 milhões de euros, corresponde assim a cerca de 13% da dotação global do Programa Operacional, mas também a cerca de 26% do valor afeto aos Eixos 3, 4, 5, 6 e 7, mais diretamente ligados a Prioridades de Investimento enquadráveis em ITI.

Os ITI terão ainda um papel relevante na gestão das tipologias de investimento relacionadas com espaços de acolhimento empresarial, melhoria da mobilidade regional e formação para a administração pública local.

Quadro 21: Dotação financeira indicativa para o ITI não abrangida no ponto 4.2

Eixo prioritário	Fundo	Dotação financeira indicativa (EUR)
Eixo Prioritário 3	FEDER	70.000.000
	FSE	54.000.000
Eixo Prioritário 4	FEDER	10.000.000
	FSE	30.000.000
Eixo Prioritário 5	FEDER	35.000.000
	FSE	15.000.000
Eixo Prioritário 6	FEDER	35.000.000
Eixo Prioritário 7	FEDER	20.000.000
Total		269.000.000

4.4. Modalidades de ações inter-regionais e transnacionais, no âmbito do programa operacional, com os beneficiários localizados em pelo menos um outro Estado-Membro

A estratégia regional subjacente ao Programa Operacional Regional contempla nomeadamente os seguintes objetivos: promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado; reforçar a natureza exportadora da economia regional, uma crescente incorporação da inovação e a aposta em I&D por parte das empresas e a captação de investimento direto estrangeiro. Com estes dois objetivos, a Região Centro pretende aproximar-se de ser *Innovation Leader* e representar 20% do PIB nacional. Para isso, foram identificados domínios diferenciadores e apostas RIS3 que estruturarão a operacionalização da estratégia. Complementarmente, será dada grande importância à capacitação institucional e à governação regional dos processos de desenvolvimento, visto serem cruciais para assegurar as condições de contexto ao adequado funcionamento da economia e execução do programa operacional.

Assim, ganha grande relevo a possibilidade de serem desenvolvidas ações de cooperação transnacional e inter-regional que enquadrem processos de colaboração entre empresas de diferentes países (*clusters*, associações de empresas e outras parcerias europeias e internacionais na área empresarial), entre organizações do sistema científico e tecnológico (projetos conjuntos de I&D, de transferência de conhecimento e de tecnologia, trabalho em rede e disseminação de boas práticas), entre instituições públicas (troca de experiências e transferência de *know-how* relacionado com boas práticas na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas) e entre ONG e entidades do terceiro setor (projetos piloto de inovação rural e inovação social).

Estas ações de cooperação possibilitarão reforçar as ligações internacionais do tecido económico e produtivo regional, aumentando as oportunidades de negócio e as exportações, reforçando a capacidade de produção

científica e de transferência de tecnologia, melhorando a eficiência da administração pública e contribuindo para a regeneração económica e social das comunidades e o desenvolvimento do potencial endógeno regional. As iniciativas de cooperação a enquadrar neste contexto não terão cobertura nos programas tradicionais de cooperação territorial europeia, nomeadamente por não se adequarem aos objetivos e elegibilidades territoriais dos programas de CTE, aos montantes financeiros ou participantes (parceiros de diferentes países) mínimos exigidos para uma operação, entre outros.

O Programa Operacional só financiará as entidades da Região Centro e as atividades da sua responsabilidade, competindo aos restantes parceiros de outros Estados Membros assegurar o financiamento da parte dos projetos da sua responsabilidade.

4.5 Contribuição das ações previstas no âmbito do programa para as estratégias macro-regionais e para as bacias marítimas, dependentes das necessidades da zona abrangida pelo programa identificadas pelo Estado-Membro

A Região Centro, sendo uma região com 280 km de costa atlântica, participou nos trabalhos desenvolvidos para a concretização da «estratégia marítima para a Região Atlântica» por duas vias: enquanto região membro da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas e da Comissão do Arco Atlântico, tendo colaborado na contribuição da CRPM – CAA para as prioridades do Plano de Ação da Estratégia Atlântica, e enquanto membro do Grupo de Trabalho Nacional para o *Forum* Atlântico, com apresentação de propostas de projetos para aquele Plano de Ação.

Complementarmente, no processo de elaboração do PAR, foram solicitados contributos a diferentes entidades regionais ligadas ao mar, nomeadamente a Associação Fórum Mar Centro (associação criada com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das atividades centradas no mar na Região Centro e parceira do cluster do conhecimento e economia do mar).

O resultado destas colaborações confirmou o mar como um dos oito domínios diferenciadores temáticos RIS3 da Região Centro, pelo que terá uma atenção particular, nomeadamente em resposta às duas primeiras prioridades do Plano de Ação da Estratégia Atlântica: promover o empreendedorismo e a inovação; proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico.

No caso do Programa Operacional Regional, os objetivos da Estratégia Atlântica são tidos em conta através do reforço da competitividade e da capacidade de inovação das empresas ligadas ao mar (Eixo 1), da transferência de conhecimento entre instituições de ensino superior e de investigação e as empresas (Eixo 2) e da proteção e da valorização do património cultural e natural associado ao mar (Eixo 6).

No caso da RIS3, aquelas prioridades da Estratégia Atlântica enquadram-se nas suas opções, nomeadamente no que tem a ver com a Área de Interligação 2. Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais e, em concreto, com a Aposta Indicativa 2.1. Fontes energéticas alternativas (aproveitamento energético dos recursos endógenos naturais, através de soluções que explorem o potencial energético associado ao mar) e com a Aposta Indicativa 2.2. Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais (desenvolvimento de novos produtos associados ao mar, nomeadamente nas áreas da aquacultura, do pescado e das conservas, do sal e dos desportos náuticos).

5. Necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em maior risco de discriminação ou exclusão social

5.1. Áreas geográficas mais afetadas pela pobreza/grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social

Portugal e a Região Centro têm vindo a conhecer um aumento de situações de exclusão social, por diferentes vias, mas em especial devido ao elevado desemprego registado. Assim, a taxa de desemprego em Portugal (3.º trimestre de 2013) era de 15,6% e na Região Centro atingia 11,2% (compare-se com o 3.º trimestre de 2011 em que as taxas eram, respetivamente, 12,4% e 9,4%). Em determinados estratos populacionais a intensidade do desemprego é ainda mais vincada: a taxa de desemprego no grupo etário dos 15-24 anos atingia (em 2012) 37,7% no País e 36,4% na Região Centro.

A propósito do desemprego como flagelo que perpassa a sociedade portuguesa refere o AP que os CLDS+ podem representar um espaço privilegiado de resposta, face ao seu espírito e ação de proximidade, capacidade executora e dinamismo associado, sendo nesse sentido reforçados os mecanismos do Programa CLDS no apoio e promoção da empregabilidade. Nesta perspetiva, o fortalecimento das relações das Entidades Coordenadoras Locais da Parceria (ECLP) e os serviços públicos de emprego constitui uma prioridade a consolidar no curto prazo, no que concerne às medidas de desenvolvimento da ação de intervenção no emprego, formação e qualificação; trata-se de um passo determinante no combate eficaz aos elevados níveis de desemprego por ser concebido em função de realidades concretas, permitindo, igualmente, o reforço do combate às situações críticas de pobreza que sejam geradas por esse fator.

Em síntese, as ações a desenvolver abrangem os seguintes eixos de intervenção:

- a) Eixo 1: Emprego, formação e qualificação;
- b) Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil;
- c) Eixo 3: Capacitação da comunidade e das instituições.

Outro aspeto que marca o risco de exclusão tem a ver com o envelhecimento da população – e a este propósito a situação da Região Centro é ainda mais gravosa do que no País. Assim, a percentagem dos mais idosos (≥ 65 anos) na população total atingia 22,4% na Região Centro e 19,4% no País (valores para 2011).

Assim se explica que a “população residente em risco de pobreza ou exclusão social”, em 2011, seja de 24,4% da população do País (não existem dados regionalizados). Mas em termos regionais podemos ter algumas aproximações a este risco de pobreza e exclusão social referindo, por exemplo, que, em 2011, em cada 1 000 habitantes da Região Centro 31 eram beneficiárias do RSI (o valor para o País era de 50).

Outra vertente da exclusão social e da pobreza, com marcas na Região Centro, tem a ver com a infância e traduz-se na existência de crianças que chegam à escola e apresentam sinais de subnutrição e fome. De igual modo, a experiência de ONG, como o Banco Alimentar, dá conta da procura crescente, por parte das instituições com quem trabalham, e de novas instituições que lhe pedem ajuda, de bens alimentares.

Finalmente, é devida uma chamada de atenção para fenómenos relativos a determinadas camadas populacionais afetadas por algum tipo de deficiência (mental, motora, etc.). Embora sem a existência de informação estatística precisa, o contacto com instituições que lidam com esta problemática (e.g. ARCIL, APPC,

ADFP) dão conta da sua cada vez maior dificuldade de resposta, por razões que têm a ver, por exemplo, com a “desinstitucionalização” de certas deficiências e que depois não têm capacidade de absorver, dada a escassez de meios físicos, humanos, técnicos e financeiros.

O que acima se referiu permite identificar um conjunto de grupos populacionais especialmente afetados por risco de marginalização e que se podem sistematizar em torno das seguintes categorias:

- Desempregados;
- Idosos;
- Crianças;
- Cidadãos portadores de deficiência ou com necessidades específicas.

Note-se ainda que, em termos da “geografia” da Região Centro, não se poderá dizer que haja uma “especialização” de determinada zona num ou noutro fenómeno, ou seja, são fenómenos transversais, ainda que com intensidades de incidência de geografia variável.

Assim, é fulcral que o próximo período de programação consagre uma atenção especial à promoção da inclusão social dos cidadãos, com iniciativas de diferente índole, dado o carácter multifacetado, pluri-causal e territorial destes problemas e dificuldades.

5.2. Estratégia para abordar as necessidades específicas das áreas geográficas mais afetadas pela pobreza/dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social e, se for caso disso, contribuição para a abordagem integrada definida no acordo de parceria

A proposta de POR apresenta um conjunto alargado de tipologias de intervenção destinadas a lidar com estas problemáticas, de que destacamos as seguintes:

i. Desempregados

- Promover o Empreendedorismo qualificado e criativo;
- Promover a Qualificação e Inovação das PME;
- Reforçar a rede de infraestruturas de formação;
- Apoiar a integração de jovens no mercado de trabalho;
- Apoio à criação de emprego;
- Apoiar a criação do próprio posto de trabalho.

ii. Idosos

- Promover o envelhecimento ativo e saudável;
- Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.

iii. Crianças e jovens

- Reforçar a rede de infraestruturas do ensino;
- Reforçar o acesso ao ensino infantil, primário, básico e secundário.

iv. Deficiência

- Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde.

Deve ser destacado que o AP aponta nesta matéria para a criação de uma “nova rede local de intervenção social (RLIS)”, a qual deverá assentar “numa lógica de descentralização e prestação de serviços a contratualizar através de uma estreita articulação entre a segurança social, as entidades e os demais agentes da comunidade, garantindo uma flexibilidade e subsidiariedade na sua implementação, bem como do seu acompanhamento, monitorização e avaliação.” Por outro lado é ainda relevante neste âmbito a “atuação dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP)” na medida em que “os GIP, enquanto organização ou serviço que presta apoio a jovens e adultos desempregados na definição ou no desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, contribuem para uma inserção mais rápida e mais sustentada no mercado do emprego, através do desenvolvimento de atividades, em estreita colaboração com os centros da rede do IEFP, direcionadas, designadamente, para o apoio à procura ativa de emprego, para a informação e acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional, para a divulgação e captação de ofertas de emprego, para o encaminhamento para ofertas de qualificação e para medidas de apoio ao emprego e empreendedorismo.

Quadro 22: Ações para abordar as necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza/dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social

Grupo-alvo/ zona geográfica	Principais tipos de ações previstas que fazem parte da abordagem integrada	Eixo prioritário	Fundo	Categoria de região	Prioridade de investimento
Desempregados	Promover o Empreendedorismo qualificado e criativo	1	FEDER	Região menos desenvolvida	3.1
	Reforçar a rede de infraestruturas de formação	3	FEDER	Região menos desenvolvida	10.4
	Apoiar a integração de jovens no mercado de trabalho	4	FSE	Região menos desenvolvida	8.2
	Apoio à criação de emprego	4	FSE	Região menos desenvolvida	8.3
Idosos	Promover o envelhecimento ativo e saudável	5	FSE	Região menos desenvolvida	9.1
	Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde	5	FEDER	Região menos desenvolvida	9.7
Crianças e jovens	Reforçar a rede de infraestruturas do	3	FEDER	Região menos desenvolvida	10.4

	ensino				
	Reforçar o acesso ao ensino infantil, primário e básico e secundário	3	FSE	Região menos desenvolvida	10.1
Deficiência	Reforçar a rede de infraestruturas sociais e de saúde	5	FEDER	Região menos desenvolvida	9.7

6. Necessidades específicas das zonas geográficas com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes

Não aplicável.

7. Autoridades e organismos responsáveis pela gestão, pelo controlo e pela auditoria, e papel dos parceiros relevantes

7.1 Identificação das autoridades e organismos competentes

Quadro 23: Autoridades e organismos competentes

Autoridade/ organismo	Nome da autoridade/ organismo, e do departamento ou unidade	Dirigente máximo da autoridade/ organismo (posição ou cargo)
Autoridade de gestão	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)	Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)
Autoridade de certificação, quando aplicável	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.)	Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
Autoridade de auditoria	Inspeção Geral de Finanças	Inspetor Geral da Inspeção Geral de Finanças
Organismo que receberá os pagamentos efetuados pela Comissão	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.)	Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

7.2. Envolvimento dos parceiros relevantes

7.2.1. Ações empreendidas para envolver os parceiros na preparação do programa operacional, e papel desses parceiros na execução, acompanhamento e avaliação do programa.

A aplicação do princípio da parceria na gestão dos Fundos da União Europeia, em concreto no que se refere ao envolvimento dos parceiros e atores territoriais mais relevantes no âmbito do seu processo de preparação, implementação e acompanhamento tem apresentado resultados positivos, nomeadamente no que se refere a uma maior apropriação das políticas da UE, permitindo aumentar o conhecimento, a experiência e os pontos de vista disponíveis durante a conceção e execução das estratégias, facilitando a gestão dos Fundos e contribuindo para a melhoria dos resultados alcançados com a sua aplicação. É neste quadro que Portugal tem vindo a empenhar-se ativamente na aplicação do princípio da parceria nas suas diferentes dimensões, tendo em conta as suas especificidades institucionais e em função das áreas de atuação dos diferentes intervenientes. A concretização do princípio da parceria, no âmbito do PO teve em consideração os princípios definidos no Código de Conduta Europeu sobre Parcerias no âmbito dos FEEI (CCEP).

Articulação nacional para a elaboração do POR

A preparação do POR implicou a mobilização de diversos atores públicos destacando-se a sua efetiva articulação. A elaboração do POR foi realizada em estreita colaboração com os Ministérios mais relevantes das áreas envolvidas, sendo a coordenação da sua elaboração assegurada pelo membro do Governo responsável pelo Desenvolvimento Regional.

Acresce que a coordenação global da elaboração dos diferentes PO incluindo a delimitação de fronteiras entre PO's de âmbito nacional e regional, foi assegurada no âmbito de um grupo de trabalho constituído para o efeito.

No decurso do processo de elaboração do PO foram chamados a participar diferentes atores públicos e da sociedade civil, sendo que o desenvolvimento da articulação mais estreita com os diferentes atores foi veiculada, principalmente, pelo membro do Governo responsável pelo Desenvolvimento Regional.

É de realçar que o processo de programação dos PO tem decorrido a par da elaboração do Acordo de Parceria, pelo que o envolvimento dos parceiros, dos atores territoriais relevantes e da sociedade civil em geral assenta nestes dois planos que são complementares. Assim o trabalho desenvolvido no que se refere à auscultação dos diferentes atores, ao nível do Governo, Administração Pública, e das várias entidades da sociedade civil e do público em geral para a elaboração do AP foi desde o início direcionado para posterior integração ao nível da conceção e implementação dos PO. Deste modo devem ser considerados aqui os diferentes níveis de participação dos diversos atores, recolhidos no âmbito do AP e nesse documento amplamente explicitados.

Neste quadro importa descrever de que forma foi incorporado o princípio da parceria nas fases mais significativas do processo de programação do PO.

O processo regional de preparação do Programa Operacional

O envolvimento dos parceiros regionais na preparação do programa operacional (nomeadamente as tipologias previstas regulamentarmente, como as autoridades regionais, locais, urbanas ou outras autoridades públicas competentes, os parceiros económicos e sociais; e os organismos que representam a sociedade civil, incluindo organizações ambientais, organizações não governamentais e organismos responsáveis pela promoção da igualdade e da não discriminação) foi sendo ampliado e consolidado no contexto da elaboração do Plano de Ação Regional (PAR) e da RIS3, enquanto pilares estratégicos que se interligam e conduzem ao Programa Operacional Regional.

O processo CRER 2020 iniciou-se em Setembro de 2012, com a criação de uma equipa interna da CCDRC para a sua dinamização. Desde essa data, foram concretizadas diversas etapas, incluindo os seguintes marcos principais:

- Criação da Equipa CRER 2020 (setembro de 2012);
- Avaliação da situação regional face às condicionalidades *ex-ante* (setembro – dezembro de 2012);
- Elaboração de diagnóstico prospetivo da Região (setembro de 2012 – janeiro de 2013);
- Definição do modelo de governação da RIS3 do CENTRO de PORTUGAL (novembro de 2012);
- Seminário de lançamento do CRER 2020 (“Inovação e competitividade na Região Centro: desafios atuais e para 2014-2020”), Arganil, 4 de dezembro de 2012;

- Primeira reunião do Grupo de Aconselhamento Estratégico (GAE) da RIS3 (31 de janeiro de 2013);
- Aprovação do diagnóstico prospetivo da Região pelo Conselho Regional (5 de fevereiro de 2013);
- Mobilização e participação dos agentes regionais no processo CRER 2020 (janeiro – abril de 2013);
- Reunião conjunta do Grupo de Aconselhamento Estratégico e do Conselho de Coordenação da RIS3 (22 de abril de 2013);
- Elaboração de um primeiro *draft* de Programa de Ação Regional – PAR (junho de 2013);
- Reunião conjunta do Grupo de Aconselhamento Estratégico e do Conselho de Coordenação da RIS3 (26 de junho de 2013);
- Validação do PAR pelo Conselho Regional (julho de 2013);
- Reunião conjunta do Grupo de Aconselhamento Estratégico e do Conselho de Coordenação da RIS3 (23 de julho de 2013);
- Elaboração de um primeiro *draft* da RIS3 do Centro (julho 2013);
- Processo de discussão pública do PAR (julho – agosto de 2013);
- Elaboração do Programa Operacional Regional (agosto – novembro de 2013);
- Avaliação da RIS3 do Centro pelo perito contratado pela Comissão Europeia – DG REGIO (outubro 2013);
- Elaboração da versão revista do documento RIS3 do CENTRO de PORTUGAL (novembro 2013).

A interação com os cidadãos e agentes regionais processou-se de variadas formas e com base em diferentes instrumentos de trabalho e comunicação:

- Apresentações públicas do diagnóstico prospetivo e da iniciativa CRER 2020;
- Seminários organizados pela CCDRC em parceria com outras entidades;
- Workshops organizados pela CCDRC;
- Reuniões de órgãos e instâncias de governação regional;
- Reuniões de trabalho com entidades regionais;
- Site CRER2020 (<http://crer2020.ccdrc.pt>);
- Inquéritos a entidades regionais.

O processo CRER 2020 apelou assim a uma mobilização alargada da Região Centro, traduzida nomeadamente nos seguintes indicadores:

- 25 intervenções do Presidente da CCDRC em eventos, centradas no tema CRER 2020;
- 5 seminários regionais (395 participantes);
- 5 workshops temáticos (119 participantes);
- 4 reuniões institucionais com representantes regionais (146 participantes);
- 66 reuniões de trabalho (551 participantes);
- 2 questionários temáticos (42 respostas);
- 8.082 visualizações do site CRER 2020.

Este processo de Desenvolvimento Regional, participado e mobilizador, permitiu produzir uma “Wikipédia Regional” 2014-2020, que reúne 2.000 páginas de reflexão partilhada, organizadas em 42 “Capítulos” de Contributos Temáticos, cuja coautoria envolveu 770 pessoas e 303 entidades regionais (Associações de Desenvolvimento Local, Agências de Desenvolvimento Regional, Agências Regionais de Energia, Agentes Culturais, Associações Empresariais e afins, Autarquias, Associações de Municípios, Comunidades

Intermunicipais e Empresas Municipais, Direções Regionais ou equiparados, PME Excelência, Empresas Gazela, Grande Empresas e Exportadoras, Empresas Públicas, Entidades de Investigação e/ou Transferência de Tecnologia, Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras, Escolas, Hospitais, Instituições de Ensino Superior, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG), nomeadamente da área ambiental, Polos, Clusters, PROVERE, Sindicatos e Entidades do Sistema financeiro (ver lista de entidades no ponto 12.3).

Todos estes contributos estiveram na base do Programa de Ação Regional (PAR) 2014-2020, da elaboração da RIS3 e do presente programa Operacional Regional.

De destacar ainda o trabalho mais orientado que foi desenvolvido no âmbito das estruturas de governação da RIS3 (nomeadamente através do Conselho Coordenador e do Grupo de Aconselhamento Estratégico), que participaram na identificação das prioridades RIS3 para o CENTRO de PORTUGAL, organizadas em torno de onze domínios diferenciadores, quatro áreas de interligação e dez apostas indicativas, enquanto verdadeiras plataformas de promoção de cruzamentos e combinações entre os domínios diferenciadores.

O envolvimento das entidades regionais neste processo procurou assegurar uma participação o mais ampla possível, bem evidente no número e tipologias de entidades envolvidas e no número de contributos temáticos acolhidos. Além disso, a criação de um site na internet (<http://crer2020.ccdrc.pt>) procurou assegurar que qualquer cidadão ou entidade regional, independentemente da sua localização, tivesse oportunidade de conhecer e participar neste processo, dando os seus contributos e sugestões. Para isso foi disponibilizado um inquérito aos cidadãos em que se solicitava, entre outras questões, a apresentação das suas prioridades para a Região Centro.

Envolvimento dos parceiros relevantes na implementação, monitorização e avaliação do programa operacional

Pretende-se também neste período de programação prosseguir e aprofundar a integração dos princípios do envolvimento dos parceiros ao nível da implementação e acompanhamento dos PO. Desta forma e considerando a importância chave que as Comissões de Acompanhamento desempenham no âmbito da implementação do PO, enquanto órgãos a quem cabe monitorizar e analisar todas as questões suscetíveis de afetar o desempenho do programa, bem como avaliar a execução e os progressos efetuados na realização dos objetivos dos Programas Operacionais, considera-se que será uma das sedes privilegiadas para garantir a participação institucional, económica e social.

Deste modo será criado um órgão único para este PO cuja composição refletirá uma adequada e equilibrada participação dos Parceiros mais relevantes.

O processo de definição dos parceiros que integrarão a Comissão de Acompanhamento tem como pressuposto, por um lado a promoção da diversidade e, por outro, a garantia da escolha dos atores considerados como os mais representativos das áreas abrangidas neste PO.

Considerando que a definição de regras processuais claras e transparentes são essenciais para garantir o regular funcionamento e a efetiva concretização das competências adstritas à Comissão de Acompanhamento serão cumpridos os pressupostos definidos nesta matéria no CCEP, designadamente, no que se refere a regras de publicidade e prazos de notificação dos seus membros para acesso aos documentos, sem prejuízo de outras regras que decorrem do quadro legal, no âmbito do procedimento administrativo aplicáveis aos órgãos

colegiais e que reforçam as previstas no CCEP. Acresce que por opção do Estado Membro define-se, desde já, que as Comissões de Acompanhamento reúnem, pelo menos, duas vezes por ano, visando assim reforçar o papel destes órgãos, face à experiência de anteriores períodos de programação, designadamente do QREN.

A possibilidade também prevista no AP de realização de comissões de acompanhamento conjuntas, organizadas nomeadamente por domínios temáticos, bem como de outras formas de coordenação entre diferentes PO que intervêm nesses domínios, implicará também uma mobilização acrescida desses parceiros.

No que se refere ao reporte, o envolvimento dos parceiros é concretizado por diferentes vias, enquanto membros da Comissão de Acompanhamento a quem cabe apreciar os relatórios anuais e intercalares do PO, nomeadamente no que se refere às conclusões da avaliação de desempenho do PO, sendo também chamados a participar na preparação dos relatórios de execução, em particular no que se refere à avaliação do seu papel na implementação do acordo de parceria e programa operacional. É, ainda, de sublinhar que no relatório intercalar será transmitida informação relativa ao papel desempenhado pelos Parceiros na implementação do PO.

Também no âmbito da avaliação o envolvimento dos parceiros far-se-á a vários níveis, desde logo por via da sua participação nas Comissões de Acompanhamento onde são apresentados e debatidos os relatórios de avaliação das intervenções incluídas no PO, para além da sua auscultação enquanto atores relevantes da implementação dos fundos no âmbito da elaboração dos estudos de avaliação.

Papel da avaliação *ex-ante* do POR

Estão em curso os exercícios de avaliação *ex-ante* e de avaliação ambiental estratégica do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020. No âmbito dos relatórios iniciais já elaborados, e em particular no que respeita ao relatório de avaliação *ex-ante*, foi efetuada uma avaliação da dimensão estratégica do POR, do grau de consistência da alocação de recursos financeiros e uma primeira abordagem ao sistema de indicadores. Na avaliação da dimensão estratégica do POR, é valorizada a abordagem integrada e a coerência interna do exercício, sendo sublinhada a participação institucional na preparação do CRER 2020, nomeadamente através da criação de grupos de trabalho temáticos, que contribuirão para a consistência do que está programado, bem como todo o exercício de construção das opções regionais RIS3, enquanto aposta para valorizar os ativos regionais.

O relatório distingue aquilo que designa por “quadro estratégico regional” do que constitui o “quadro de programação do POR”, para concluir que o POR não atuará com a mesma intensidade em toda a região, existindo a necessidade de considerar a atuação de outros PO temáticos, sendo que o maior esforço do POR Centro recai sobre a competitividade e inovação, tendo menor intervenção no ambiente e na coesão social.

O exercício sublinha a existência de uma relação consistente entre o POR e o Plano de Ação Regional (PAR), avançando com o que qualifica como mecanismos de transmissão de efeitos, por domínios de atividade, existindo aspetos que merecem especial cuidado e merecem ser sublinhados:

- No domínio da competitividade, onde estarão consagrados 48% dos recursos do POR, os mecanismos de governação regional e da RIS3 regional, bem como a gestão dos sistemas de incentivos e de estímulo ao empreendedorismo constituem aspetos particularmente relevantes;

- No domínio da coesão territorial, em que a ambição regional é particularmente forte em procurar alguma convergência, os aspetos mais determinantes decorrerão da operacionalização dos ITI no contexto das NUTS III, bem como das abordagens RIS3, em particular através da escolha da inovação rural enquanto domínio diferenciador;

O relatório da avaliação *ex-ante* aponta ainda recomendações relativas à alocação de recursos financeiros, sendo que algumas já se encontram refletidas no POR:

- Na área da educação e do ensino, a proposta de redução do apoio infraestrutural (FEDER), contrapondo a iniciativas associadas à melhoria da disciplina e do aproveitamento, redução do abandono escolar, adoção de melhores modelos pedagógicos, diminuição do défice de assistência social nas escolas e aposta na formação de professores (FSE).

- Na área dos apoios à economia social, é apontada a necessidade de uma clarificação dos apoios ao empreendedorismo e inovação social.

- No que concerne ao sistema de indicadores, o relatório inicial da avaliação *ex-ante* efetuou uma apreciação do indicador a indicador, tendo contribuído para uma melhor definição nesta matéria na presente proposta de POR.

7.2.2. Subvenções globais

Em desenvolvimento.

7.2.3. Dotação para capacitação

Em desenvolvimento.

8. Coordenação entre os Fundos, o FEADER, o FEAMP e outros instrumentos de financiamento da União e nacionais e o BEI

Esta secção trata das questões relativas à coordenação entre as Autoridades responsáveis pela Gestão, Controlo e Auditoria, ou seja, aos diferentes tipos de Órgãos de “Governança” do Portugal 2020 e do Programa Operacional Regional.

Neste âmbito a coordenação entre fundos é, em termos globais e desde logo, assegurada pelos órgãos de:

- Coordenação Política: Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais;
- Coordenação Técnica geral: Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC).

Ao nível do POR e conforme estabelece o AP há que destacar os seguintes órgãos:

- Autoridades de Gestão, órgão técnico especialmente responsável pela:
 - Garantia de que as operações são selecionadas de acordo com os critérios aplicáveis;
 - Verificação do cumprimento das condições necessárias à cobertura orçamental das operações bem como dos normativos pertinentes em matéria de concorrência, contratação pública, ambiente e igualdade de oportunidades;
 - Verificação da regularidade substantiva e formal das operações, produtos e serviços financiados, bem como da elegibilidade e regularidade das despesas;
 - Criação e funcionamento eficaz dos sistemas de informação e de gestão, de acordo com o modelo definido pela Agência, no caso dos Fundos da Coesão;
 - Fornecimento às autoridades de coordenação, certificação, pagamento e de auditoria de todas as informações exigidas e solicitadas;
 - Elaboração e execução do plano de comunicação;
 - Prestação das informações necessárias à avaliação do desempenho;
 - Elaboração de relatórios de execução anuais e final;
 - Elaboração da descrição dos sistemas de gestão e controlo interno;
 - Aprovação das candidaturas de financiamento que sejam elegíveis e tenham mérito - incluindo as que tenham sido objeto de parecer e/ou decisão dos OI – e, no caso dos Fundos da Coesão, celebração de contratos de financiamento relativos a operações aprovadas, no respeito das regras comuns definidas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão e aprovadas pela Comissão Interministerial;
 - Acompanhamento da realização dos investimentos e das ações objeto de contrato de financiamento;
 - Desenvolvimento das atividades de monitorização, avaliação e comunicação no quadro das orientações comuns nacionais nesta matéria.
- Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional – Entidade a quem compete monitorizar os programas, analisar todas as questões suscetíveis de afetar o desempenho do programa, avaliar a execução e os progressos efetuados na realização dos objetivos dos Programas Operacionais, em conformidade com os quadros institucionais, legais e financeiros nacionais.

Uma vez que o POR, combina FEDER e FSE, existe a necessidade de articular estes dois fundos nas operações que, no âmbito do PO, vão ser apoiadas. De igual modo, importa estabelecer espaços formais de articulação, congregadores de responsáveis pelos PO Temáticos, bem como pelos PO do FEADER e do FEAMP, promovendo a apresentação regular dos apoios da sua responsabilidade e a concertação de posições.

A articulação entre o POR e os PO Temáticos (Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), bem como com os PO FEADER e FEAMP, poderá passar quer pela participação recíproca nas respetivas Comissões de Acompanhamento, quer pela elaboração conjunta de pareceres sempre que esteja em causa uma questão transversal, sendo recomendável a criação de grupos de trabalho onde as Autoridades de Gestão se façam representar para este fim.

De facto, como estabelece o AP, as Comissões de Acompanhamento reúnem, pelo menos, duas vezes por ano, no 2º e 4º trimestre de cada ano. Sempre que relevante serão realizadas reuniões das Comissões de Acompanhamento comuns a diversos PO.

A articulação com diferentes setores da Administração Pública deve passar também pelo Conselho de Coordenação Intersectorial, que é um órgão presidido pela CCDR com a vocação de promover “a coordenação técnica da execução das políticas da administração central, à escala da região” e onde se encontram presentes “as áreas da agricultura, florestas, mar, ambiente, ordenamento do território, economia, emprego e formação profissional, administração interna, igualdade, saúde, obras públicas, transportes, energia, educação, desporto, juventude, ciência, defesa nacional e cultura”.

A articulação entre fundos é assegurada ainda pela definição prévia das “fronteiras” de elegibilidades entre eles e entre os diferentes PO, de modo a evitar o risco de sobreposições de apoios (ou sua ausência) injustificada.

Outro patamar de articulação fundamental processa-se ao nível das abordagens territoriais (ITI e DLBC). Na verdade, é a este nível que a articulação mais efetiva e mais necessária se torna, pois está em causa a definição de uma estratégia de desenvolvimento para um dado espaço territorial, que envolve diferentes agentes e instituições, diferentes tipologias de projetos e mobiliza diferentes fundos. Assim, a articulação da aplicação dos fundos nestas abordagens territoriais é essencial para que a estratégia seja eficaz, haja uma utilização eficiente dos recursos e se obtenham bons resultados no desenvolvimento dos territórios onde estas abordagens vão ser implementadas.

Outras formas de articulação passam pelos seguintes mecanismos:

- Desenvolvimento de processos de interoperabilidade dos diferentes sistemas de informação dos vários PO (que permita o tratamento e o cruzamento de informação relevante para efeitos de articulação de fundos);
- Emissão de parecer e participação nas decisões da AG do PO da área geográfica onde se efetua o apoio a iniciativas enquadradas em PO Nacionais Temáticos;
- Existência de um plano global de avaliação dos Programas Operacionais, assente no princípio da existência de uma rede de avaliação;
- Estabelecer verdadeiros modelos de governo multinível, redes de articulação entre autoridades de gestão e a adoção de genuínos processos de codecisão.

Também a este nível as alternativas e escolhas concretas dependem de opções de arquitetura organizacional a assumir em termos nacionais, setoriais e territoriais, pelo que somente em posteriores versões deste documento será possível apresentar maior detalhe e formas de concretização dos princípios de gestão identificados.

9. Condições ex ante

9.1 Condições ex ante

Quadro 24: Condições ex ante aplicáveis e avaliação do seu cumprimento

Condição ex ante	Prioridades a que se aplica a condição	Cumprimento da condição ex ante: Sim/Parcial	Critério	Cumprimento do critério: Sim	Referência	Explicações

9.2 Descrição das ações necessárias para cumprir as condições ex ante, organismos responsáveis e calendário das ações

Quadro 25: Ações que devem ser empreendidas para o cumprimento das condições ex ante gerais aplicáveis

Condições ex ante gerais aplicáveis	Incumprimento do critério	Ações a empreender	Prazo (data)	Organismos responsáveis

Quadro 26: Ações que devem ser empreendidas para o cumprimento das condições ex ante temáticas aplicáveis

Condições ex ante temáticas aplicáveis	Incumprimento do critério	Ações a empreender	Prazo (data)	Organismos responsáveis
1. X		Ação 1	Prazo para a ação 1	
		Ação 2	Prazo para a ação 2	

10. Redução dos encargos administrativos para os beneficiários

Conforme estabelece o AP “a redução dos encargos administrativos para os beneficiários dos FEEI enquadra-se e constitui um resultado importante do processo de reforma da administração em curso em Portugal, designadamente no que respeita à desburocratização e simplificação dos procedimentos (salvaguardando a indispensável regularidade e segurança dos sistemas de gestão e controlo) e, sobretudo, ao desenvolvimento da Administração online – focalizada, no contexto dos FEEI, na melhoria dos sistemas de informação, na interoperabilidade (incluindo entre os sistemas de gestão dos fundos e o sistema de gestão orçamental).

Destacam-se, neste contexto, a criação (desde o arranque dos PO) do Balcão Comum de Candidatura (BUC) e da Base Comum de Promotores, em seguida abordados, e do Quadro Regulamentar Nacional - claro e objetivo, evitando a multiplicidade de regulamentos específicos e de enquadramentos adotados entre 2007 e 2013 e concentrando normas atualmente dispersas em diplomas enquadramentos.

A maior aplicação das metodologias de custos simplificados na fundamentação da despesa cofinanciada constitui, pelo seu lado, importante instrumento de simplificação e de redução de encargos administrativos; aplicável a ações apoiadas pelo conjunto dos FEEI, facilitará significativamente a apresentação das candidaturas, bem como a respetiva gestão.” (pp 239)

Este assunto obriga a encontrar o balanceamento adequado entre, por um lado, a aposta na desburocratização e simplificação de procedimentos e a redução da carga administrativa para os promotores/beneficiários dos projetos apoiados por fundos comunitários, e, por outro lado, a necessidade de assegurar que os sistemas de gestão e controlo sejam fiáveis, seguros e contenham toda a informação pertinente.

Assim, tem havido e deverá continuar a haver um trabalho importante ao nível dos sistemas de informação dos PO num sentido duplo: (a) desmaterialização dos processos e (b) existência de “uma” única entrada do promotor (por exemplo, atualmente e desejavelmente para o futuro, o promotor regista-se, com os seus dados, uma única vez, o que serve para toda e qualquer candidatura que venha a formalizar em qualquer momento em qualquer PO).

Por outro lado, tem havido o cuidado (e que se deve manter no futuro) de determinada documentação – necessária para determinar a elegibilidade do promotor (e.g. a sua situação fiscal) – ser obtida por meios informáticos a partir do seu consentimento.

Refira-se ainda uma prática já assente no País e que tira partido da evolução tecnológica das TIC, que permite fazer com que haja, por exemplo, no caso de empresas, formas virtuais e expeditas que permitam a sua criação célere.

Existe, no entanto, ainda um caminho a percorrer e que tem a ver com a simplificação das regras de acesso aos PO. Na verdade, o atual sistema encontra-se exageradamente espartilhado por dezenas de regulamentos, importando proceder a uma ampla simplificação a este nível.

Em termos de simplificação e desburocratização, pode-se admitir um cenário em que certas obrigações legais dos promotores (e.g. regras ambientais ou relativas à propriedade) possam ser validadas no final do projeto.

Porém, em termos de real orientação para as necessidades dos promotores, importa ir muito para além da simples utilização de ferramentas de TIC. Simplificando abordagens, flexibilizando procedimentos, agilizando tomadas de decisão ao nível autónomo de cada PO, orientando as estruturas operacionais para as

necessidades dos utentes, com celeridade nas respostas e qualidade do serviço periodicamente monitorizada e melhorada.

Complementarmente às lógicas de sucessivas auditorias formais, que devem ser simplificadas e reduzidas na sua redundância, ao mesmo tempo que são reorientados para a melhoria e valor acrescentado, importa periodicamente proceder a exercícios regulares de autoavaliação e melhoria, envolvendo *focus groups* de promotores e agentes regionais relevantes. Adicionalmente, deve-se contar com estruturas de proximidade, que possam facilitar o acesso e prestar esclarecimentos junto dos promotores e potenciais promotores. Neste mesmo sentido, no que toca ao POR, a CCDRC vai mobilizar as suas divisões sub-regionais (presentes em Aveiro, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco) para prestar este tipo de serviços e apoio de primeira linha.

De modo a facilitar a articulação e reforçar a consistência de todo o sistema de gestão, importa que as Autoridades de Gestão, Certificação e Auditoria possam harmonizar, desde o início, abordagens, orientações e procedimentos interpretativos de regulamentos e aspetos regulamentares, por forma a encontrar soluções consensualizadas de simplificação administrativa.

11. Princípios horizontais

11.1. Desenvolvimento sustentável

No Relatório Brundtland, o Desenvolvimento Sustentável é definido como “desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”. Os aspetos fundamentais desta definição residem na importância do tempo e das perspetivas de longo prazo e no reconhecimento das potenciais relações de compromisso entre a resposta às necessidades do presente e a disponibilidade de recursos para dar resposta a necessidades do futuro.

O desenvolvimento sustentável está, assim, explicitamente relacionado com a definição de objetivos de bem-estar social e com os meios para o alcançar. A definição destes objetivos é fundamental para as deliberações políticas e sociais, assim como para as tomadas de decisão operacionais sobre os projetos de investimento a apoiar no âmbito de políticas públicas, quer se trate de projetos públicos ou privados.

Trata-se naturalmente de uma preocupação que deverá portanto presidir à gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2014-20.

Assim, no decorrer de todo o processo de planeamento e implementação do Programa Operacional, critérios de sustentabilidade das operações (com especial atenção para os aspetos ambientais de sustentabilidade) deverão ser integralmente cumpridos, tendo em conta o disposto no artigo 8º do novo Regulamento da Política de Coesão.

Mecanismos de gestão adequados devem garantir, a todos os níveis de execução do Programa Operacional, que os possíveis efeitos que são insustentáveis ou desfavoráveis ao meio ambiente, especialmente no que diz respeito a impactos sobre as alterações climáticas, a manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas, e a utilização dos recursos naturais, sejam evitados ou mantidos ao mais baixo nível possível, de modo a que as cargas ambientais totais do PO, no final, sejam neutras para o clima e os recursos naturais. Os efeitos positivos do PO e as sinergias potenciais devem, por seu turno, ser explorados no sentido de otimizar a sua contribuição para um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Dada esta envolvente, é fundamental que o POR contenha aspetos que se ligam com questões ambientais. Assim, encontramos propostas que se prendem com a proteção do ambiente (caso da biodiversidade, de proteção/valorização de áreas protegidas, etc.), bem como a iniciativas tendentes a promover o uso mais eficiente de recursos (de que é exemplo emblemático o enfoque na eficiência energética), não descurando ainda a investigação ou a inovação que podem ser desenvolvidas a este propósito (conforme assumido nas opções RIS3 da Região Centro), nem descurando atividades de formação de uma maior consciência ambiental (ações de educação ambiental). Mas importa igualmente, do ponto de vista da sustentabilidade, ter em consideração não apenas a vertente ambiental mas igualmente as duas outras vertentes do desenvolvimento sustentável: a económica e a social.

As questões essenciais que devem nortear as decisões a tomar, pelos diferentes agentes envolvidos, podem ser então resumidas conforme se passa a ilustrar:

No plano ambiental:

- Em que medida o projeto irá reduzir ou evitar a emissão de poluentes tóxicos?

- O projeto resultará na recuperação dos recursos naturais?
- É o uso de energia fóssil reduzido pelo projeto?
- O projeto traz benefícios para a biodiversidade?

No plano económico:

- Como é que o projeto pode reforçar os meios económicos para proteção do ecossistema?
- Foram todos os custos de efeitos ambientais tomados em consideração?
- Será que todos os *drivers* financeiros do projeto são sustentáveis?
- Será que o princípio do poluidor pagador foi cumprido?

No plano social

- Como é que o projeto pode aumentar o entendimento do público sobre a sustentabilidade?
- Como é que o projeto influencia o comportamento sustentável dos cidadãos?
- Como é que o projeto cria efeitos positivos para a saúde pública?
- Como é que o projeto contribui para uma política mais integrada, e para o planeamento e gestão do desenvolvimento sustentável?

De modo a potenciar e caracterizar os contributos deste POR para a sustentabilidade, ele é alvo, nos termos regulamentares, de uma avaliação ambiental estratégica.

Com efeito, conforme estabelece o AP, as medidas que garantem a aplicação deste princípio na programação e implementação dos fundos no próximo ciclo de programação 2014-2020, são basicamente as seguintes:

- Promoção da Avaliação Ambiental Estratégica aos PO financiados pelos FEEI (quando aplicável ao PO);
- Promoção das necessárias avaliações ambientais dos projetos a cofinanciar, no sentido de garantir que os requisitos em matéria de proteção ambiental são cumpridos;
- Verificação do cumprimento do princípio poluidor-pagador, ao nível dos projetos, auxiliando os promotores a encontrar formas de garantir o seu cumprimento, quando este pressuposto não for observado;
- Majoração de apoios concedidos a projetos que demonstrem:
 - Promover uma utilização eficiente dos recursos;
 - Contribuir de forma significativa para a transição para uma economia de baixo carbono;
- Potenciar o crescimento da Economia Verde em Portugal.

11.2. Igualdade de oportunidades e não discriminação

Conforme estabelece o AP “em matéria de ações especificamente direcionadas para a promoção da igualdade de género, combate às discriminações e melhoria da acessibilidade, sinalizam-se as seguintes grandes áreas de intervenção:

- promoção da inclusão socioprofissional e reforço da empregabilidade dos segmentos da população mais afetados pelas desigualdades (e.g. Pessoas com deficiência e/ou incapacidades, beneficiários do RSI);
- promoção do empreendedorismo junto de segmentos da população com constrangimentos específicos neste domínio (e.g. mulheres, imigrantes);

- apoio a crianças e jovens em risco, nomeadamente as descendentes de imigrantes ou minorias étnicas (com destaque para as comunidades ciganas), dinamizando respostas integradas às suas necessidades específicas;
- promoção do acesso (físico e funcional) à rede de serviços coletivos nos territórios e às entidades empregadoras, em particular de segmentos vulneráveis (e.g. pessoas com mobilidade, ou comunicação e/ou orientação condicionada);
- apoio a organizações estratégicas na concretização das políticas de promoção da igualdade, como as autarquias locais, as empresas e as organizações não governamentais;
- sensibilização da sociedade portuguesa para estas questões;
- formação de públicos estratégicos (e.g. magistrados, membros de forças policiais, professores e formadores, etc.), de suporte a uma maior eficácia e eficiências da políticas específicas neste domínio;
- promoção de conhecimento especializado nestes domínios.

Esta dupla abordagem, tendo em vista a prossecução dos princípios da igualdade entre homens e mulheres, da não discriminação e da acessibilidade, será prosseguida numa perspetiva de complementaridade entre as mesmas, visando designadamente as ações específicas para a criação de condições para que os beneficiários possam vir a ser beneficiários diretos de políticas públicas, de natureza mais geral ou transversais, ou possam retirar maiores benefícios dessas mesmas políticas e, eventualmente, deixem de necessitar das mesmas.

Para além das orientações e propostas previstas no Acordo de Parceria, para lidar com estas formas de discriminação, o POR assume diferentes tipologias de atuação relevantes:

Ao nível do ensino:

- Intervenções que combatam o insucesso escolar e o abandono escolar precoce;
- Reforço das respostas educativas existentes para apoiar alunos com necessidades educativas especiais e a transição para a vida pós-escolar destes alunos;
- Fomento da orientação vocacional, bem como o desenvolvimento de formas de ensino profissionalizantes.

Ao nível da formação:

- Apoiar as estruturas de formação e de qualificação das pessoas;
- Qualificação das pessoas direcionada para a empregabilidade;
- Valorizar competências e capacidades de pessoas e grupos desfavorecidos no sentido da sua inserção profissional e social.

Ao nível do emprego:

- Apoiar a integração no mercado laboral;
- Apoiar a criação do auto-emprego e o empreendedorismo;
- Apoiar a reconversão de desempregados;
- Promover a inclusão ativa.

Ao nível da promoção da inclusão social:

- Apoiar a economia social;

- Apoiar equipamentos (sociais e de saúde) de modo a reduzir as desigualdades de acesso entre territórios e grupos sociais;
- Promover o envelhecimento ativo e saudável;
- Promover a aproximação entre gerações e a transmissão de memória;
- Promover estilos de vida saudáveis e apostar na medicina preventiva;
- Criar serviços de natureza pública e privada de apoio às famílias (pessoas idosas, pessoas com deficiência, guarda e apoio de crianças, apoio pedagógico a crianças, jovens e adultos, apoio a atividades domésticas).

Pretende-se ainda o envolvimento das agências públicas com competências próprias nestes domínios e de outros parceiros estratégicos relevantes, nomeadamente a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR).

11.3. Igualdade entre homens e mulheres

As formas de discriminação com base no género traduzem-se em fenómenos como a fraca presença do género feminino em postos de direção ou de representação política (serve de exemplo prático a fraca presença das mulheres enquanto Presidentes de Câmara); ou os diferentes papéis desempenhados pelo género masculino e feminino em termos familiares e profissionais (ao género feminino cabe a responsabilidade pelo trabalho invisível de assegurar o bem-estar da comunidade familiar, por exemplo); ou ainda a maior taxa de desemprego para as mulheres relativamente aos homens e a menor qualidade do emprego por conta de outrem (mais baixos salários, oportunidades de formação e progressão nas carreiras, posições de dirigentes, etc.); ou ainda a exposição a fenómenos de pobreza e exclusão das mulheres em territórios desertificados e envelhecidos do interior da região.

Em sintonia com as orientações do Acordo de Parceria, no contexto do Programa Operacional procurar-se-á:

- Ponderar, de um modo sistemático, os contributos (direto ou indireto, positivo ou negativo) para a prossecução da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, valorizando os impactos diretos positivos na aplicação deste princípio;
- Monitorizar a aplicação deste princípio no contexto do sistema de monitorização do PO e no respetivo processo e plano de avaliação;
- Envolver entidades regionais que trabalham na área da igualdade de género no acompanhamento da execução do programa operacional.

Por outro lado, no contexto das prioridades de investimento financiadas pelo FSE, pretende-se apoiar ações especificamente direcionadas para a promoção da igualdade de género, relacionadas com:

- O empreendedorismo feminino e a criação de empresas;
- A criação do próprio emprego e a inserção profissional das mulheres;

- A reconversão profissional de desempregadas e jovens desempregadas;
- A sensibilização dos empresários, gestores e dirigentes de serviços públicos e de ONG para a necessidade de promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- O fomento de uma maior conciliação da vida profissional e familiar, designadamente através da integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos setores público, privado e cooperativo (mediante, por exemplo, formas inovadoras de integração e organização laboral, consolidação e adaptação da rede de serviços coletivos nos territórios, nomeadamente em matéria de resposta a dependentes, em particular crianças e idosos nessa situação e a implementação de planos para a igualdade).

Pretende-se ainda o envolvimento das agências públicas com competências próprias nestes domínios e de outros parceiros estratégicos relevantes, nomeadamente a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR).

12. Elementos separados

12.1. Grandes projetos com execução prevista durante o período de programação

Quadro 27: Lista dos grandes projetos

Projeto	Data prevista para a notificação/apresentação à Comissão de uma candidatura de grande projeto (ano, trimestre)	Data prevista para o início da execução (ano, trimestre)	Data prevista para a conclusão da execução (ano, trimestre)	Eixos prioritários/ prioridades de investimento
Não se aplica				

12.2. Quadro de desempenho do programa operacional

Quadro 28: Quadro de desempenho do programa operacional, discriminado por fundo e por categoria de região (quadro de resumo)

Eixo prioritário (discriminado por Fundo e por categoria de região)	Fundo	Categoria de região	Definição do indicador ou fase fundamental da execução	Unidade de medida, se for pertinente	Metas para 2018	Objetivo final (2023) ³		
						H	M	T

12.3 Parceiros relevantes envolvidos na preparação do programa

Tipologia de entidade	Entidade
Associações de Desenvolvimento Local/Agências de Desenvolvimento Regional	AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego
	ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura
	ADD - Associação de Desenvolvimento do Dão
	ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva

³ O valor-alvo pode ser apresentado como um valor total (homens e mulheres) ou discriminado por género.

	ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul
	ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra
	ADICES – Associação de Desenvolvimento Local
	ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte
	ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul
	ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira
	ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela
	ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
	Agência de Desenvolvimento Gardunha 21
	Associação BLC3 – Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro
	DUECEIRA - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça
	LEADEROESTE
	MINHA TERRA - Federação Nacional das Associações de Desenvolvimento Local
	Pinhal Maior
	Raia Histórica
	TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior
	Terras de Sicó
	Territórios do Côa
Agências Regionais de Energia	ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior
	MEDIOTEJO 21
Agentes culturais	Centro de Estudos Ibéricos
	Fundação Aljubarrota
	Museu Agrícola de Riachos
	NDS – Núcleo Desportivo e Social da Guarda
Associações empresariais e afins	ABIMOTA - Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins
	ACCCRO – Associação Comercial dos Concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos
	ACIB – Associação Comercial e Industrial da Bairrada
	ACICB – Associação Comercial e Industrial de Castelo Branco
	ACICF – Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão
	ACIM – Associação Comercial e Industrial da Mealhada
	ACIMG – Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande
	ACISCP – Associação Comercial Industrial e de Serviços de Peniche
	ACISP - Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Pombal

	ACSIA – Associação Comercial Serviços e Industrial de Alcobaça
	ADAI-UC – Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial
	AEC – Associação Empresarial de Cantanhede
	AECBP – Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor
	AEL – Associação Empresarial de Lafões
	AEMITEQ - Associação para a Inovação Tecnológica e Qualidade
	AENEBEIRA – Associação Empresarial do Nordeste da Beira
	AES – Associação Empresarial de Soure
	AHRESP – Associação da Hotelaria Restauração e Similares de Portugal
	AICP – Associação dos Industriais do Concelho de Pombal
	AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro
	AIRO – Associação Industrial da Região do Oeste
	AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu
	ANJE Centro – Associação Nacional de Jovens Empresários
	APICER - Associação Portuguesa da Indústria de Cerâmica
	Associação das Termas de Portugal
	Associação Fórum Mar Centro
	Associação Portuguesa de Aquacultores
	CAL – Câmara Agrícola Lusófona
	CEC - Conselho Empresarial do Centro
	CELPA – Associação da Indústria Papeleira
	Comunidade Portuária do Porto da Figueira da Foz
	Comunidade Portuária do Porto de Aveiro
	Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, Núcleo de Coimbra
	INOVA RIA – Associação Empresas para uma de Rede Inovação em Aveiro
	NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco
	NERGA – Associação Empresarial da Região da Guarda
	NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria
	NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém
	NEVA – Núcleo Empresarial de Vagos
	ÓBIDOS COM – Associação Empresarial de Óbidos
	SEMA – Ass. Emp. Sever do Vouga, Estarreja, Murtosa e Albergaria-a-Velha
Autarquias, associações de	Águas de Coimbra
	AMCB - Associação de Municípios da Cova da Beira

municípios, comunidades intermunicipais e empresas municipais	Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Aveiro
	CIM da Região de Coimbra
	CIM da Região de Leiria
	CIM do Oeste
	CIM do Médio Tejo
	CIM de Viseu e Dão-lafões
	CIM das Beiras e Serra da Estrela
	CIM da Beira Baixa
	Culturguarda, E.M.
	Município (Mun) da Covilhã
	Mun da Guarda
	Mun da Marinha Grande
	Mun de Águeda
	Mun de Alcobaça
	Mun de Alenquer
	Mun de Almeida
	Mun de Alvaiázere
	Mun de Anadia
	Mun de Arganil
	Mun de Aveiro
	Mun de Castelo Branco
	Mun de Coimbra
	Mun de Condeixa
	Mun de Estarreja
	Mun de Ferreira do Zêzere
	Mun de Figueira de Castelo Rodrigo
	Mun de Gouveia
	Mun de Idanha-a-Nova
	Mun de Ílhavo
	Mun de Leiria
	Mun de Montemor-o-Velho
Mun de Ovar	
Mun de Penela	
Mun de Porto de Mós	
Mun de Proença-a-Nova	

	Mun de Seia
	Mun de Tomar
	Mun de Tondela
	Mun de Torres Novas
	Mun de Torres Vedras
	Mun do Cadaval
	Mun do Entroncamento
	Mun do Fundão
	Mun do Sabugal
	Naturtejo - Empresa Intermunicipal
	Plataforma Logística da Guarda
	Valorlis
Direções Regionais ou equiparados	APA ex-ARH Centro
	ARS - Administração Regional de Saúde do Centro, IP
	Centro de Emprego e Formação Profissional de Águeda
	Direção Regional de Economia do Centro
	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Centro
	DRAPC - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
	DRCC - Direção Regional de Cultura do Centro
	Entidade Regional de Turismo do Centro
	IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
	ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.
	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Centro
	IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. – Direção Regional do Centro
Empresas - PME Excelência	ABC do Cabeleireiro - Escola Profissional de Cabeleireiros, Unipessoal Lda.
	Acalino Lda
	Bluepharma - Indústria Farmacêutica, S.A.
	Carbus - Veículos e Equipamentos, Lda.
	Casas da Senhora da Estrela - Turismo Rural, Lda.
	Clínicas Leite, Lda.
	Destilaria Levira, Lda.
	Intermolde, Lda.
	Joalpe - Industria de Expositores, S.A.

	Lacto Serra - Comercialização e Fabrico de Lacticínios, Lda.
	Marialva Hotel - Sociedade Hoteleira
	SolumBurger - Refeições Rápidas, Lda.
	Tecmic - Tecnologias de Microelectrónica, S.A.
Empresas - Empresas Gazela e pré-gazela	CONTRAFORMA, CONSTRUÇÕES, MONTAGENS E INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA .
	DIGIWEST - WIRELESS AND EMBEDDED SOLUTIONS LDA
	DURITSTEEL, S.A.
	EDUBOX, S.A.
	EMPREGALDE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.
	LARGISPOT - PRODUTOS ALIMENTARES, LDA.
	SCFH - SOCIEDADE CENTRAL FARMACÊUTICA HOSPITALAR, S.A.
Empresas - Grande Empresas e exportadoras	Activelabor - Comércio e Reciclagem de Metais, Lda.
	Ascendi Pinhal Interior, Estradas do Pinhal Interior, S.A.
	Bi-Silque, Produtos de Comunicação Visual, S.A.
	Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.
	Companhia Industrial de Resinas Sintéticas Cires, Lda.
	Construtora Abrantina, S.A.
	CUF - Químicos Industriais, S.A.
	Funfrap - Fundação Portuguesa, S.A.
	Grês Panaria Portugal, S.A.
	Lena - Engenharia e Construções, S.A.
	Litocar - Distribuição Automóvel, S.A.
	Mahle - Componentes de Motores, S.A.
	Martifer - Construções Metalomecânicas, S.A.
	MRG - Engenharia e Construção, S.A.
	Soporcel Pulp - Sociedade Portuguesa de Celulose, S.A.
United Resins - Produção de Resinas, S.A.	
Empresas - outras	Blueclinical
	Bluepharma
	Critical Health
	Critical Software, S.A
	Fitcom
	FundEuropa
	GlamHealth - Medical Services
	Grupo Derovo, Portugal

	Grupo IdealMed
	Grupo José de Mello Saúde
	GRUPO LENA
	Grupo Sanfil
	IMB Hotéis
	Innovnano
	ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.
	Martifer - Construções Metalomecânicas, S.A.
	MARTIFER SOLAR
	MediaPrimer - Tecnologias e Sistemas Multimédia, Lda.
	Medicine One
	Plural, Cooperativa Farmacêutica Crl
	Portugal Telecom Inovação, SA
	Saberes e Fazeres da Vila, Lda.
	TAKARGO - Transporte de Mercadorias, S.A.
	TandM
	Trendburel, Lda.
	Ubiwhere, Lda.
	Vangest
	VISABEIRA
Empresas Públicas	Administração dos Portos de Aveiro e da Figueira da Foz
	ANA - Aeroportos de Portugal
	CP - Comboios de Portugal
	CP CARGA, SA
	Metro Mondego
	REFER - Rede Ferroviária Nacional
	Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE
Entidades de Âmbito Nacional	AICEP Portugal Global
	AMA - Agência para a Modernização Administrativa
	ANTRAM – Associação Nacional dos Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias
	APLOG – Associação Portuguesa de Logística
	Banco de Portugal
	CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
	CNA - Confederação Nacional da Agricultura

	FNAJ - Federação Nacional das Associações Juvenis
	Instituto do Território
	Ordem dos Engenheiros (Colégio dos Materiais)
Entidades de Investigação e/ou Transferência de Tecnologia	AIBILI - Associação para Investigação Biomédica e Inovação em Luz e Imagem
	CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar de Castelo Branco
	CBE - Centro de Biomassa para a Energia
	CDRsp - Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto e IP Leiria
	CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas especiais e Plásticos
	Centro de Estudos Farmacêuticos
	Centro de Neurociências e Biologia Celular
	CES - Centro de Estudos Sociais
	CICECO - Centre for Research in Ceramics and Composite Materials
	CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal
	CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro
	CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro
	DITS - Divisão de Inovação e Transferências do Saber da Universidade de Coimbra
	GAAPI - Gabinete de Apoio a Projetos e Investigação da Universidade da Beira Interior
	IBILI- Instituto Biomédico de Investigação de Luz e Imagem
	ICNAS - Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde
	INESC Coimbra
	INOV INESC Inovação
	Inovlinea
	ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade
	ITECONS - Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção
	OTIC.IPT - Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento do Instituto Politécnico de Tomar
	UATEC - Unidade de Transferência de Tecnologia da Universidade de Aveiro
Escolas	Agrupamento de Escolas (AE) da Zona Urbana da Figueira da Foz
	AE de Almeida
	AE de Aveiro
	AE de Ílhavo
	AE de Mira

	AE de Pombal
	AE de Santa Comba Dão
	AE do Fundão
	AE do Sardoal e Professora do 3º Ciclo e Secundário;
	AE Pedro Álvares Cabral, Belmonte
	Associação de Pais da Escola EB 2,3 Martim de Freitas
	Escola Profissional de Tondela
	Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte – Marinha Grande
	Escola Secundária Quinta das Palmeiras, Covilhã
Hospitais	Centro Cirúrgico de Coimbra
	Centro de Cirurgia Cardiorácica - CHUC
	Centro Hospitalar da Cova da Beira
	CHC - Centro Hospitalar de Coimbra
	IPO - Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E.
Instituições de Ensino Superior	Instituto Politécnico (IP) da Guarda
	IP de Castelo Branco
	IP de Coimbra
	IP de Leiria
	IP de Tomar
	IP de Viseu
	Instituto Superior Técnico
	UA - Universidade de Aveiro
	UBI - Universidade da Beira Interior
	UC - Universidade de Coimbra
	Universidade Lusófona
Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	APPACDM de Coimbra e Coordenadora do Centro de Recursos para a Inclusão
	APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral
	APPDA - Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo
	ARCIL – Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados
	Banco Alimentar Contra a Fome – delegação em Coimbra
	Caritas Diocesana de Coimbra
	Centro de Apoio Temporário de Viseu
	EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza - Núcleo Distrital de Coimbra
	Fundação ADFP – Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional

	Olhar 21 - Associação de Apoio à Inclusão do Cidadão com Trissomia 21
	Santa Casa da Misericórdia de Tondela
	União das Misericórdias de Portugal
Organizações Não Governamentais (ONG)	CPADA - Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente
	Liga para a Proteção da Natureza
	MAIS - Movimento de Apoio à Construção dos Itinerários da Serra da Estrela
	OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria
	QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras	Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia
	Curia Tecnoparque (WRC)
	IEUA - Incubadora de Empresas da Universidade de Aveiro
	Incubadora de Empresas da Figueira da Foz
	Incubadora Dom Dinis
	Incubadoras da região
	iParque
	IPN - Instituto Pedro Nunes
	OBITEC - Parque Tecnológico de Óbidos
	OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio
	PARKURBIS - Parque da Ciência e Tecnologia da Covilhã
	PCI Aveiro - Parque de Ciência e Inovação
	TagusValley - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo
Polos, Clusters	Agrocluster Ribatejo
	Centro Habitat – Plataforma para a Construção Sustentável
	ENERGYIN
	Health Cluster Portugal
	INOVCLUSTER - Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro
	OCEANO XXI – Associação para o Conhecimento e Economia do Mar
	Polo das TICE
	Poolnet
PROVERE	ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
	Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico
	PROVERE Beira Baixa
	PROVERE TERMAS
	Territórios do Côa

Sindicatos	CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
	UGT - União Geral de Trabalhadores
Sistema financeiro	Business angels

Anexos

- Projeto de relatório da avaliação *ex ante*, com um sumário executivo (obrigatório) (referência: artigo 55.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).
- Documentação sobre a avaliação da aplicabilidade e do cumprimento das condições *ex ante* (conforme o caso).
- Parecer dos organismos nacionais que operam no domínio da igualdade sobre as secções 11.2 e 11.3 (conforme o caso). (referência: artigo 96.º, n.º 7, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).

(a desenvolver)

- **Resumo do programa operacional destinado aos cidadãos (conforme o caso).**

O Programa Operacional da Região Centro, para o período 2014-2020 (CRER 2020@CENTRO.PT), tem como base a estratégia de desenvolvimento regional delineada no Plano de Ação Regional (disponível em www.ccdrc.pt), e decorre de uma forte mobilização de todos os parceiros regionais. O Plano de Ação Regional aponta para um desígnio central, CRER2020, de reforço da Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente, apostando-se na criação de postos de trabalho, na coesão territorial e na inclusão social, ao mesmo tempo que se desenvolve o capital humano, a capacitação institucional e interinstitucional.

A Região Centro terá, assim, como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, promover um tecido económico resiliente, industrializado e exportador, reforçar a coesão territorial, captar e reter talento qualificado e inovador, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

É também possível identificar na Região Centro um conjunto de domínios diferenciadores temáticos (agricultura, floresta, mar, turismo, TICE, materiais, biotecnologia e saúde e bem-estar) e transversais (produtividade industrial sustentável, eficiência energética, inovação rural), que correspondem a dinâmicas produtivas instaladas de grande sucesso e/ou promissoras, nomeadamente à luz das prioridades assumidas a nível europeu, nacional e regional, no contexto da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3 do CENTRO de PORTUGAL). Com apoio do Programa Operacional Regional, pretende-se que constituam uma base de reforço da base industrial já existente e com fortes tradições na Região Centro, adaptando-a aos novos desafios, através da constante adoção das melhores práticas disponíveis para o reforço da produtividade, da eficácia e da eficiência, bem como de uma constante inovação suportada em conhecimento, Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) e capital humano qualificado.

Para o período 2014-2020, o Programa Operacional da Região Centro terá uma dotação de 2.117 milhões de euros, dos quais 1.673 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 444 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE). Este valor representa um acréscimo de 25% face ao atual período de programação (2007-2013) e corresponde a um valor superior a 900 euros por habitante da Região Centro.

Com a aplicação dos fundos comunitários inscritos no Programa Operacional, a Região Centro ambiciona tornar-se Innovation Leader (20% de I&D Nacional e 100 Empresas Gazela), representar 20% do PIB Nacional, diminuir em 10% as assimetrias territoriais, ter 40% da população jovem com formação superior e ter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

O novo Programa Operacional da Região Centro estrutura-se em 9 eixos prioritários, mobilizando 10 objetivos temáticos e 30 prioridades de investimento:

Eixo 1: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

O eixo 1, dedicado à competitividade e internacionalização da Economia Regional, tem como principal objetivo o reforço da competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura. Neste contexto, a Região Centro vai investir prioritariamente na promoção do espírito empresarial (facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas), no desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, no apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, capacitando as PME para participar nos processos de crescimento e inovação.

Com estes investimentos, a Região Centro pretende promover o empreendedorismo qualificado e criativo, a internacionalização das empresas e a capacitação empresarial orientada para mercados externos, a qualificação e inovação das PME, apostando no desenvolvimento de novos produtos e serviços, bem como melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização, promovendo o aumento do investimento e do emprego.

Este eixo tem uma dotação financeira de 788 milhões de euros, que corresponde a 37,2% da dotação de fundos europeus alocados ao Programa.

Eixo 2: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

O eixo 2, com o tema da investigação, desenvolvimento e inovação, tem como principal objetivo reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação. O fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), a promoção de centros de competência, a promoção do investimento das empresas em investigação e inovação e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior serão os investimentos prioritários nesta área.

Em termos de dotação financeira, o eixo 2 tem 169 milhões de euros, o que corresponde a 8% da totalidade do Programa.

Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

O eixo 3, que pretende desenvolver o potencial humano, tem como principal objetivo investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida. Neste sentido, as prioridades de investimento concentram-se no desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida.

Este eixo tem uma dotação financeira de 288 milhões de euros, que corresponde a 13,6% do total dos recursos dos fundos europeus afetados ao Programa.

Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

O eixo 4, dedicado à empregabilidade, tem como principais objetivos promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

Este eixo tem uma dotação financeira de 217 milhões de euros, que corresponde a 10,3% da totalidade do Programa.

Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

Com a temática da coesão social e territorial, o eixo 5 pretende promover a inclusão social, a coesão territorial e combater a pobreza. Neste contexto, a Região Centro vai fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e das empresas sociais, desenvolver estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local, redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e transição dos serviços institucionais para serviços de base comunitária. O apoio às empresas sociais e à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas são outras das prioridades de investimento aqui enquadradas.

Em termos de dotação financeira, o eixo 5 engloba 175 milhões de euros, o que corresponde a 8,3% da totalidade dos recursos comunitários de que o Programa se encontra dotado.

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade de territórios e recursos (SUSTENTAR)

Afirmar a sustentabilidade de territórios e recursos é o enfoque do eixo 6, que tem como principais objetivos apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, proteger o ambiente, promover a eficiência dos recursos.

Neste contexto, será dada prioridade à promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas e nas infraestruturas públicas, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, à proteção e desenvolvimento do património cultural e natural e à melhoria da qualidade do ambiente urbano.

O eixo 6 tem uma dotação financeira de 307 milhões de euros, que corresponde a 14,5% da totalidade do programa.

Eixo 7: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

O enfoque deste eixo 7 tem a ver com o reforço da capacitação institucional e interinstitucional, com a modernização da administração pública (local e regionalmente desconcentrada) e com o incentivo ao uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública.

Será, assim, dada prioridade a iniciativas que incorporem nas suas propostas o uso de TIC e que constituam apostas na melhoria das capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos.

O eixo 7 tem uma dotação financeira de 54 milhões de euros, que corresponde a 2,6% da dotação de fundos europeus do Programa.

Eixo 8: Apoiar a mobilidade regional (MOVIMENTOS)

A mobilidade regional é o tema do eixo 8, que pretende promover os transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas. A melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da Rede Transeuropeia de Transportes, é assim a grande prioridade desta área de intervenção do programa.

O eixo 8 tem uma dotação financeira de 65 milhões de euros, que corresponde a 3,1% da totalidade do programa.

No presente contexto de afirmação da Região Centro e de dificuldades que Portugal atravessa, este Programa Operacional, desde que devidamente aplicado, pode e deve traduzir-se numa evolução significativa do CENTRO de PORTUGAL, enquanto espaço em que vale a pena CRER, viver, trabalhar, investir ou visitar. Para que tal aconteça, temos todos de ser capazes de converter, através de bons projetos, a sua dotação orçamental em 2.117 milhões de oportunidades convertidas em realidade, uma realidade de promoção de desenvolvimento económico, de reforço da competitividade, de promoção da inclusão social, da geração de postos de trabalho e de esbatimento das assimetrias territoriais, assegurando que cada euro do Programa Operacional é um euro bem aplicado ao serviço de uma Região Centro em que vale cada vez mais a pena CRER.

Tendo este Programa Operacional resultado de uma ampla mobilização dos agentes regionais, importa que todo e cada um dos 2.327.755 habitantes da Região Centro se sinta parte deste processo, nele participando ativamente, consultando informação que tornaremos cada vez mais acessível (www.ccdrc.pt), dinamizando sonhos convertidos em projetos e fazendo-nos chegar a sua própria voz (crer2020@ccdrc.pt).

Todos somos assim convidados a participar nas vias de construção do futuro da Região Centro que se abrem com este Programa Operacional.

Para que valha de facto a pena CRER cada vez mais no CENTRO de PORTUGAL!